



**TOMÁS DUQUE ESTRADA ROSATI**

**FIGURAS DE INVASÃO: REFLEXÕES SOBRE  
O INCÔMODO CLASSISTA NA CIDADE**

**Dissertação de mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras/Literatura, Cultura e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Renato Cordeiro Gomes

Rio de Janeiro  
Abril de 2013



**TOMÁS DUQUE ESTRADA ROSATI**

**FIGURAS DE INVASÃO: REFLEXÕES SOBRE  
O INCÔMODO CLASSISTA NA CIDADE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Renato Cordeiro Gomes**

Orientador

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Eneida Leal Cunha**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Prof. Ary Pimentel**

UFRJ

**Profa. Denise Berruezo Portinari**

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2013.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor, e do orientador.

### **Tomás Duque Estrada Rosati**

Graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com habilitação em Português e Literaturas de Língua Espanhola, em 2009. Trabalhou como professor do Ensino Fundamental na rede de ensino do Município de Niterói. Áreas de interesse: Literatura comparada; Estudos culturais; Marxismo. Área de pesquisa: Literatura e experiência urbana.

#### Ficha Catalográfica

Rosati, Tomás Duque Estrada

Figuras da invasão: reflexões sobre o incômodo classista na cidade / Tomás Duque Estrada Rosati ; orientador: Renato Cordeiro Gomes. – 2013.

132 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2013.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Literatura e experiência urbana. 3. Produção de espaço. 4. Modernidade e pós-modernidade. 5. Cultura e capitalismo. 6. Distinção social. 7. Segregação espacial. I. Gomes, Renato Cordeiro. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 800

## Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Renato Cordeiro Gomes, por toda a ajuda, atenção, generosidade e imensa paciência.

Aos professores Ary Pimentel e Eneida Leal Cunha por aceitarem participar da banca e, principalmente, por representarem figuras centrais na minha formação.

À Faperj e à Puc-rio, pelos auxílios concedidos.

Às pessoas queridas da minha vida, que sabem quem são.

## Resumo

Rosati, Tomás Duque Estrada; Gomes, Renato Cordeiro. **Figuras da invasão: Reflexões sobre o incômodo classista na cidade**. Rio de Janeiro, 2013. 132p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente projeto propõe uma reflexão sobre o incômodo classista na cidade através de um diálogo entre a Buenos Aires da década de 40 e a São Paulo da década de 90. A ideia é investigar vínculos entre literatura e experiência urbana a partir da sugestão de duas ficções que tematizam relações problemáticas com a alteridade: *Casa Tomada* (1946), de Julio Cortázar, e *O importado vermelho de Noé* (1999), de André Sant'Anna; ambas entendidas como estetizações do estranhamento entre as elites e as massas na metrópole latino-americana. Parte-se da hipótese de que cada conto pode ser lido como lugar teórico para se pensar os paradigmas *moderno* e *pós-moderno*. Tendo como fio condutor a figura da *invasão*, o diálogo entre eles identifica nexos de correspondência que permitem enxergá-los como capítulos de uma possível “narrativa da cidade”. Dessa forma, as configurações urbanas particulares e os contextos culturais específicos passam a ser vistos como indissociavelmente relacionados. Valendo-se de conceitos ligados à tradição marxista, como *fetichismo da mercadoria*, *materialismo cultural* e *produção do espaço*, o trabalho busca uma articulação dialética entre regimes de acumulação do capital, práticas de distinção social e fenômenos de segregação espacial. Por meio desse recorte, é esboçado um modelo de compreensão das transformações culturais e epistemológicas interessado nos vínculos entre a experiência da modernidade e a lógica do modo de produção capitalista.

## **Palavras-chave**

Literatura e experiência urbana; produção do espaço; modernidade e pós-modernidade; cultura e capitalismo; distinção social; segregação espacial.

## Resumen

Rosati, Tomás Duque Estrada; Gomes, Renato Cordeiro (profesor dirigente). **Figuras de la Invasión: reflexiones sobre el malestar clasista en la ciudad.** Rio de Janeiro, 2013. 132p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este proyecto propone una reflexión acerca del sentimiento clasista en la ciudad a través de un diálogo entre la Buenos Aires de los años 40 y la São Paulo de los años 90. La idea es investigar vínculos entre literatura y experiencia urbana a partir de dos ficciones que tematizan relaciones problemáticas con la otredad: *Casa Tomada* (1946), de Julio Cortázar, y *O importado vermelho de Noé* (1999), de André Sant'Anna; ambas entendidas como estetizaciones del estrañamiento entre elites y masas en la metrópolis latinoamericana. Se parte del hipótesis de que cada cuento ofrece una posibilidad de lectura de los paradigmas *moderno* y *postmoderno*. Teniendo como hilo conductor la figura de la *invasión*, el diálogo entre ellos identifica nexos de correspondencia que permiten concibirlos como capítulos de una posible “narrativa de la ciudad”. Así siendo, tanto las configuraciones urbanas particulares como los contextos culturales específicos pasan a estar indisociablemente relacionados. Valiéndose de conceptos de la tradición marxista, como *fetichismo de la mercancía*, *materialismo cultural* y *producción del espacio*, el trabajo busca una articulación dialéctica entre regímenes de acumulación de capital, prácticas de distinción social y fenómenos de segregación espacial. En ese planteo, se esboza, asimismo, un modelo de comprensión de los cambios culturales y epistemológicos, interesado en los vínculos entre la experiencia de la modernidad y la lógica del modo de producción capitalista.

## **Palabras clave**

Literatura y experiencia urbana; producción del espacio; modernidad y postmodernidad; cultura y capitalismo; distinción social; segregación espacial.



## Sumário

1.	Introdução	11
2.	Os relatos	16
2.1.	“Casa tomada”, de Julio Cortázar	16
2.2.	“O importado vermelho de Noé”, de André Sant’Anna	22
3.	Plano diretor	30
3.1.	Um horizonte	30
3.2.	O ponto de vista da totalidade	35
3.3.	Aclarações sobre o conceito de classe	40
3.4.	Produção do espaço e produção da mercadoria: o fetichismo da cidade	44
3.5.	Um olhar sobre a transição dos paradigmas epistemológicos	49
4.	Relatos da modernidade latino-americana	55
4.1.	A periferia como lugar teórico	55
4.2.	As obras e os contextos históricos	60
4.3.	Uma interpretação estética	73
4.3.1.	A forma do monólogo	74
4.3.2.	A figura da invasão	81
5.	Uma narrativa da cidade	85

5.1.	Dois capítulos de uma mesma trama	85
5.2.	As cápsulas	91
5.3.	(in)versões da mobilidade	98
5.4.	Civilização e barbárie revisitadas	104
6.	Conclusão	118
7.	Referências bibliográficas	124

# 1

## Introdução

Este é um trabalho cuja reflexão parte, fundamentalmente, do estímulo suscitado pela leitura de dois contos: “Casa tomada” (1946), de Júlio Cortázar, e “O importado vermelho de Noé” (1999), de André Sant’Anna. Leituras que, desde o primeiro momento, pareceram convergentes, interligadas, como se de alguma forma os contos encarnassem, ainda que por caminhos distintos, manifestações de uma mesma substância. O *insight* inicial que os aproximou foi a constatação de que ambos poderiam ser lidos como ficcionalizações de um mesmo conflito, relacionado ao convívio problemático entre *classes*<sup>1</sup> no espaço urbano, sendo o primeiro referido ao contexto argentino de meados da década de 1940 e o segundo ao contexto brasileiro de fins da década de 1990.

Essa perspectiva se fortaleceu a partir da observação de que, além da proximidade temática, os relatos também guardavam notáveis similaridades formais entre si. Primeiramente, foi destacada a semelhança dos focos narrativos, ambos estruturados como monólogos. Esse traço comum do discurso em primeira pessoa possibilitou a proposta de entendermos os contos como expressões de *subjetividades de elite*. Um segundo aspecto de convergência foi a identificação da *figura da invasão* como princípio organizador de ambas as tramas. Através dela, pontuamos a construção de uma representação da alteridade – encarnada pelas massas urbanas – como ameaça à estabilidade da hegemonia de classes.

Animados por essas formulações, entendemos que o mergulho na subjetividade das elites e na figura da invasão convidava a uma reflexão sobre a *cidade* como palco desses conflitos. As experiências de estranhamento entre elites e massas se desdobraram em possibilidades de estabelecermos nexos entre os regimes de acumulação de capital e as configurações urbanas. A pesquisa foi buscar, então, suporte no pensamento de teóricos do espaço ligados ao marxismo,

---

<sup>1</sup> As discussões sobre o uso desse e dos demais conceitos destacados nesta introdução serão desenvolvidas mais adiante.

como Henri Lefebvre, Milton Santos, David Harvey e Edward Soja, dos quais tomamos a ideia de que “cada formação social é simultânea e inerentemente uma formação espacial, na qual a organização e oposição das classes e o sistema de produção e reprodução social estão materialmente impressos” (Soja, 1983, p. 37).

Dessa forma, por estar fortemente referido às dinâmicas da experiência urbana, o discurso do *incômodo classista* presente nos dois relatos nos levou a relacionar o sentimento de *distinção social* às práticas de *segregação espacial*. Mas como dar conta da conjugação entre a esfera subjetiva da intimidade – sintetizada no *incômodo* – e a análise das determinações objetivas da ordem do econômico? O materialismo cultural de Raymond Williams propõe um conceito que carrega, já no nome, essa tentativa de conciliação: *estruturas de sentimento*:

[...] como se sabe, o termo que Williams cunhou para descrever como nossas práticas sociais e hábitos mentais se coordenam com as formas de produção e organização socioeconômica que as estruturam em termos do sentido que consignamos à experiência do vivido (Cevasco, 2001, p.97)

Cada um dos relatos nos permitiria esboçar uma estrutura de sentimento própria aos recortes específicos. Instituiu-se, assim, uma primeira operação crítica, baseada na aproximação entre os textos e seus contextos sócio-históricos. Tratamos de identificar diferenças e pontuar traços marcantes das peculiaridades de cada momento, sem perder de vista a questão de fundo que atravessa a ambos, bem sintetizada nesse longo trecho de Bauman:.

Todo tipo de ordem social produz determinadas fantasias dos perigos que lhe ameaçam a identidade. Cada sociedade, porém, gera fantasias elaboradas segundo sua própria medida – Segundo a medida do tipo de ordem social que se esforça em ser. De um modo geral, tais fantasias tendem a ser imagens espelhadas da sociedade que as gera, enquanto a imagem da ameaça tende a ser um auto-retrato da sociedade com um sinal negativo. Ou, para expressar em termos psicanalíticos, a ameaça é uma projeção da ambivalência interna da sociedade sobre seus próprios recursos, sobre a maneira como vive e perpetua seu modo de viver. A sociedade insegura da sobrevivência de sua ordem desenvolve a mentalidade de uma fortaleza sitiada. Mas os inimigos que lhe sitiaram os muros são os seus próprios “demônios internos” – os medos reprimidos e circundantes que lhe permeiam a vida diária e a normalidade, e que, no entanto, a fim de tornar suportável a realidade diária, devem ser dominados, extraídos do cotidiano vivido e moldados em um corpo estranho, um inimigo tangível com que se possa lutar, e lutar novamente, e lutar até sob a esperança de vencer. (Bauman, 1998, p.52)

A força dos contos estaria na capacidade de captarem a tensão desses momentos em que ocorre o *retorno do reprimido* e as contradições, até então silenciadas, voltam a ser visíveis. Desde a perspectiva das elites, a presença das massas representa aquilo que o projeto hegemônico busca renegar: o caráter contraditório e dialético da realidade social. Se *todas as coisas estão impregnadas de seu contrário*, entendemos esses encontros indesejados com a alteridade como acontecimentos reveladores, que trazem novamente à tona o sentido da *totalidade*. A figura da invasão é o recurso ficcional que dá conta dessa restituição do *todo*. Ela pontua momentos de crise, em que as elites têm o exercício habitual de seus projetos e práticas interrompido. No marco dessa tensão, são aguçados os princípios da distinção social que, em cada relato, ganham os contornos e matizes do ambiente cultural vigente.

A partir da análise dessas características, chegamos à hipótese de que os contos poderiam ser considerados como sintomas privilegiados para se pensar os paradigmas envolvidos nos debates sobre a modernidade. Nossos esforços se voltaram, então, para a necessidade de estabelecer um diálogo entre eles, pois vislumbramos nessa ponte uma possibilidade de reflexão sobre a *mudança cultural*. Recorremos, então, a um artifício capaz de cultivar a particularidade da análise literária, projetando a ideia de totalidade também no plano da forma. Trata-se de uma proposta de interação entre os relatos, através da qual tomamos cada um deles como capítulos de uma possível *narrativa da cidade*. Com essa noção de continuidade, permitida pela composição de uma trama ampla e comum, buscamos esboçar um panorama em que se articulam as transformações da cultura, da fisionomia da cidade e do modo de produção. Cientes da tarefa de abordar o tema da determinação sem recorrer ao reducionismo mecanicista, encontramos na leitura de Marx, realizada por autores como Marshall Berman e David Harvey, uma interpretação para o caráter contraditório e dinâmico das tensões tematizadas nos contos: “o capital produz espaço, mas depois fica de alguma forma preso a ele, sendo necessária sua permanente reestruturação a fim de serem ultrapassados as contradições e os conflitos que engendra” (Harvey *apud* Soja, 1983, p.22).

A ideia das crises de hegemonia presentes nos relatos sugere uma dialética entre construção e destruição análoga à que define a dinâmica do modo de funcionamento do sistema capitalista; dialética essa que se confunde com as feições

e os (des)caminhos da própria modernidade, resumidos na célebre passagem do manifesto comunista: “tudo que é sólido desmancha no ar”. O diálogo entre os contos aponta para a reestruturação do poder de classe e visa, portanto, a questionar a idéia de ruptura, cultivando a noção que entende as mudanças instauradas nesse processo como rearranjos, *variações sobre um mesmo tema*, desdobramentos históricos de uma lógica imanente, *a lógica do capital*.

Salvo engano, terá ficado clara a articulação proposta entre cidade, cultura e regimes de acumulação. Espero, na leitura dos contos, ser capaz de justificar a força de todos esses delineamentos provisórios. Acredito que a apreensão de tais conceitos e formulações não deva ser buscada no princípio da pesquisa, mas sim no seu final, ou melhor, na visão de seu conjunto, na sua *totalidade*, enfim.

\* \* \*

Para estruturar esse conjunto de reflexões, organizamos o trabalho da seguinte maneira. No primeiro capítulo, “Plano diretor”, buscaremos nos situar no marco de uma “herança do marxismo”, justificando o interesse e a relevância de um “retorno a Marx” para a análise cultural proposta. Discutiremos alguns conceitos centrais dessa tradição tanto a partir de seus pressupostos “originários”, quanto através da contribuição das derivações, aprofundamentos e releituras propostas por outros autores. Com base nesses conceitos, sistematizaremos um modelo de compreensão das transformações da cultura.

No segundo capítulo, “Relatos da modernidade latino-americana”, entraremos nos universos específicos de “Casa tomada” e “O importado vermelho de Noé”. Faremos uma contextualização histórica dos momentos definidos pelo recorte e promoveremos uma leitura dos contos enquanto sintomas culturais de cada um deles, mesclando os traços referenciais com os aspectos formais, através de uma análise aprofundada sobre a *figura da invasão* e a forma do monólogo.

O terceiro e último capítulo, “Uma narrativa da cidade”, propõem uma articulação entre os textos de Cortázar e André Sant’Anna tendo por base a ideia de concebê-los como capítulos de uma *narrativa estendida*, através da qual

efetuaremos uma leitura cruzada, interessada em rastrear as continuidades e ressignificações dos sentimentos de distinção social e do incômodo classista

\* \* \*

Visando a uma maior sintonia entre o gesto de leitura do trabalho e o universo que motivou sua escrita, recomenda-se o contato prévio com os relatos. Optamos por reproduzi-los integralmente na sequência desta introdução, como uma maneira de trazê-los, de fato, para o corpo da pesquisa. Essa disposição tem um caráter prático, mas também simbólico, pois busca emular, no plano da estrutura formal, o itinerário do movimento de ideias através do qual a reflexão se constituiu. Lembramos que “Casa tomada” e “O importado vermelho de Noé” são os lugares teóricos dessa empreitada, portanto, se apresentam aqui como pontos de partida para o posterior desenvolvimento dos capítulos, pontuado acima.

## 2

### Os relatos

#### 2.1

##### “Casa tomada”, de Julio Cortázar

Nos gustaba la casa porque aparte de espaciosa y antigua (hoy que las casas antiguas sucumben a la más ventajosa liquidación de sus materiales) guardaba los recuerdos de nuestros bisabuelos, el abuelo paterno, nuestros padres y toda la infancia.

Nos habituamos Irene y yo a persistir solos en ella, lo que era una locura pues en esa casa podían vivir ocho personas sin estorbarse. Hacíamos la limpieza por la mañana, levantándonos a las siete, y a eso de las once yo le dejaba a Irene las últimas habitaciones por repasar y me iba a la cocina. Almorzábamos al mediodía, siempre puntuales; ya no quedaba nada por hacer fuera de unos platos sucios. Nos resultaba grato almorzar pensando en la casa profunda y silenciosa y cómo nos bastábamos para mantenerla limpia. A veces llegábamos a creer que era ella la que no nos dejó casarnos. Irene rechazó dos pretendientes sin mayor motivo, a mí se me murió María Esther antes que llegáramos a comprometernos. Entramos en los cuarenta años con la inexpresada idea de que el nuestro, simple y silencioso matrimonio de hermanos, era necesaria clausura de la genealogía asentada por nuestros bisabuelos en nuestra casa. Nos moriríamos allí algún día, vagos y esquivos primos se quedarían con la casa y la echarían al suelo para enriquecerse con el terreno y los ladrillos; o mejor, nosotros mismos la voltearíamos justicieramente antes de que fuese demasiado tarde.

Irene era una chica nacida para no molestar a nadie. Aparte de su actividad matinal se pasaba el resto del día tejiendo en el sofá de su dormitorio. No sé por qué tejía tanto, yo creo que las mujeres tejen cuando han encontrado en esa labor el gran pretexto para no hacer nada. Irene no era así, tejía cosas siempre necesarias,



tricotas para el invierno, medias para mí, mañanitas y chalecos para ella. A veces tejía un chaleco y después lo destejía en un momento porque algo no le agradaba; era gracioso ver en la canastilla el montón de lana encrespada resistiéndose a perder su forma de algunas horas. Los sábados iba yo al centro a comprarle lana; Irene tenía fe en mi gusto, se complacía con los colores y nunca tuve que devolver madejas. Yo aprovechaba esas salidas para dar una vuelta por las librerías y preguntar vanamente si había novedades en literatura francesa. Desde 1939 no llegaba nada valioso a la Argentina.

Pero es de la casa que me interesa hablar, de la casa y de Irene, porque yo no tengo importancia. Me pregunto qué hubiera hecho Irene sin el tejido. Uno puede releer un libro, pero cuando un pullover está terminado no se puede repetirlo sin escándalo. Un día encontré el cajón de abajo de la cómoda de alcanfor lleno de pañoletas blancas, verdes, lila. Estaban con naftalina, apiladas como en una mercería; no tuve valor para preguntarle a Irene qué pensaba hacer con ellas. No necesitábamos ganarnos la vida, todos los meses llegaba plata de los campos y el dinero aumentaba. Pero a Irene solamente la entretenía el tejido, mostraba una destreza maravillosa y a mí se me iban las horas viéndole las manos como erizos plateados, agujas yendo y viniendo y una o dos canastillas en el suelo donde se agitaban constantemente los ovillos. Era hermoso.

Cómo no acordarme de la distribución de la casa. El comedor, una sala con gobelinos, la biblioteca y tres dormitorios grandes quedaban en la parte más retirada, la que mira hacia Rodríguez Peña. Solamente un pasillo con su maciza puerta de roble aislaba esa parte del ala delantera donde había un baño, la cocina, nuestros dormitorios y el living central, al cual comunicaban los dormitorios y el pasillo. Se entraba a la casa por un zaguán con mayólica, y la puerta cancel daba al living. De manera que uno entraba por el zaguán, abría la cancel y pasaba al living; tenía a los lados las puertas de nuestros dormitorios, y al frente el pasillo que conducía a la parte más retirada; avanzando por el pasillo se franqueaba la puerta de roble y mas allá empezaba el otro lado de la casa, o bien se podía girar a la izquierda justamente antes de la puerta y seguir por un pasillo más estrecho que llevaba a la cocina y el baño. Cuando la puerta estaba abierta advertía uno que la casa era muy grande; si no, daba la impresión de un departamento de los que se edifican ahora, apenas para moverse; Irene y yo vivíamos siempre en esta parte de

la casa, casi nunca íbamos más allá de la puerta de roble, salvo para hacer la limpieza, pues es increíble cómo se junta tierra en los muebles. Buenos Aires será una ciudad limpia, pero eso lo debe a sus habitantes y no a otra cosa. Hay demasiada tierra en el aire, apenas sopla una ráfaga se palpa el polvo en los mármoles de las consolas y entre los rombos de las carpetas de macramé; da trabajo sacarlo bien con plumero, vuela y se suspende en el aire, un momento después se deposita de nuevo en los muebles y los pianos.

Lo recordaré siempre con claridad porque fue simple y sin circunstancias inútiles. Irene estaba tejiendo en su dormitorio, eran las ocho de la noche y de repente se me ocurrió poner al fuego la pavita del mate. Fui por el pasillo hasta enfrentar la entornada puerta de roble, y daba la vuelta al codo que llevaba a la cocina cuando escuché algo en el comedor o en la biblioteca. El sonido venía impreciso y sordo, como un volcarse de silla sobre la alfombra o un ahogado susurro de conversación. También lo oí, al mismo tiempo o un segundo después, en el fondo del pasillo que traía desde aquellas piezas hasta la puerta. Me tiré contra la pared antes de que fuera demasiado tarde, la cerré de golpe apoyando el cuerpo; felizmente la llave estaba puesta de nuestro lado y además corrí el gran cerrojo para más seguridad.

Fui a la cocina, calenté la pavita, y cuando estuve de vuelta con la bandeja del mate le dije a Irene:

-Tuve que cerrar la puerta del pasillo. Han tomado parte del fondo.

Dejó caer el tejido y me miró con sus graves ojos cansados.

-¿Estás seguro?

Asentí.

-Entonces -dijo recogiendo las agujas- tendremos que vivir en este lado.

Yo cebaba el mate con mucho cuidado, pero ella tardó un rato en reanudar su labor. Me acuerdo que me tejía un chaleco gris; a mí me gustaba ese chaleco.

Los primeros días nos pareció penoso porque ambos habíamos dejado en la parte tomada muchas cosas que queríamos. Mis libros de literatura francesa, por ejemplo, estaban todos en la biblioteca. Irene pensó en una botella de Hesperidina de muchos años. Con frecuencia (pero esto solamente sucedió los primeros días) cerrábamos algún cajón de las cómodas y nos mirábamos con tristeza.

-No está aquí.

Y era una cosa más de todo lo que habíamos perdido al otro lado de la casa.

Pero también tuvimos ventajas. La limpieza se simplificó tanto que aun levantándose tardísimo, a las nueve y media por ejemplo, no daban las once y ya estábamos de brazos cruzados. Irene se acostumbró a ir conmigo a la cocina y ayudarme a preparar el almuerzo. Lo pensamos bien, y se decidió esto: mientras yo preparaba el almuerzo, Irene cocinaría platos para comer fríos de noche. Nos alegramos porque siempre resultaba molesto tener que abandonar los dormitorios al atardecer y ponerse a cocinar. Ahora nos bastaba con la mesa en el dormitorio de Irene y las fuentes de comida fiambre.

Irene estaba contenta porque le quedaba más tiempo para tejer. Yo andaba un poco perdido a causa de los libros, pero por no afligir a mi hermana me puse a revisar la colección de estampillas de papá, y eso me sirvió para matar el tiempo. Nos divertíamos mucho, cada uno en sus cosas, casi siempre reunidos en el dormitorio de Irene que era más cómodo. A veces Irene decía:

-Fijate este punto que se me ha ocurrido. ¿No da un dibujo de trébol?

Un rato después era yo el que le ponía ante los ojos un cuadradito de papel para que viese el mérito de algún sello de Eupen y Malmédy. Estábamos bien, y poco a poco empezábamos a no pensar. Se puede vivir sin pensar.

(Cuando Irene soñaba en alta voz yo me desvelaba en seguida. Nunca pude habituarme a esa voz de estatua o papagayo, voz que viene de los sueños y no de la garganta. Irene decía que mis sueños consistían en grandes sacudones que a veces hacían caer el cobertor. Nuestros dormitorios tenían el living de por medio, pero de noche se escuchaba cualquier cosa en la casa. Nos oíamos respirar, toser,

presentíamos el ademán que conduce a la llave del velador, los mutuos y frecuentes insomnios.

Aparte de eso todo estaba callado en la casa. De día eran los rumores domésticos, el roce metálico de las agujas de tejer, un crujido al pasar las hojas del álbum filatélico. La puerta de roble, creo haberlo dicho, era maciza. En la cocina y el baño, que quedaban tocando la parte tomada, nos poníamos a hablar en voz más alta o Irene cantaba canciones de cuna. En una cocina hay demasiados ruidos de loza y vidrios para que otros sonidos irrumpen en ella. Muy pocas veces permitíamos allí el silencio, pero cuando tornábamos a los dormitorios y al living, entonces la casa se ponía callada y a media luz, hasta pisábamos despacio para no molestarnos. Yo creo que era por eso que de noche, cuando Irene empezaba a soñar en alta voz, me desvelaba en seguida.)

Es casi repetir lo mismo salvo las consecuencias. De noche siento sed, y antes de acostarnos le dije a Irene que iba hasta la cocina a servirme un vaso de agua. Desde la puerta del dormitorio (ella tejía) oí ruido en la cocina; tal vez en la cocina o tal vez en el baño porque el codo del pasillo apagaba el sonido. A Irene le llamó la atención mi brusca manera de detenerme, y vino a mi lado sin decir palabra. Nos quedamos escuchando los ruidos, notando claramente que eran de este lado de la puerta de roble, en la cocina y el baño, o en el pasillo mismo donde empezaba el codo casi al lado nuestro.

No nos miramos siquiera. Apreté el brazo de Irene y la hice correr conmigo hasta la puerta cancel, sin volvernos hacia atrás. Los ruidos se oían más fuerte pero siempre sordos, a espaldas nuestras. Cerré de un golpe la cancel y nos quedamos en el zaguán. Ahora no se oía nada.

-Han tomado esta parte -dijo Irene. El tejido le colgaba de las manos y las hebras iban hasta la cancel y se perdían debajo. Cuando vio que los ovillos habían quedado del otro lado, soltó el tejido sin mirarlo.

-¿Tuviste tiempo de traer alguna cosa? -le pregunté inútilmente.

-No, nada.

Estábamos con lo puesto. Me acordé de los quince mil pesos en el armario de mi dormitorio. Ya era tarde ahora.

Como me quedaba el reloj pulsera, vi que eran las once de la noche. Rodeé con mi brazo la cintura de Irene (yo creo que ella estaba llorando) y salimos así a la calle. Antes de alejarnos tuve lástima, cerré bien la puerta de entrada y tiré la llave a la alcantarilla. No fuese que a algún pobre diablo se le ocurriera robar y se metiera en la casa, a esa hora y con la casa tomada.

CORTÁZAR, Julio. *Casa Tomada*. In: *Bestiario*. Barcelona: Ediciones B, 1987.

## 2.2

### “O importado vermelho de Noé”, de André Sant’Anna

Está chovendo dinheiro em Nova York. Deu no rádio. Deu na CBN. E, com o meu carro vermelho, importado da Alemanha, logo estarei no aeroporto e voarei para Nova York pela American Airlines. O meu carro vermelho, importado da Alemanha, é veloz. Eu tenho poder de compra, e por isso comprei o meu carro vermelho, importado da Alemanha. Eu tenho empresas e sou digno do visto para ir a Nova York. O dinheiro que chove em Nova York é para pessoas com poder de compra. Pessoas que tenham um visto do consulado americano. O dinheiro que chove em Nova York também é para os nova-iorquinos. São milhares de dólares. Ergui empresas, venci obstáculos, ultrapassei limites, atingi todas as metas, e agora vou para Nova York, onde está chovendo dinheiro. Possuo as qualificações necessárias, os dotes exigidos, e sou livre para ir a Nova York, onde está chovendo dinheiro. As negociações estão encerradas. Meu cérebro de administrador é perspicaz e tem o veredicto final. Estou indo para Nova York, onde está chovendo dinheiro. Sou um grande administrador. Sim, está chovendo dinheiro em Nova York. Deu no rádio. Vejo que há pedestres invadindo a via onde trafega o meu carro vermelho, importado da Alemanha. Vejo que há carros nacionais trafegando pela via onde trafega o meu carro vermelho, importado da Alemanha. Ao chegar a Nova York, tomarei providências. O meu cérebro de administrador sabe que providências tomar. Procurei o desenvolvimento em cada instante de minha vida. Sei exatamente aonde quero chegar. Eu quero ir para Nova York, onde está chovendo dinheiro. Será uma grande aliança. Eu e o dinheiro que está chovendo em Nova York. Uma fusão gloriosa. Agora compreendo os desígnios da natureza, a intenção do destino. Agora posso compreender Deus, que está a meu lado e faz chover dinheiro em Nova York. Enxergo claramente a diferença entre o meu carro vermelho, importado da Alemanha, e os carros nacionais. A diferença que me separa definitivamente dos pedestres que invadem a via onde trafega o meu carro vermelho, importado da Alemanha. Voarei para Nova York pela American Airlines, e Deus estará comigo, indo para Nova York. Deus está em toda Nova York. Deus é também um grande administrador, como eu, Paulo e os nova-iorquinos. É grande a empresa de Deus, como são grandes as minhas empresas. Deus toma as providências necessárias e

faz chover dinheiro em Nova York. Milagre! Deu no rádio. Está chovendo dinheiro em Nova York, e eu vou para Nova York. Está chovendo dinheiro em Nova York! Estou indo velozmente, no meu carro vermelho, importado da Alemanha, para Nova York. Estou indo para Nova York numa velocidade incrível, deixando para trás os pedestres e os carros nacionais. Deixando para trás um passado impecável, rumo a um futuro espetacular. Deus fala diretamente à minha consciência. Deus faz chover dinheiro em Nova York e não aqui, na Marginal Tietê, onde só chove chuva de água normal. A grande recompensa de Deus é exclusiva dos grandes administradores como eu, Paulo e os nova-iorquinos. Caso contrário, choveria dinheiro aqui mesmo, na Marginal Tietê, onde chove só chuva de água normal e os carros nacionais impedem a passagem veloz do meu carro vermelho, importado da Alemanha. Aqui, onde o rio Tietê recebe a chuva de água normal sem um dólar sequer no meio, que se mistura ao esgoto horroroso constituído pelo excremento dos pretos desta cidade e pelo subproduto indesejável da insignificante indústria nacional. Está decidido: a partir deste momento minhas empresas terão capital internacional e flutuarão no rio global de dinheiro que chove em Nova York. Estou a um passo do futuro magnífico, planejado, pessoalmente, por Deus, para mim, para Paulo e para os nova-iorquinos. Basta esperar que os insuportáveis carros nacionais abram passagem para o meu veloz carro vermelho, importado da Alemanha. Dividirei o rio Tietê em dois e o atravessarei sozinho no meu carro vermelho, importado da Alemanha, rumo à Terra Prometida, que é Nova York, onde está chovendo dinheiro. Vou sozinho para Nova York. Está decidido. É uma decisão acertada como todas as decisões que o meu cérebro de administrador toma. A chuva de água normal que cai sobre o rio Tietê não impedirá que eu avance cada vez mais. Os carros nacionais que atrapalham a veloz passagem do meu carro vermelho, importado da Alemanha, serão esmagados pelos anjos vingadores de Deus. A chuva cai, mas é só água normal. Não é como em Nova York, onde está chovendo dinheiro. Ao chegar a Nova York, tomarei as providências necessárias. Mandarei um e-mail a Paulo, que é um grande administrador e também vai para Nova York. É preciso substituir o prefeito, que é preto. A culpa é do prefeito. A chuva de água normal, que faz subir o rio Tietê. O subproduto da medíocre indústria nacional. A péssima qualidade dos carros nacionais. Os buracos que deformam o asfalto das lentas estradas de rodagem nacionais. O prefeito é preto. A culpa é do prefeito e do povo que votou nesse prefeito preto. Eu também votei nesse prefeito preto, mas foi a

pedido de Paulo. Nunca vou esquecer o que Paulo fez pelas empresas. Paulo é meu amigo. Paulo é um grande administrador, como eu e os nova-iorquinos. Paulo já rompeu com o prefeito preto. Me perdoe, Deus, por ter ajudado a financiar a campanha desse prefeito preto. Me perdoe, Deus. Na época das eleições eu ainda não havia recebido vossas instruções. Mas agora deu no rádio. Está chovendo dinheiro em Nova York, e eu preciso ir para Nova York. Em Nova York poderei voar livremente, velozmente, no meu carro vermelho, importado da Alemanha. Em Nova York, meu carro vermelho, importado da Alemanha, jamais será roubado pelos assaltantes pretos. Em Nova York não chove chuva de água normal. Chove dinheiro em Nova York! Mas é só para mim, para Paulo e para os nova-iorquinos. Meu enorme capital vai se fundir no enorme capital do dinheiro que chove em Nova York. Basta que pare de chover água normal aqui, na Marginal Tietê. Basta que os carros nacionais sejam eliminados. Basta que o prefeito preto fique branco e deixe de ser preto como a água do rio Tietê ao se misturar com os excrementos dos pretos nacionais. Deus só está testando a minha fé, por isso não pára de chover água normal aqui, na Marginal Tietê. Por isso, os carros nacionais continuam a obstruir a passagem veloz do meu carro vermelho, importado da Alemanha. Eu tenho fé, Deus. Eu acredito, Deus. Deu no rádio: está chovendo dinheiro em Nova York. E logo eu estarei em Nova York, onde está chovendo dinheiro. Oh! Não! O rio Tietê está subindo, subindo, subindo... Eu sei de quem é a culpa. A culpa é do prefeito. O prefeito tem que tomar uma providência. As bactérias nojentas do rio Tietê estão invadindo a via onde o meu carro vermelho, importado da Alemanha, tenta trafegar. O meu carro vermelho, importado da Alemanha, tenta trafegar velozmente, mas os carros nacionais impedem seu veloz tráfego. No aeroporto, o voo da American Airlines está esperando por mim. Eu tenho um visto para entrar nos Estados Unidos. Eu tenho uma passagem na primeira classe do voo da American Airlines que vai para Nova York. Eu quero ir para Nova York. Está chovendo dinheiro em Nova York. Deus, leve o meu carro vermelho, importado da Alemanha, para o aeroporto, onde o voo da American Airlines espera por este seu devoto, grande administrador branco, perspicaz, amigo de Paulo. Deus, eu sou sua imagem e semelhança, Deus. Eu sou belo, Deus. Eu creio, Deus. Deu no rádio. Está chovendo dinheiro em Nova York, e o meu carro vermelho, importado da Alemanha, está preso entre os carros nacionais, às margens do rio Tietê, onde a água normal e o excremento dos pretos, por culpa do prefeito, começam a invadir a



via onde o meu carro vermelho, importado da Alemanha, não consegue sair velozmente do lugar. Não perderei a calma. Tempo há. A American Airlines sempre espera por seus passageiros brancos da primeira classe. Sou um administrador objetivo. A água normal que chove no rio Tietê não pode deter a força de Deus, a velocidade do meu carro vermelho, importado da Alemanha. Tenho direitos garantidos por lei. As empresas são minhas. O carro vermelho, importado da Alemanha, que me levará às asas da American Airlines, é meu. Ainda tenho um almoço de negócios em Nova York para resolver negócios urgentíssimos. São negócios de fusão com o capital internacional. Negócios relacionados ao dinheiro que está chovendo em Nova York. Negócios diretamente relacionados a Deus, que faz chover dinheiro em Nova York. Deus exige a minha presença em Nova York. O prefeito deve priorizar a retirada dos carros nacionais que impedem a passagem velocíssima do meu carro vermelho, importado da Alemanha. Paulo! Onde está Paulo? Onde está o prefeito? Paulo, retire o prefeito. Eu quero ir para Nova York. Pretos. Só vejo pretos, carros nacionais e água normal misturada ao subproduto da fraquíssima indústria nacional juntamente com o excremento dos pretos. É a investida do Demônio preto contra o meu carro vermelho, importado da Alemanha. Não admito. Não posso admitir. Deus está me pondo à prova. Não se preocupe, Deus. Jamais abandonarei minha missão. Deus, me desculpe. Minha fé fraqueja. São as bactérias do rio Tietê por culpa do prefeito. Sim, Deus. Me reunirei ao meu amigo Paulo e aos nova-iorquinos, e me fundirei aos milhares de dólares que estão chovendo em Nova York. A liberdade internacional está logo ali, ali... Eu vejo. Eu vejo, meu Deus. Está chovendo dinheiro em Nova York, e eu posso ver o dinheiro que chove em Nova York. Deu no rádio. Está chovendo dinheiro em Nova York. Eu posso ver. Deu no rádio. A água normal que chove no rio Tietê está atingindo níveis insuportáveis. Uma falta de respeito ao meu poder aquisitivo, ao meu poder de compra. Eu tenho poder e compra e não posso admitir que o afrontoso rio Tietê com o excremento dos pretos e mais esses abjetos carros nacionais impeçam a trajetória veloz e perfeita do meu carro vermelho, importado da Alemanha, rumo a Nova York, onde está chovendo dinheiro. São milhares de dólares em Nova York e milhares de dejetos humanos pretos aqui, na Marginal Tietê, na via onde o meu carro vermelho, importado da Alemanha, já não trafega mais. Deus... Deus, exijo uma providência. O prefeito tem que tomar uma providência. Preciso possuir dinheiro em Nova York. Preciso possuir as mais belas mulheres do planeta em

Nova York. Eu tenho direitos. Direitos humanos. Mas não. Os direitos humanos servem apenas aos interesses dos criminosos pretos, que infestam as cadeias nacionais. Eu tenho direitos humanos internacionais, garantidos pela lei de Deus que me obriga a ir para Nova York. Eu tenho deveres para com Deus. Saíam da frente do meu carro vermelho, importado da Alemanha, seus demoníacos carros nacionais dos pretos. É uma necessidade urgente possuir as mais belas mulheres do planeta em Nova York. Eu sou um belo com poder aquisitivo. Meu poder aquisitivo é imensurável, sim, sim. Não... Não... Estou cercado de água normal dos pretos sem dólares como aqueles dólares que chovem em Nova York. Os dólares que serão meus, de Paulo, dos nova-iorquinos, de Deus, de Deus, de Deus. Tenho um jantar urgentíssimo em Nova York, onde está chovendo dinheiro. Dólares enviados especialmente por Deus, para mim. Tenho um jantar com as mais belas mulheres do planeta em Nova York: Julia Roberts, Cindy Crawford, Nicole Kidman, Kim Basinger, Catherine Deneuve, que sempre vai a Nova York como eu. Naomi Campbell também. Naomi é preta, mas é muito gostosa. Ela não é igual a esse prefeito preto que permite a obstrução do meu carro vermelho, importado da Alemanha, pelos miseráveis carros nacionais, pela catastrófica chuva nacional normal, pelo rio Tietê, pretíssimo, cada vez mais cheio, invadindo a via onde o meu carro vermelho, importado da Alemanha, não consegue mais se mover. Deus! Deus! Estou imóvel enquanto chove dinheiro em Nova York. A água do rio Tietê e os excrementos pretos dos pretos e o subproduto da pouco competitiva indústria nacional estão se aproximando do meu carro vermelho, importado da Alemanha. Meu carro vermelho, importado da Alemanha, vai ser tocado por excrementos pretos. Não. Isso não vai acontecer. A American Airlines vai me levar a Nova York, onde está chovendo dinheiro. E eu, um belo administrador, amigo de Paulo, escolhido por Deus, aguardado pelos nova-iorquinos, me fundirei no dinheiro que chove em Nova York, no capital estratosférico, no corpo nu de Julia Roberts. Me fundirei nas mais belas mulheres do planeta que estão em Nova York. Começarei a tomar providências imediatamente, retirando o prefeito preto e os carros nacionais que infestam a via onde o meu carro vermelho, importado da Alemanha, deveria estar trafegando. Minhas empresas possuem grande agilidade. Meu cérebro é uma máquina de última geração. Sou uma águia na administração. Você está deposto, terrível prefeito preto. Exijo direitos plenos sobre a alta tecnologia do meu carro vermelho, importado da Alemanha, e sobre os aparelhos computadorizados do vôo

da American Airlines que me levará a Nova York, onde chove dinheiro. Os carros nacionais para pretos de baixo poder de compra logo serão levados pela corrente de água normal e de excrementos dos pretos. Os inconsistentes carros nacionais não vão resistir a esta enchente preta e água normal. Eu sabia. Deus está mostrando o seu poder fazendo chover água normal aqui, nesta via ao lado do rio Tietê. Os carros nacionais e os pretos estão sendo destruídos. Quando toda esta via automotiva estiver submersa nos excrementos pretos e no subproduto da fétida indústria nacional, Deus retirará da água normal o meu carro vermelho, importado da Alemanha, fazendo com que a velocidade internacional do meu carro vermelho, importado da Alemanha, me leve ao aeroporto, onde o vô da American Airlines, para Nova York, estará à minha espera e à espera de Paulo. Me fundirei na ilha de Manhattan e nos dólares que chovem em Nova York. Depois irei a Paris para uma reunião prioritária de negócios e jantares exclusivos com Catherine Deneuve e a cúpula européia do capital internacional feliz independente. Sim. De Nova York a Paris. De Paris a Nova York, através da Air France e também da insuperável American Airlines. Serei cercado pelos paparazzi da imprensa internacional, mas não morrerei em Paris, à meia-noite, às margens do rio Sena, onde *nothing is real*. Deus está comigo. Mesmo agora, que os ignóbeis carros nacionais começam a ser levados pela enxurrada de água normal, excrementos e subprodutos. Exijo a presença da imprensa e nada tenho a declarar. Só falarei na presença de Deus ou do meu advogado. Aqui só há pretos saindo dos carros nacionais, tentando fugir da chuva de água normal enviada por Deus. Mas eu ficarei aqui no meu carro vermelho, importado da Alemanha. Em poucos instantes, Deus iniciará a retirada do meu carro vermelho, importado da Alemanha. Planarei sobre este rio preto administrado pessimamente pelo prefeito, que é o responsável por toda esta chuva normal que chove aqui e não em Nova Yoik, onde também chove, mas chove é dinheiro enviado por Deus. Deu no rádio. Está chovendo dinheiro em Nova York. Milhares de dólares num fluxo de alta rentabilidade. Ainda bem que possuo a calma e a frieza objetiva, exclusividade dos grandes administradores, para enfrentar os poucos minutos que ainda restam antes que os carros nacionais dirigidos por pretos de baixo poder administrativo sejam destruídos e o meu carro vermelho, importado da Alemanha, se eleve aos céus nas asas da American Airlines, rumo a Nova York, onde não pára de chover dinheiro. Está chegando o momento sagrado. Eu posso sentir a presença internacional de Deus, que me adora. Foi Deus quem me

escolheu para ir a Nova York e participar das reuniões decisivas e dos jantares com o capital que chove em Nova York. A fusão é imprescindível. Agora. Agora. Estou pronto. Ainda não? Sim, Deus. Estou ouvindo com os meus infalíveis ouvidos de grande administrador. Está dando no rádio. Uma mensagem. Cindy Crawford e Michael Douglas estarão à minha espera. A reunião decisiva para eliminar os protozoários maléficos que produzem fichinhas falsas e o prefeito preto do povo preto que produz excrementos aqui, nesta via nacional intransitável que submerge nas águas pretas da insolúvel indústria nacional, nas margens do rio Tietê. A paciência é uma virtude dos grandes administradores belos que se fundem nos corpos das internacionais mulheres lindas de Nova York, onde chove dinheiro. Oh! Deus. Está tão frio. A água normal e preta está subindo, subindo. A água preta macula meu carro vermelho, importado da Alemanha. Oh! Deus. Por que me fazer passar por esta prova final? O subproduto da indústria preta já atinge meu peito largo de grande administrador. A água normal é fria. O dinheiro que chove em Nova York é quente como o regaço de Julia Roberts. A água está toda preta, toda nacional e pouco desenvolvida. Deus, preciso de uma reunião intransferível com o senhor que ama a mim, a Paulo, aos nova-iorquinos, às mais lindas mulheres do planeta, ao meu carro vermelho, importado da Alemanha, ao fluxo intercambiável de capital que chove em Nova York. Preciso apontar falhas no sistema administrativo deste rio de águas pretas e normais, nesta via que sucumbe à ira dos excrementos de baixo poder aquisitivo, me afastando do objetivo final proposto a mim, pelo senhor, Deus. Eu vou ser o prefeito. Eu sou o prefeito. Deu no rádio. Eu vou ser o prefeito em Nova York com os nova-iorquinos, o dinheiro que chove e as mais lindas mulheres do planeta nas reuniões de máxima urgência com o fluxo global de Paulo. Deu no rádio. Está chovendo dinheiro em Nova York, e eu sou o prefeito. É hora de voar pela American Airlines. Meu carro vermelho, importado da Alemanha, deve partir imediatamente para Nova York, antes que aquele excremento preto nacional entre em contato com a superfície vermelha e tecnologicamente avançada do meu carro vermelho, importado da Alemanha. Contato. Contato. Há falhas no sistema administrativo nacional. Devo partir imediatamente. Há excrementos pretos flutuando ao redor de meu forte pescoço. Há água fria. Contato. Deus, contato. Falhas existem para ser corrigidas. Contato. Contato. Excremento detectado. Elevarei meu potente maxilar e evitarei que a água nacional preta entre em minha boca. Elevação iniciada. Contato. Excremento

detectado. Contato bucal com excrementos de baixa qualificação técnica. Julia Roberts, Deus, contato. A fusão com o capital universal administrativo nova-iorquino deve ser efetuada. Evitar o excremento e a água normal sem dólares. Ar. Água preta normal, entrando no nariz de linhas arrojadas. Deus, deu no rádio. Está chovendo dinheiro em Nova York. Excremento preto nacional normal à frente. Eu quero ir para Nova York. Excremento preto de baixo poder aquisitivo, na minha boc... Está chovendo dinheiro em Nova York.

SANT'ANNA, André. *O importado vermelho de Noé*; In: *Sexo e Amizade*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

### **3**

## **Plano diretor**

### **3.1**

#### **Um horizonte**

A intenção desse primeiro tópico é embasar e justificar meu interesse pelo marxismo como horizonte de reflexão. A opção por tal perspectiva teórica e a escolha do corpus/objeto de estudo convergem; ambas as iniciativas se inscrevem em um mesmo movimento investigativo, cujo desenvolvimento se constituiu, em grande parte, na trajetória do curso de mestrado. Por isso, me parece cabível uma breve reconstituição do itinerário comum entre “objeto” e “metodologia”, duas obstinações que se mantiveram desde o pré-projeto – requisito de ingresso – até o presente momento da escrita da dissertação.

Essa persistência só foi possível mediante o contato com as discussões em torno das teorias contemporâneas da cultura e das transformações dos paradigmas epistemológicos. Identifico, no seio desses debates, uma forte tendência ao diagnóstico do “contexto atual” como “marcado pelo fim dos relatos hegemônicos e dos grandes sistemas ideológicos” (Miranda, 2010, p.111). Ciente do impacto que tais formulações conferem ao estatuto da tradição marxista, com a qual me identifico, fui obrigado a repensar alguns elementos que sustentavam minha reflexão. Esse questionamento possibilitou o redimensionamento das ideias, o aprofundamento teórico e, ao final, o fortalecimento dessa identificação.

Entendo que a tarefa de “defender” a atualidade do marxismo só pode ser bem sucedida na medida em que suas categorias e procedimentos saibam responder às questões colocadas pelo debate teórico vigente e se revelem ferramentas produtivas para se pensar e interpretar a contemporaneidade. O presente trabalho é também fruto desse desafio e deseja contribuir, singelamente, para essa empreitada.

Se o que está em jogo nesse debate é a *revisão crítica da modernidade e suas formas de produção de conhecimento*, a tradição do pensamento de Marx – figura proeminente desse paradigma – torna-se um aspecto central. Acompanhar as formas de abordagem e as valorações a ela atribuídas é, portanto, um modo de entrar na discussão e esboçar um posicionamento diante do campo intelectual, que se constitui enquanto espaço de disputa<sup>2</sup>.

Evidentemente, minha inserção não se pretende imparcial, pois entendo o trabalho intelectual como indissociável das perspectivas políticas<sup>3</sup>. A opção por estudar as relações entre literatura e experiência urbana, com foco nos antagonismos da ordem social, é manifestação de um *projeto de construção de conhecimento* interessado nas divisões da sociedade instituídas pela lógica econômica, para o qual o horizonte marxista parece incontornável. Sob tal perspectiva, “objeto” e “método” estabelecem um vínculo indissociável, alimentando-se reciprocamente: da mesma forma como a teoria fornece caminhos de leitura para os contos, os contos suscitam percepções que renovam a reflexão sobre a teoria.

Em resumo, a leitura dos contos e as convicções teóricas preliminares se fortalecem em um mesmo movimento. Trataremos, agora, de pontuar quais contribuições da tradição marxista marcam a unidade desse discurso crítico.

\* \* \*

No texto *Marx e os marxismos: uma reflexão para o século XXI*, Francisco Fernandez Buey, define o pensador alemão como “um dos faróis intelectuais do século XX”:

---

<sup>2</sup> “Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo [...], é explicar [...] os atos dos produtores e as obras por eles produzidas.” (Bourdieu, 2000, p. 69.)

<sup>3</sup> Ainda neste capítulo, será sistematizado um modelo de compreensão das transformações da cultura condizente com esse posicionamento crítico.

Em seu nome fizeram-se quase todas as revoluções político-sociais do século XX. Em nome de sua doutrina elevou-se também o regime stalinista. E contra a doutrina que se criou em seu nome apoiaram-se quase todos os movimentos reacionários do século XX (Buey, 2005, p.183).

Diante de tantas atribuições, leituras e interpretações que a ideia de “marxismo” suscita, é importante destacarmos nosso recorte. Delimitaremos um “objeto” e uma “metodologia” específicos, primeiramente como duas esferas separadas. Em seguida, relativizaremos essa cisão.

Em relação ao objeto, a perspectiva que nos interessa acompanha a definição de Fredric Jameson:

O marxismo é a *ciência do capitalismo* ou, melhor ainda, para dar profundidade a ambos os termos, é a *ciência das contradições inerentes ao capitalismo*. Isso significa, por um lado, que é incoerente comemorar “a morte do marxismo” na mesma ocasião em que se anuncia o triunfo definitivo do capitalismo e do mercado. (Jameson, 1999, p.187, *grifos nossos*)

A formulação desarma grande parte das iniciativas empenhadas em desacreditar a atualidade dessa “ciência”, que se erige em função do objeto “descoberto”. Marx formula sua leitura do capitalismo como um sistema inerentemente paradoxal, ao identificar a contradição estrutural da lógica de funcionamento de seu regime de acumulação:

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista (Marx, 1984, p.88)

Com base na constatação de que “a capacidade de reprodução ampliada do capital – objetivo da produção – tende sempre a ser obstruída pelo próprio sistema econômico posto em funcionamento” (Lima 2010, p.95), Marx define o capitalismo como um modo de produção que gera suas próprias crises. Essa condição estrutural impõe uma necessidade contínua de reajustes e adaptações ao sistema. Para conservar sua lógica de funcionamento, o capitalismo se especializa, então,



em reinventar-se, e o faz engendrando novas formas que transferem o foco da crise. Nesse sentido, as pretensas superações das crises jamais ocorrem. O que as “formas emergentes” fazem é estabelecer novas bases para a acumulação de capital. Essa reorganização projeta a crise para outra esfera e a “silencia” até que o novo modelo se esgote e a crise novamente venha à tona. A repetição desse ciclo *crise/superação/esgotamento* define a ideia da *contradição permanente* que retomaremos na articulação da leitura dos contos.

O “objeto” – sistema capitalista – tem, portanto, a transformação e o movimento como marcas fundamentais. A tarefa de abordá-lo demanda uma “ciência” dinâmica, histórica e inacabada, aberta ao desafio de produzir o próprio conhecimento no interior de um processo contínuo. São esses traços que, a título de simplificação, destacaremos agora como atributos da “metodologia” marxista.

Seu princípio organizador é a *dialética*, perspectiva crítica que sintetiza o movimento do pensamento que tratamos de conceituar, uma vez que “procura reproduzir no plano do intelecto, o desenvolvimento que tem lugar no processo histórico” (Borón, 2005, p.40). No entanto, diante dessa correspondência entre *pensamento* e *realidade*, é importante rechaçar a ideia da prevalência ou anterioridade de uma das duas esferas, a partir da qual a outra se projetaria como “reflexo”. Contra esse tipo de concepção mecanicista, característica do idealismo, do positivismo e também de leituras redutoras do próprio marxismo, recorreremos à noção do *materialismo dialético*, cuja operação básica consiste em deslocar

o que poderíamos chamar um discurso “binário” [...] que pensa a questão do conhecimento sobre o eixo dos “pares de oposição” mutuamente excludentes (sujeito/objeto; material/simbólico; pensamento/ação; indivíduo/sociedade; estrutura/história, etc.): melhor se trataria de pensar, em cada caso, a *tensão dialética*, o conflito entre esses “pólos”, que somente podem ser percebidos como tais precisamente porque a relação entre eles é o que os constitui, o que lhes destina seu lugar. (Grüner, 2005, p.103)

O projeto marxista que nos interessa é aquele que reitera a complexidade e a historicidade do social, mas sem abrir mão da pretensão de produzir um **conhecimento objetivo da realidade**. É esse o procedimento da operação dialética que defende – tendo total consciência do caráter contingente de qualquer “síntese”

– a importância do estabelecimento de verdades provisórias como etapas necessárias ao *pensamento que se quer atuante*. A possibilidade de um conhecimento objetivo estaria, assim, atrelada ao princípio do pensamento enquanto forma de intervenção no mundo, cuja síntese pode ser encontrada na polêmica tese XI sobre Feuerbach: “Até hoje os filósofos se limitaram a interpretar o mundo; trata-se agora de transformá-lo” (Marx, 1984b).

Leituras superficiais encaram essa formulação como expressão de anti-intelectualismo ou do rebaixamento da tarefa interpretativa em nome da ação. O crítico argentino Eduardo Grüner, no entanto, enxerga na tese algo infinitamente mais profundo e radical. Segundo ele, Marx estaria dizendo que

[a] transformação do mundo é a condição de uma interpretação correta e “objetiva” e vice-versa. Dada essa condição, a interpretação já é, de certa forma, uma transformação da realidade, que implica, em um sentido mais amplo, mais estrito, um ato político e não meramente “teórico”. (Grüner, 2005, p.104)

Sob essa ótica, esse seria um enunciado de epistemologia radical, no qual Marx expõe sua teoria do conhecimento inspirada no critério central da *práxis*, entendida como relação dialética entre “teoria” e “prática”:

A *práxis* não é simplesmente, como costuma-se dizer, a “unidade” da teoria e da prática; dito assim, isto suporia que “teoria” e “prática” são duas entidades originais e autônomas, preexistentes, que logo a práxis [...] viria “juntar” de alguma forma e com certos propósitos. Porém, sua lógica é exatamente a inversa: sempre há práxis – porque a ação é condição do pensamento e vice-versa, [...] ambos pólos estão constitutivamente co-implicados. (Grüner, 2005, p.104)

Recuperar essa epistemologia radical representa a possibilidade – e o desejo – de questionamento do estatuto do pensamento contemporâneo como produtor de saberes meramente constatativos. Também, através desse gesto, parece ser possível responder à crítica recorrente que caracteriza o marxismo como uma doutrina teórica orientada pela teleologia e pela instrumentalização do pensamento, portanto, mecânica, redutora, etc.

Uma vez identificadas as bases do marxismo em questão, caem por terra as divisões rígidas entre “objeto” e “método”. O gesto interpretativo baseado na *práxis* produz o objeto “modo de produção capitalista” através do mesmo movimento pelo qual busca transformá-lo. Trata-se de uma produção de conhecimento baseada num processo de totalização, que se homologa ao modelo da *práxis* social-histórica, construindo suas verdades em seu próprio movimento. (Grüner, 2005, p.128)

A perspectiva dialética, através da qual buscaremos estruturar nossa reflexão, pressupõe a problematização do conceito de “totalidade”, que também deve ser diferenciado da leitura vulgar e simplificadora a ele normalmente atribuída. A isso vamos.

### 3.2

#### O ponto de vista da totalidade

Dando continuidade à tarefa de definir os marcos teóricos de nossa leitura, abordaremos agora a ideia de *totalidade*. Como é próprio aos conceitos, esse também encarna valorações antagônicas, sendo, ao mesmo tempo pedra-de-toque tanto para os que diagnosticam a obsolescência do marxismo, quanto para os que defendem sua atualidade. Essa ambiguidade nos remete a Bakthin, que define a *palavra* como “arena de batalha”. Segundo ele, o signo linguístico é um fenômeno ideológico por excelência, cuja possibilidade de sentidos responde à uma dialética interna marcada por “índices de valor contraditórios em disputa”. (Bakthin, 2004). Não existiria, portanto, um sentido absoluto de *totalidade*, mas sim caracterizações produzidas e matizadas a partir de lugares teóricos específicos.

Perspectivas afinadas com o diagnóstico da pós-modernidade de matriz pós-estruturalista, ou pós-colonial, por exemplo, tendem a descartar a categoria de *totalidade*, ao concebê-la como síntese das aspirações universalizantes próprias às formas de conhecimento da racionalidade moderna posta em descrédito. De acordo com essa linha, a noção de *totalidade* se inscreve no âmbito dos saberes fixos e estáveis, produzidos por uma razão instrumental autoritária, homogeneizadora e

eurocêntrica, sufocadora da diferença e incapaz de lidar com o contexto fragmentado e múltiplo que define a sociedade e a cultura contemporâneas.

Tal crítica se sustenta, por um lado, na análise das problemáticas imbricações entre a assim chamada “racionalidade iluminista” e o poder, partindo da “suspeita de que o projeto do iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana.” (Harvey, 2011, p.23). Nesse sentido, aproximam-se a tese da *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, os estudos de Foucault sobre as instituições repressivas e as análises feministas e pós-coloniais que identificam a matriz “masculina e ocidental” do *projeto da modernidade*. (Vásquez, 2000)

Um outro aspecto da crítica refere-se à crise de autoridade da ciência, abordada por Lyotard em *A condição pós-moderna*. Seu diagnóstico da situação do conhecimento na sociedade contemporânea se baseia na relativização da legitimidade do saber científico a partir da constatação de que, em última instância, trata-se de um relato como outro qualquer:

O fato é que o discurso platônico que inaugura a ciência não é científico, [...] O saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer ao outro saber, o relato, que é para ele o não-saber, sem o que é obrigado a se pressupor a si mesmo e cai assim no que ele condena, a petição do princípio, o preconceito”. (Lyotard, 2006, p.53)

A dissolução das fronteiras entre a ciência e os demais relatos é uma das marcas da epistemologia pós-moderna que desloca o foco da perspectiva da “avaliação moral” para à análise dos fenômenos da linguagem. O advento da informatização e a conseqüente alteração das formas de produção e transmissão de conhecimento também contribuem para esse processo ao abalarem o papel das instituições tradicionalmente responsáveis pela legitimação dos discursos – a comunidade acadêmica, a comunidade científica, os partidos políticos, etc. O diagnóstico proposto por Lyotard culmina no entendimento de que esse conjunto de transformações

[...] está criando um mundo no qual os indivíduos devem traçar seu próprio caminho sem o auxílio de referentes fixos ou de arrimos filosóficos tradicionais. Domínio e libertação total são descartados como constituindo discursos de terror e de consenso forçado. Em seu lugar, o pós-modernismo surge como um referente para designar um mundo sem estabilidade, um mundo no qual o conhecimento está constantemente mudando e o significado não pode mais ser ancorado numa visão teleológica da história (Giroux, 1993, p.44).

Em um movimento similar ao que reduz a *dialética* ao *dualismo*, a perspectiva da *totalidade* é aproximada ao gesto redutor de uma interpretação essencialista da realidade, aferrada a uma noção de *verdade* absoluta e transcendente. O marxismo, por sua vez, é, novamente, aproximado ao positivismo e as iniciativas de engajamento na ação social transformadora são inscritas no imaginário messiânico da “salvação” e da “redenção”, como na leitura do teórico da cultura Dick Hebdige, segundo a qual, a pós-modernidade marcaria o fim da

*divina* relação, do desvelamento do mundo, do ensombramento da história pelo Logos, do projeto do iluminismo, da crença no progresso, da crença na Razão, na crença na Ciência, na modernização, no desenvolvimento, na *salvação*, na *redenção*, na *perfectibilidade do homem*, na transcendência da história através da *intervenção divina*, na transcendência da história através da *luta de classes*... (Hebdige *apud* Vásquez, 2000, p. 150, *grifos nossos*)

Nesses termos, o ponto de vista da *totalidade* deve ser descartado na medida em que representa o meio pelo qual a teleologia se faz presente na dinâmica do conhecimento. Percebe-se a produção de um sentido para a categoria afinado com a caracterização do marxismo enquanto doutrina calcada na imposição de suas leis abstratas.

Nosso lugar teórico de filiação é outro e, por sua vez, produz um conceito de *totalidade* relacionado à ideia da *tensão dialética*. Sua composição resulta de uma escuta atenta às interpelações da crítica que pontuamos. De fato, o pensamento contemporâneo jamais pode perder de vista o perigo das tendências dogmáticas, da rigidez conceitual e do silenciamento da voz do “Outro”. No entanto, a ideia de que o pluralismo da realidade sócio-cultural “não é organizado e integrado de acordo com qualquer princípio discernível” e de que, no marco da fragmentação, “há simplesmente um fluxo um tanto aleatório, sem direção, que perpassa todos os

setores da sociedade”, (Kumar, 2006, p.141) perpetua a naturalização de um “consenso forçado” que acaba reproduzindo de maneira virulenta a tão combatida teleologia. Refiro-me à lógica do Mercado, sintomaticamente fundada pelo *relato* da *mão invisível*, cujo caráter “natural” parece ser ratificado pela condição do fragmento:

O pós-modernismo, justamente por se negar a aceitar qualquer discurso/teoria/interpretação totalizador, não tem em sua formulação qualquer posicionamento crítico frente à sociabilidade capitalista, ao menos não enquanto um modo de produção com suas leis gerais de funcionamento e contradições político-econômicas que requerem, para ser contestadas/criticadas, uma teoria/prática que dê conta justamente desse movimento total do capital. (Carcanholo & Baruco, 2008, p.13)

É nesse contexto que o marxismo recobra sua atualidade através do gesto totalizador que, ao invés de suprimir as diferenças busca estabelecer uma lógica de compreensão da articulação entre as “partes”. A *totalidade* desenha-se, então, não como forma de aplicação de um princípio, mas como um esforço de empreender uma interpretação do todo social concreto, entendido nas palavras do próprio Marx como “a concentração de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade” (Marx *apud* Lukács, 2009, p.99). Nota-se assim, que, em suas origens, o marxismo não é alheio à *multiplicidade* dos determinantes e dos elementos de toda formação social concreta, simplesmente, afirma que “a independência e autonomia que aparentam ter é uma ilusão, posto que todos encontram-se dialeticamente relacionados entre si.” (Borón, 2005, p.47)

Fiel a seu “objeto”, a tradição marxista volta suas atenções para a análise da lógica do capital que, queiramos ou não, nos une a todos. Essa “unidade do diverso” se refere à experiência compartilhada da vida material sob o condicionamento do modo de produção capitalista. Nessa articulação, o caráter contraditório do todo social se manifesta através de clivagens de classe<sup>4</sup> e a perspectiva totalizadora visa a restituir as tensões e a complexidade dessa relação dialética recorrentemente invisibilizada:

---

<sup>4</sup> Uma discussão sobre nosso entendimento do conceito de *classe* será realizada no tópico 1.3.

a totalidade do real visível somente pode aparecer como tal precisamente porque está incompleta, porque deixa “fora de cena” aquele trabalho que lhe dá existência. O conhecimento da totalidade implicaria, pois, na restituição ao “Todo” dessa “Parte” que é, como dizíamos, imediatamente não-visível. Somente a atividade transformadora, em um sentido muito amplo do termo, pode gerar o tipo de raciocínio que seja capaz de captar a relação de tensão ou de conflito não resolvido entre a (falsa) totalidade aparente apresentada pelo capitalismo e o (invisível aos olhos) processo de produção do real. (Grüner, 2005, p.112)

A interpretação totalizadora tem por objetivo desmistificar as hierarquizações que sustentam o *status quo* e o discurso legitimador de sua lógica, para o qual os conflitos sociais seriam desvios, desajustes temporais atribuídos a fatores alheios à lógica do sistema. A “visão do conjunto” se erige como forma de expor as contradições inerentes e relativizar o *discurso* unilateral que busca invisibilizá-las. Não é, portanto, a expressão da *ideologia*<sup>5</sup>, mas sim uma forma de combatê-la.

Vista por essa ótica, a questão da *totalidade* também dá ênfase à linguagem, mas no caso, a percebe como *força social formadora*. Esse é um dos pontos do *materialismo cultural* de Raymond Williams – entendido aqui como um projeto de revisão e desenvolvimento da teoria cultural dentro da tradição marxista. Trata-se de um esforço de reflexão que visa a transcender a questão do determinismo econômico mecânico a partir da ênfase no caráter material das práticas culturais. Williams destaca e produz uma série de conceitos que contribuem para o redimensionamento dialético da clássica oposição “base”/”superestrutura”. Retoma, por exemplo, o conceito gramsciano de *hegemonia* para entender a forma como o discurso ideológico das classes dominantes se capilariza por todo o tecido social:

Hegemonia então não é apenas o nível articulado mais elevado da ideologia [...] É um sistema vivido de significados e valores – constituídos e constituintes – os quais, ao serem vivenciados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Desse modo constituem o sentido de realidade para a maior parte das pessoas em uma sociedade, um sentido de realidade absoluta, porque vivenciada. [...] Trata-se, em outras palavras, de uma “cultura” no sentido mais forte do termo, mas uma cultura que tem de ser vista como a vivência da dominação e da subordinação de certas classes sociais. (Williams, 2009, p.151)

---

<sup>5</sup> Eagleton define ideologia como “a maneira como os homens exercem seus papéis na sociedade de classes, os valores, as idéias e as imagens que os amarram às suas funções sociais.” (Eagleton, 2011, p.36)

Eis um ponto de inflexão para retomarmos o *corpus* da pesquisa, até aqui, aparentemente “invisibilizado”. Entendemos os relatos de Cortázar e André Sant’Anna como possibilidades de leitura dessa “cultura hegemônica” em dois contextos sócio-culturais distintos. Trataremos de conceituá-los como ficções que abordam a tensão em relação aos antagonismos de classe na cidade, mais especificamente, por representarem acontecimentos que rompem com a continuidade de um processo naturalizado da experiência das elites. Seriam, dessa forma, “testemunhos” de momentos em que a *totalidade concreta* recobra seu sentido, e o hegemônico revela seu caráter ativo, produzido, parcial e ideológico. A articulação entre esses dois contextos específicos nos permitirá, por sua vez, uma leitura do hegemônico em seu processo *transformacional*.

Essa operação demanda que desenvolvamos dois aspectos: 1) uma forma de compreensão de como as questões até aqui tratadas se projetam e são assimiladas pela dinâmica espacial urbana. 2) um modelo de entendimento das transformações da cultura a partir do qual poderemos articular os contextos específicos de cada relato. Esses aspectos serão abordados, respectivamente, nos tópicos 3.4. e 3.5. Antes, no entanto, se faz necessário um “recurso estratégico”, para abordagem de um conceito importante para a sequência da reflexão.

### 3.3

#### **Aclarações sobre o conceito de *classe***

Para os fins específicos do trabalho, nossa acepção do conceito de *classe* se distancia da categorização sociológica tradicional. Ao referi-lo, não temos a pretensão de delimitar índices sócio-econômicos específicos ou quaisquer outros padrões analíticos que produzam um sentido classificatório fixo para os grupos sociais. No lugar de um conceito absoluto, o que nos interessa é o sentido *relativo*, que entende a *classe* como um marcador do sentimento de *distinção social* e, portanto, uma referência identitária fundamental para o exercício da hegemonia.



A tradição do marxismo que nos mobiliza abre espaço para o desenvolvimento dessa perspectiva. Para Jameson, por exemplo, a particularidade da noção marxista de *classe*, reside, precisamente, em seu caráter *diferencial*. Segundo ele, “cada classe é, ao mesmo tempo, um modo de se relacionar com as outras e de recusá-las.” (Jameson,1985:289) Trata-se de uma formulação que articula múltiplos sentidos, pois o “modo de se relacionar e recusar” se manifesta tanto no plano da produção e distribuição da riqueza, quanto na esfera da cultura. Para ambos os casos vale a premissa de que “cada classe implica a existência de todas as outras no seu próprio ser, porque se define a si mesma em contraposição a elas.”(idem) As determinações econômicas passam, assim, a ser pensadas em sua relação dialética com as práticas culturais. Com isso, as abordagens de *classe* enquanto *categoria* perdem força diante das leituras interessadas em entendê-la como *processo*, como relação histórica encarnada em pessoas e contextos específicos.

Nesse sentido a classe não é, a classe *acontece*, e acontece quando indivíduos, como resultado de experiências comuns [...] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros indivíduos cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus” (Thompson, 1987, p. 10)

E.P.Thompson é um dos responsáveis pela ampliação dessa discussão. Seu pensamento oxigena a tradição marxista ao trazer para o centro do debate a noção de *experiência*. A ideia de *classe*, por sua vez, adquire um novo fôlego ao ser pensada como forma de identificação coletiva, decorrente dos modos compartilhados de vivenciar as relações de poder e as inserções na estrutura produtiva. Esse gesto permite a construção de uma crítica aos esquemas formais que ignoram a dimensão subjetiva da atividade humana. (Freitas,1994, p.224) Através dela, Thompson propõe a reconstrução histórica da experiência das classes trabalhadoras como estratégia fundamental de resistência, e o combate ao elitismo cultural como iniciativa indispensável à luta por emancipação. (Cevasco, 2008, p.62-63)

No nosso caso, a sugestão dos contos selecionados nos leva a aplicar as mesmas premissas de Thompson, para empreender uma tarefa complementar à sua: a reconstrução da experiência das *classes dominantes* a partir da interpretação

de manifestações do elitismo cultural. Para realizar tal tarefa, nos apropriamos do conceito de *habitus*.

No entendimento de Bourdieu, o *habitus* é “o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição social em um estilo de vida unitário.” (Bourdieu, 1996, p.23) Trata-se, portanto, de esquemas de percepção, apreciação e ação adquiridos socialmente, que se reproduzem através de práticas distintas e distintivas – costumes, opiniões, valores, usos da linguagem:

O que come o operário e sobretudo a sua maneira de comer, o esporte que ele pratica e sua maneira de praticá-lo, as opiniões políticas que são as suas e sua maneira de exprimi-las, diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes de um industrial, [...] Eles criam diferenças entre o que é bom e o mau, entre o que está bem e o que está mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc. (Bourdieu, 1996, p.23)

Essas distinções incorporadas tornam-se diferenças simbólicas que operam como princípios de classificação e hierarquização. Dentro dessa dinâmica, o conjunto de traços distintivos legitimados como indicadores de prestígio social recebe o nome de *capital simbólico*.

Nesses termos, entendemos a *classe dominante* como um grupo de indivíduos associados em torno de um *habitus* comum, que, em determinado contexto histórico, tem o *capital simbólico* atuando a seu favor como força legitimadora do lugar de poder ocupado na hierarquia social.

A iniciativa de voltar-se para as práticas distintivas (re)produzidas por essa *classe* é uma maneira apreendê-la no exercício da sua auto-afirmação, ou – para usar os termos de Thompson – de captar o momento em que ela (a classe) “acontece” concretamente. Adotamos o termo *elite*, como um possível sinônimo, por conotar o caráter restrito – e restritivo – dessa formação social que condensa em si a lógica da acumulação do capital.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> No seu *Palavras-chave*, Williams recorda a associação etimológica entre “elite” e “eleitos”, um dado sugestivo para pensarmos a construção da auto-imagem das classes dominantes e a naturalização de sua “superioridade” através das práticas culturais hegemônicas.

Se a elite afirma sua identidade por distinção, precisamos definir quem é o “outro” do qual ela se diferencia. Mas, para isso, não podemos perder de vista o horizonte do *corpus* selecionado. Tanto em “Casa Tomada”, quanto em “O importado vermelho de Noé”, a ideia da “classe enquanto relação” assume a forma de um conflito polarizado, narrado a partir do ponto de vista elitista. Nesses contextos, a complexidade do social é reduzida ao binarismo do “nós contra eles”, baseado na construção de uma imagem estigmatizada da alteridade. Optamos pelo termo *massa*<sup>7</sup>, por acreditar que sua “imprecisão” elucida o caráter redutor da perspectiva hegemônica. Ao mesmo tempo, sabemos que esse uso, apesar de generalizante, tem como grande referencial as parcelas pobres da população, pertencentes aos substratos menos prestigiados econômica e socialmente.

Uma das marcas mais arraigadas de distinção entre as identidades que pontuamos e seus respectivos *habitus* diz respeito à divisão do trabalho:

Entre as classes vai ser o capital cultural, o trabalho intelectual e mental das frações “burguesas” que irão se opor ao trabalho muscular, manual e corporal das classes trabalhadoras como instância legitimadora do diferencial de salário e prestígio relativo. (Souza, 2003, p.81)

Por conta disso, também parecem adequadas as denominações *classes trabalhadoras* ou *classes populares*, que utilizaremos de forma indistiguida, sem maiores preocupações. Em última instância, nosso enfoque independente da terminologia, seu principal objeto é a lógica da cisão, do desejo de distinção social problematizado, no contexto latino-americano, a partir da eclosão das chamadas “cidades massificadas”<sup>8</sup>. Os sentimentos de hostilidade das *elites* em relação às *massas* decorrem, nesse sentido, das disputas classistas em torno das crises de hegemonia que caracterizam os processos de modernização e democratização. Seriam reações diante da ameaça – ou da efetiva – perda de espaço e poder.

Para escapar da tendência simplificadora que sempre margeia as oposições explícitas, buscaremos, na sequência, refinar a compreensão dialética dessa cisão,

<sup>7</sup> O termo aqui adquire sentido relacional, de acordo com a observação de Williams: “Não há massas, apenas maneiras de ver os outros como massa.” (Williams *apud* Cevalco, 2001:63)

<sup>8</sup> Romero, José Luis. *América latina: As cidades e as idéias*. Cap. 7. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

ao mesmo tempo em que acrescentamos mais uma coordenada ao problema: a dimensão do *espaço*.

### 3.4

#### Produção do espaço e produção da mercadoria: o fetichismo da cidade

O desafio que se coloca agora é o de pensarmos a *cidade* no marco dos conceitos até aqui desenvolvidos. Essa operação exige, antes de mais nada, que estabeleçamos uma noção de *espaço*<sup>9</sup> afinada com a perspectiva marxista em foco; que dialogue, portanto, com as noções de *totalidade*, *dialética*, *práxis*, *classe* e *materialismo*.

Partimos da definição de Milton Santos, que entende o espaço geográfico como um conjunto formado por “um sistema de objetos e um sistema de ações” (Santos, 1996). Trata-se de um conceito híbrido que pressupõe a indissociabilidade entre *forma* (o aspecto visível, exterior dos objetos) e *função* (a atividade desempenhada pelos objetos criados), de acordo com a seguinte dinâmica:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. (Santos, 1996, p.63).

O questionamento da predominância de um dos dois sistemas na determinação do conjunto nos permite articular a perspectiva de *espaço* com a posição do *materialismo cultural*. Dessa forma, o “sistema de objetos” estaria para o “modo de produção”, assim como o “sistema de ações” estaria para a “cultura”, ambos entendidos como esferas interdependentes e mutuamente determinantes. O salto permitido por essa formulação é importante, pois, ao relativizar a ideia de uma

---

<sup>9</sup> Temos a *cidade* como horizonte final. Por isso, para fins de simplificação, nosso uso da noção de *espaço* refere-se especificamente ao *espaço urbano*.

subordinação mecânica da “superestrutura” pela “base”, abre espaço para a valorização da iniciativa humana e das práticas de resistência.

Por outro lado, como vimos com Williams, na sociedade de classes, essa dinâmica da cultura – que agora estendemos às práticas espaciais – se constitui através da *hegemonia*, de modo que o interesse dominante, associado ao princípio de reprodução do capital, tende a diminuir o espaço ou a eficácia das práticas que contrariam sua lógica de acumulação. No caso do “sistema de ações”, essa limitação é ainda mais drástica, pois, ao contrário do plano cultural – que goza de relativa independência – as intervenções que moldam a ocupação urbana, na sociedade capitalista, estão categórica e radicalmente submetidas à lógica do mercado e da propriedade privada. O permanente processo de transformação que caracteriza o *espaço* enquanto “produto social” tende, portanto, a emular as demandas de reestruturação e ajuste do sistema capitalista, uma vez que as especificação das noções de *forma* e *função* encarnam manifestações históricas das relações sociais (Santos, 2008, p.67) que, por sua vez, reproduzem as clivagens de classe e os interesses econômicos hegemônicos.

O que se propõe, portanto, é um entendimento da *cidade* como *totalidade concreta*, retomando a ideia de “unidade do diverso” que articula dialeticamente os múltiplos elementos que lhe constituem. O entendimento do *espaço* como “especificação do todo social” e “condição de realização de toda realidade histórica” (Santos, 1996, p.120) torna-se um aspecto fundamental para o estudo dos processos sociais. Mais uma vez, recuperando a noção de *hegemonia*, chegamos à seguinte síntese: - se “a cidade é o signo capaz de exprimir a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado de experiências humanas” (Calvino *apud* Gomes, 2008, p.23), uma forma de abordá-la seria investigando a “cartografia afetiva” das elites urbanas, posto que a experiência subjetiva desse grupo está intimamente ligada ao molde a partir do qual o traçado urbano da cidade oficial se desenvolve.

Uma maneira de projetarmos a questão do hegemônico no plano das práticas espaciais é o conceito de *produção do espaço*, cunhado por Henri Lefebvre. Ele determina que o *espaço* não é um dado *a priori*, mas sim um constructo social através do qual a lógica do capital se conserva:

O capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver), durante um século, as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que o expressem. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós: ocupando e espaço, produzindo o espaço. (Lefebvre *apud* Cardoso, 2011, p.5)

Por isso, uma postura crítica adequada deve entender a *cidade* não como um contexto físico, parte de uma “natureza” dada, mas antes como um espaço socialmente construído, imbuído política e ideologicamente do desejo de constituir-se enquanto uma “segunda natureza”. Reencena-se, uma vez mais, o embate entre a produção de uma consciência do *real* como estruturalmente conflituoso e a ideologia instrumentalista, cuja função central é fazê-lo aparecer como reconciliado e harmônico. Cabe à dialética denunciar essa “falsa totalidade” que dissimula “suas fraturas, suas injustiças, seus desgarramentos, sua condição de ‘campo de batalha’.” (Grüner, 2005, p.130)

No âmbito da cidade, a ideia desse conflito se potencializa quando pensada nos marcos da tensão entre *cena* e *obscena*. Segundo Gomes (2008), se a cidade é o *palco* da “guerra de relatos” (Certeau), a *cena* compreende o conjunto de elementos e relações que compõem sua versão oficial e o respectivo discurso que legitima sua *ordem*, enquanto a *obscena* compreende os elementos renegados, os aspectos inconfessáveis do regime vitorioso, a contra-face sórdida do desfile triunfante:

Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. (Benjamin, 1987, p. 225)

Nossa reflexão adere ao projeto do “materialista histórico”, apostando na análise “a contrapelo” como forma de resgatar a visibilidade da *obscena* e construir uma leitura da cidade capaz de combater o discurso ideológico do progresso. Todos os elementos da tradição marxista abordados até aqui parecem convergir para esse objetivo de interpretação, que se confunde com o gesto de

desmistificação do *fetichismo*. A forma que encarna a essência desse processo “misterioso” é a *mercadoria*:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (Marx, 2008, p. 93)

Eis a célula exemplar da sociedade capitalista, sua realidade absoluta. A *mercadoria* é a unidade de todas as determinações e, conseqüentemente, a forma na qual se condensam as contradições das relações de produção, mesmo que, a primeira vista, de maneira oculta. (Kosic *apud* Carvalho, 2007, p.31-32) Segundo Cocco (1998, p.201), devemos a Lukács a afirmação de que o capítulo d’*O Capital* sobre o caráter fetichista da *mercadoria* contém nele todo o materialismo histórico. Ele define esse “fenômeno de transformação dos processos em coisas” como *reificação* e o responsabiliza por condicionar os sujeitos humanos ao papel de meros “espectadores” do auto-movimento das mercadorias, que se erguem como “segunda natureza”.

Nenhuma figura, portanto, encarna tão profundamente a noção da *totalidade concreta* do modo de produção capitalista, encerrando, na sua objetivação, conexões entre categorias em oposição, tais como: *valor e mais-valia, visibilidade e encobrimento, progresso e barbárie, riqueza e pobreza*, etc. Tais contradições se combinam em arranjos controlados que asseguram o desenvolvimento do capital. Mas explodem, em épocas de crise, rompendo as respectivas unidades e manifestando, tanto na teoria, quanto na prática, o desacordo interno e imanente desse modo de produção. (Carvalho, 2007, p.184)

Acreditamos que essas caracterizações atribuídas à *mercadoria* podem ser estendidas à *cidade*. Nosso esforço de aproximação conceitual se baseia nas equivalências que ambas esferas revelam entre si, quando abordadas enquanto *totalidades*. Sob essa perspectiva, o fenômeno do *fetichismo* encontra um possível correlato no âmbito da *produção do espaço urbano*: a ***segregação espacial***. Através desse princípio, o traçado da cidade (re)produz as dinâmicas de

acumulação do capital e garante a cisão entre *cena* e *obscena*. Tal qual a *mercadoria*, a *cidade oficial* se afirma enquanto tal, pelo mesmo movimento em que encobre a outra face que a constitui: a experiência das classes populares – entendidas enquanto encarnação das diferenças econômicas, sociais e culturais.<sup>10</sup>

Nesse sentido, o feitiço da *cidade-mercadoria* é, também, uma produção simbólico-discursiva fundada na afirmação das fronteiras entre “nós” e “eles”. Calçados no discurso do “pertencimento”, os vínculos entre o espaço e a identidade cultural reforçam os processos de identificação social e dão origem a *identidades territoriais*<sup>11</sup> de corte classista. A *cena* pode ser entendida, portanto, como produtora e produto de uma *identidade cultural hegemônica* que se constitui na negação da alteridade. A ruptura do “fetichismo da cidade” ocorre no retorno da *obscena*, quando a lógica da *segregação* é posta em suspenso, por meio de algum *acontecimento*.

Por hora, nos resumimos à pontuação desses aspectos de conteúdo *genérico-abstrato* que permitem a aproximação entre lógica da cidade e a lógica do capital. Mais adiante, quando entrarmos nas análises dos contos selecionados, abordaremos as encarnações desse fenômeno no sentido *particular-concreto*. O mergulho em dois diferentes contextos e temporalidades – A Buenos Aires dos anos 40 e a São Paulo dos anos 90 – nos possibilitará ampliar a compreensão do processo de produção do espaço e da cisão social. Para orientar essa articulação entre momentos históricos distintos, precisaremos, antes, sistematizar um modelo de compreensão das transformações sócio-culturais.

---

<sup>10</sup> Uma reflexão mais cuidadosa sobre a natureza dessas contradições será desenvolvida quando nos ocuparmos dos relatos e seus contextos histórico-culturais específicos.

<sup>11</sup> Haesbaert (1999). Por conjugar as experiências identitária e espacial, esse parece um conceito produtivo para uma leitura interessada na articulação entre as transformações da cidade e da cultura.



### 3.5

#### Um olhar sobre a transição dos paradigmas epistemológicos

O recorte através do qual buscaremos refletir sobre o paradigma da *modernidade* se baseia na articulação entre a *lógica do capital* e a *lógica da cidade*. Nossa perspectiva investiga os processos de transformação da cultura, das identidades e das formas de produção do conhecimento no marco dessa articulação, tendo como contexto específico a experiência das metrópoles latino-americanas.

Para isso, nos inspiramos em Berman (2008) e sua proposta de compreensão do modo de vida moderno a partir da dialética entre *modernização* e *modernismo*. Trata-se de uma definição que dialoga diretamente com os conceitos que desenvolvemos nos tópicos anteriores:

Existe um tipo de experiência vital - experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como "modernidade". Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, *autotransformação* e *transformação das coisas em redor* - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. [...] Nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma *unidade paradoxal*, uma *unidade de desunidade*: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e *contradição*, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, "tudo o que é sólido desmancha no ar" (Berman, 2008, p.24, *grifos nossos*)

Nessa análise, a feição da *modernidade* confunde-se com os traços do modo de produção capitalista. Ambos tem a *auto-transformação* como condição de existência e operam sob o signo da contradição. A iniciativa de investigar os (des)caminhos da *modernidade* a partir dessa aproximação nos leva à descrença em relação à ideia de esgotamento ou ruptura de seu modelo de reprodução. Se aceitamos a marcha da acumulação de capital como trajetória correlata, identificamos que seu desenvolvimento histórico aponta, antes, para um

aprofundamento, uma radicalização de seu “projeto”, nos marcos da globalização.<sup>12</sup>

Evidentemente, não se trata de reduzir a modernidade a uma única variável – nesse caso estaríamos contrariando toda a perspectiva dialética até aqui cultivada – mas sim de identificar, no processo de seu desenvolvimento, a presença do capitalismo como instância hegemônica, em permanente tencionamento com outras determinações, com a multiplicidade.

Bauman nos oferece uma perspectiva que reforça essa visão, ao trazer para o centro do debate, em consonância com Berman, a *dialética da construção/destruição*:

A sociedade que entra no século XXI não é menos moderna que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas de convívio humano: a compulsiva e obsessiva, continua, irrefreável sede de *destruição criativa*, ou de *criatividade destrutiva*, se for o caso: de “limpar o lugar” em nome de um “novo e aperfeiçoado” projeto; de ‘desmantelar, cortar, defasar, reunir ou reduzir tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro, em nome da *produtividade* ou da *competitividade*. (Bauman, 2001, p.36, *grifos nossos*)

“Produtividade” e “competitividade” – relações fundamentais para dinâmica de acumulação do capital – são apresentadas como tendências impulsionadoras do desenvolvimento da modernidade. Os gestos de “construir” e “destruir” estariam associados ao desejo de conservação desses princípios e, conseqüentemente, a uma narrativa do progresso.<sup>13</sup> Aceitados esses termos, não seria possível atribuímos o caráter teleológico do “projeto moderno” à hegemonia da lógica do capital? A investigação dessa relação simbiótica seria uma forma de resgatar o caráter contraditório dessa narrativa, enfatizando suas fissuras e abrindo espaço para alternativas, dissidências.

Nosso recorte temporal situa essa discussão na experiência histórica do século XX e deseja tematizar o grande ponto de inflexão da modernidade, sistematizado a

<sup>12</sup> A perspectiva da experiência econômica, social e cultural globalizada intensifica ainda mais a ideia da “totalidade concreta”, que em Berman aparece como “unidade paradoxal” e “unidade de dedesunidade”.

<sup>13</sup> Retomo aqui a formulação sobre o ciclo de contradições entre “crise”/“superação” pontuada no tópico 3.1.

partir da década de 60, sob a forma das teorias pós-modernas. Acreditamos na importância dos dois sentidos que o prefixo “pós”, nesse caso, nos oferece: o sentido de “posição intelectual, uma forma de crítica cultural aos fundamentos do modernismo”, e o sentido que delimita “um conjunto emergente de condições sociais, culturais e econômicas relativamente homogêneas” (Giroux, 1993).

No caso da primeira acepção, nosso empenho de crítica cultural se debruça sobre as imbricações entre modernidade e capitalismo, entendendo o imperativo do progresso e seus efeitos autoritários não como um atributo epistemológico, mas como um condicionamento da dinâmica econômica, que encontra no *dinheiro*, sua síntese:

Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de ‘quanto?’. O dinheiro, com toda a ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. (Simmel, 1987, p.16-14)

A contribuição de Simmel é de grande valia para nossa reflexão, pois o caráter psicossocial de sua análise – que relaciona o dinheiro, a metrópole e as formas de individualização – dialoga diretamente com a perspectiva do incômodo classista. Tomando por base a experiência latino-americana, que nos concerne, seria interessante pensarmos sobre, até que ponto, essa noção trágica da cultura, que entende a atrofia da subjetividade como resultante da dinâmica da vida urbana monetarizada, guarda, em si, certo tom de nostalgia elitista, de um saudosismo da vivência urbana como privilégio de poucos, diante da massificação e relativa democratização da cidade.

Em relação à segunda acepção do pós-moderno, como conjunto de traços e condições sócio-culturais, entendemos a emergência dessas características no marco proposto por Jameson:

O pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova (...), mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo. (Jameson, 2006, p. 16)

O ponto de inflexão define-se, portanto, como uma mudança de aspectos dentro da continuidade de uma lógica. Por isso, a formulação de Bauman, que caracteriza esse ponto como a passagem da *modernidade sólida* para a *modernidade líquida*, nos parece produtiva, na medida em que também associa cada um desses paradigmas a um momento específico do modo de produção vigente. Segundo ele, a *modernidade sólida* pautava-se por um projeto centrado no âmbito no Estado-Nação, cuja lógica de controle baseava-se na eliminação da ambivalência e, portanto, da diferença. Nosso olhar sobre essa questão deseja interpretar esses traços a partir da particularidade histórica da lógica de produção desse momento, que era “também o tempo do *capitalismo pesado* – do engajamento entre capital e trabalho fortificado pela *mutualidade de sua dependência*.” (Bauman, 2001, p.166) Essa conformação encontra sua síntese no *modelo fordista*, que, para Bauman, define tanto a organização da produção industrial, quanto a dinâmica da experiência vivida, uma vez que suas formas de ordenamento, regulação e acumulação, transcendem os muros das fábricas e condicionam os vínculos e laços sociais. Decorre daí sua afirmação de que o fordismo era a “autoconsciência da sociedade moderna” em sua fase *pesada*, imóvel e enraizada, obcecada por “volume e tamanho, e, por isso, também por fronteiras, fazendo-as firmes e impenetráveis.” (Bauman, 2001, p.69). A lógica do combate à ambivalência encontra um paralelo no princípio da padronização, característico da produção em série, e o caráter perene e sólido das identidades, relações e vínculos sociais é reforçado pelo atributo da *durabilidade*, qualidade determinante dos produtos desse modelo industrial.

O segundo momento, o do paradigma *líquido*, é definido por Bauman como “uma versão individualizada e privatizada da modernidade”, indicativa da desregulamentação, da liberalização, da fluidez crescente, do descontrole dos mercados financeiro e imobiliário, traços característicos do chamado *capitalismo leve*, baseado na noção de *acumulação flexível*.

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 2011, p.140)

O confronto em relação ao fordismo diz respeito, justamente, à sua crise, à saturação de seu modelo de acumulação e à consequente necessidade de reajuste visando à conservação da lógica do capital. O momento da *modernidade líquida* – baseado no princípio do fluxo – erige-se como antítese da rigidez e, por isso, parece atrelar-se menos a qualquer princípio de determinação ou “coordenada mestra”. No entanto, vale a lembrança de que:

A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de ‘leveza’. Há líquidos que, centímetro cúbico por centímetro cúbico, são mais pesados que muitos sólidos, mas ainda assim tendemos a vê-los como mais leves, menos pesados que qualquer sólido. (Bauman, 2001, p.8)

Bauman aponta para a ideia de remodelação da ordem sob novas bases, que, em muitos casos, radicaliza as formas de exercício da hegemonia à despeito de uma dinâmica aparentemente mais liberada. Abordando a questão, Chauí (2006) identifica alguns vínculos entre traços do modo de produção “flexível” e aspectos da mudança sócio-cultural. Pontua, por exemplo, o nexos entre a fragmentação do processo produtivo e, consequentemente, da classe trabalhadora – a partir da desagregação do *locus* da organização e dos referenciais – como índices expressivos para se pensar a dispersão social e política, a dissolução de certos vínculos coletivos e as formas de individualização características da sensibilidade pós-moderna. De maneira geral, trata-se de um recorte que pensa o próprio conceito do *descentramento* a partir da lógica descentrada e transnacional do capitalismo leve.

Simultaneamente, esse mesmo processo que por um lado é desagregador, por outro, é responsável – graças às tecnologias eletrônicas e de informação – pela

intensificação do fenômeno da *compressão espaço-tempo*.<sup>14</sup> Dessa forma, no marco da globalização, um sentido agregador se reconfigura em novas escalas, abrindo espaço para uma experiência desterritorializada da cultura que coloca em questão a ideia de uma comunidade circunscrita a um território, a uma língua e a determinadas tradições. (Sarlo, 2005, p.55) Nesse processo, a diluição das fronteiras e dos marcos de coesão tradicionais encontra um paralelo no plano da produção, mais precisamente no abandono da ideia de *durabilidade* inerente à lógica incessante da inovação, que estimula a aceleração – e a própria programação – da obsolescência e do descarte. Da mesma forma, há a possibilidade de pensarmos aspectos do regime da diferença relacionados à lógica da produção personalizada, da expansão e particularização dos mercados consumidores e da própria exacerbação do individualismo.

Partimos dessa configuração esquemática de dois paradigmas da modernidade e buscaremos refiná-la, a seguir, ao abordarmos os contextos dos relatos.

---

<sup>14</sup> Harvey (2011) define esse conceito como um desdobramento da formulação de Marx sobre a “aniquilação do espaço pelo tempo”. Esse processo resume a tendência de expansão mundial da lógica de acumulação do capital, inerentemente voltada para a eliminação das barreiras espaciais para a circulação das mercadorias. Nesses marcos, não se trataria, portanto, de uma especificidade da experiência líquida, ou pós-moderna.

## 4

### Relatos da modernidade latino-americana

#### 4.1

##### A periferia como lugar teórico

“Casa tomada”, de Julio Cortázar, é um relato curto que narra o processo progressivo de perda de espaço através do qual um casal de irmãos, pertencentes à elite portenha, tem seu cotidiano tranquilo alterado pela progressiva tomada dos cômodos da casa onde vivem por agentes inominados. O processo culmina com a fuga dos irmãos e o abandono da casa, que fica entregue aos invasores não identificados.

“O importado vermelho de Noé”, de André Sant’Anna, é um relato curto que narra a tentativa frustrada de um empresário de chegar até o aeroporto, onde um voo internacional o espera. Retido em um engarrafamento, o personagem tem seu carro progressivamente tomado pela água de um rio que transborda em decorrência da chuva.

Recorro a esse procedimento redutor não apenas para sintetizar as linhas gerais dos relatos de maneira facilitada. essa caracterização genérica é também uma tentativa de recriar o marco zero do trabalho, a sugestão inicial de toda a reflexão aqui desenvolvida. Evidentemente, o movimento das ideias trabalhadas não partiu exclusivamente dos relatos, mas neles encontrou uma forma de sistematização capaz de estruturar formulações que vinham sendo assimiladas de maneira fragmentada e careciam de certa organização. As *sinopses* acima visam a reproduzir os ecos dessas duas leituras e a impressão de paralelismo que desde o primeiro momento elas suscitaram, e que motivou o gesto de pensá-las como uma unidade de sentido. Foram, portanto, elementos disparadores de *sinapses*, entendidas como pontos de conexão, “impulsos nervosos” e estímulos de articulação entre as idéias, a começar pelos próprios relatos, já que o diálogo entre eles foi a iniciativa básica para nossa tentativa de abordagem da mudança cultural.

De alguma forma, o jogo de palavras *sinopses-sinapses* condensa o intuito do trabalho, que consiste em estabelecer nexos de continuidade entre várias “células” e com isso formular uma reflexão ampla, assumindo a contrapartida irremediável de certo caráter generalista.

No entanto, para que esses nexos sejam mais produtivos, é preciso transcender a noção de continuidade meramente linear e determinista. Retomando o princípio dialético, esses vínculos devem ser explorados no marco da ambiguidade que caracteriza, por excelência, a ideia de “ponto de contato”. Toda área limítrofe é ao mesmo tempo zona de encontro e de separação e compreende sempre o conflito entre identidade e alteridade. Decorre daí nosso intuito de pensar o todo a partir de suas fissuras, a sociedade a partir da cisão social, a cidade a partir da segregação...

O recorte espaço-temporal armado pelos contos também alimenta essa perspectiva, pois define o século XX latino-americano como plataforma para se pensar a modernidade, enxergando aí uma possibilidade de aprofundamento de sentidos que a condição *periférica* pode oferecer. A *periferia* enquanto lugar teórico se realiza em várias escalas e nossa ideia é, justamente, articulá-las.

Um primeiro âmbito seria o da inserção histórica do continente na lógica do capital e no sistema-mundo, a herança colonial, a questão da dependência. Um segundo seria a periferia como espaço da cidade, o sentido que revela os labirintos da expansão urbana, atravessado pelas delimitações entre a *cena* e a *obscena*, pelo estabelecimento próprio de uma *fronteira*, noção que, para José de Souza Martins,

Tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. É nessa dimensão propriamente sociológica e antropológica que investigo o tema da fronteira e os desafios que propõe em relação à sociedade em que vivemos e em relação à nossa própria condição humana (Martins, 2009, p.11).



No nosso caso, a relação recobra seu sentido na experiência das classes sociais, no estranhamento das elites promovido pelo encontro com seu *outro*, as *massas*; estranhamento esse cuja natureza, de alguma maneira, é condicionada pela relação entre os sentidos “macro” e “micro” da periferia. Defendo esse ponto por acreditar nas imbricações entre a profunda cisão que marca nossas sociedades e a herança da estrutura oligárquica, que pode ser atribuída ao modo de inserção do continente na economia mundial. O convívio com essa herança é uma das marcas da *modernidade periférica* (Sarlo, 2010), por isso, o trabalho é também uma tentativa de seguir os rastros da hegemonia oligárquica e os *resíduos* por ela deixados no imaginário da distinção social.<sup>15</sup>

É preciso deixar claro que não estamos trabalhando com as noções de centro e periferia como valores absolutos, mas sim como termos relacionais que remetem a posições ocupadas dentro de um sistema, por isso, não se trata de conceber a modernidade periférica como um desvio ou uma degradação de uma possível “modernidade central”. Entendemos que tal distinção não existe, e que, portanto, o processo da modernidade é um só. Nesses termos, a especificidade “periférica” diria respeito apenas à maneira como esse mesmo fenômeno é experienciado a partir de um lugar e sua respectiva função no arranjo global. Um conceito válido para esse olhar seria o do *desenvolvimento desigual e combinado*, que formula uma visão da coexistência de tempos históricos a partir dos ritmos do desenvolvimento das forças produtivas (Martins, 1996). Tal perspectiva é interessante, pois subverte a lógica que enxerga a tensão entre o moderno e o arcaico com lentes eurocêntricas, tratando a experiência cultural “local” (indígena, negra, mestiça) como entrave para a suposta implementação integral do projeto moderno.<sup>16</sup> No lugar dessa hierarquização clássica entre *civilização e barbárie*, elabora-se um quadro mais complexo, que identifica, por exemplo, a própria elite condutora do processo político hegemônico e do planejamento urbano – essencialmente cosmopolita e europeizante – como metonímia dos paradoxos de nossa modernização conservadora. Adrian Gorelik aponta para essa contradição fundante, ao abordar as

<sup>15</sup> Refiro-me, aqui, à noção de *residual*, formulada por Raymond Williams em *Marxismo e Literatura*: “O residual, por definição, é uma estrutura formada efetivamente no passado, mas que ainda se encontra em atividade no processo cultural; não apenas como um elemento do passado – às vezes nem isso – mas como um elemento efetivo do presente.” (Williams, 2009, p.167)

<sup>16</sup> Ver Santiago, Silvano. *Atração do mundo: políticas de globalização e de identidade na moderna cultura brasileira*. In: *O Cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

reformas urbanas da virada do século XIX argentino. Note-se que a formulação é perfeitamente adequável à realidade brasileira se pensamos, por exemplo, nas reformas de um Pereira Passos:

O novíssimo Estado coloca na cidade o objeto por excelência da reforma: a cidade real que se expande deve ser reconduzida a seu ideal civilizador, porque seu desenvolvimento sem limites leva ao caos e à destruição dos laços sociais. Há uma ideia de “cidade moderna” que repele a desordem profunda que introduz a modernização urbana e que preside os objetivos de reforma pública [...]. Esse é o duplo jogo que explica a paradoxal definição de “reformismo conservador” para as elites estatais de final do século: o Estado se constrói na onda expansiva que torna inevitáveis os processos de universalização racional dos direitos públicos e os potencializa e cristaliza em novas instituições, mas sua própria constituição é parte do propósito supremo de reconciliá-los com um punhado de valores pretéritos da sociedade tradicional, dos quais se considera guardião. (Gorelik, 1999, p.61)

Desenha-se, uma possibilidade de compreensão da elite e suas práticas como encarnação do desejo de conciliação entre tradição e inovação, um ator social que dramatiza a contradição entre conservação e mudança. Sua luta pela manutenção da hegemonia, do poder, seria, portanto, uma das facetas da tragédia moderna, observada na dialética entre a cidade como propriedade e privilégio – herança do ranço oligárquico – e as dinâmicas de massificação, democratização e direito à cidade.<sup>17</sup>

Alguns conceitos sintetizam as marcas dessa ambiguidade. Júlio Pimentel Pinto, no epílogo do livro de Beatriz Sarlo acima citado, explora esse potencial simbólico das periferias e aponta para possíveis desdobramentos de sentido:

Os termos que as definem podem variar: margens, fronteiras, *orillas*. Uma característica ultrapassa a variedade de denominações e se impõe: a periferia é zona de trânsito, confronto e indefinição, onde o diálogo e o encontro são inevitáveis e tensos [...] (Pinto, 2011, p.453)

---

<sup>17</sup> Ver Lefebvre, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

As noções de *orillas* e *margens* são importantes para nossa análise dos relatos, sendo a primeira, um conceito fundamental para a construção da identidade moderna argentina e que acompanha, do ponto de vista da representação simbólica, as dinâmicas de transformação das fronteiras na cidade. Não à toa, Beatriz Sarlo a toma como figura central da composição cultural e intelectual da “argentinidade”, do imaginário de certo criollismo de classe que tem em Jorge Luis Borges um dos principais porta-vozes.<sup>18</sup> Identificamos uma filiação de “Casa Tomada” a essa tradição. O segundo termo, *margem*, encontra uma série de significações possíveis em “O importado vermelho de Noé”, a começar pela exploração dos sentidos múltiplos da ideia de “marginalizado”. O conto reúne uma série de aspectos de uma vivência à margem da cidade, mas agora do ponto de vista invertido, não como limitação, mas sim como estratégia; trata-se da exclusão como recurso e desejo de distinção. Não por acaso, o lócus da narrativa é uma via expressa, a *marginal* Tietê.<sup>19</sup>

Por hora, cabe assinalar que a leitura dos relatos visa a conceituar respectivamente a modernidade sólida e a modernidade líquida, não só no âmbito do representado, mas também no que diz respeito aos estilos de representação, o que faz com que aproximemos os paradigmas às formulações de Jameson sobre modernismo e pós-modernismo enquanto lógicas culturais. Nesse sentido, os próprios autores seriam também figuras representativas de cada momento a partir da forma como se inserem no campo literário.

Antes de seguir, lembramos que esses limites recobram seu sentido na medida em que aludem à porosidade de toda fronteira. A noção de *contaminação* norteia nossa tarefa de conceituar a mudança cultural.

<sup>18</sup> Sarlo, Beatriz. *Borges, un escritor en las orillas*. Buenos Aires: Ariel, 1995.

<sup>19</sup> Aprofundaremos a leitura desses conceitos, no capítulo 5, quando abordarmos a questão da mobilidade.

## 4.2

### As obras e os contextos históricos

Para que possamos entrar diretamente na leitura dos textos, se faz necessária uma contextualização dos momentos históricos a que, segundo nossa proposta, cada um deles se refere. Evidentemente, Brasil e Argentina guardam diferenças em relação a seus processos sócio-culturais e econômicos, mas, de maneira geral, há uma série de traços que inscrevem os países em uma dinâmica comum, principalmente no que diz respeito ao imaginário cultural das elites e à produção do espaço urbano no século XX. Dialogamos com iniciativas de interpretação como a de José Luís Romero (2004), que toma cidade latino-americana como fio condutor da reflexão sobre a mudança histórica. Retomando a pressuposição entre cidade e modernidade, Gorelik endossa a perspectiva de Romero, quando afirma que

Debater o moderno na América Latina é debater a cidade: a cidade americana não é apenas o produto mais genuíno da modernidade ocidental, mas também, ademais, é um produto criado como uma máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la. (Gorelik, 1999, p. 55)

Abordamos essa “invenção” do ponto de vista da *produção do espaço* e sua orientação classista; essa característica permite que trabalhem com o pressuposto de certa homogeneidade. Encontramos na formulação do chileno Juan Pablo Larrain uma sistematização da trajetória da modernidade latino-americana que favorece essa perspectiva unificadora. O autor desdobra o processo em cinco fases: (1) da independência até 1900, com a modernidade oligárquica atrelada aos colonizadores; (2) de 1900 até 1950, com a crise da modernidade oligárquica e a insurgência da modernização populista; (3) do pós-guerra até 1970, com a expansão das indústrias; (4) de 1970 até 1990, com o período das ditaduras; (5) de 1990 até os dias de hoje, com o neo-liberalismo e a vivência de uma modernidade tardia (Rosa & Cruz, 2008). Segundo a leitura proposta, nossos relatos se enquadram respectivamente nas fases “2” e “5”, mas é sugestivo levarmos em conta o quadro ampliado, pois ele nos permite a visualização do processo residual no qual se constitui nosso objeto. Dentro desses marcos, situamos as obras nas décadas

de 1940 e 1990, tendo como eixos de significado o populismo trabalhista e o neoliberalismo.

Seguindo a sistematização de Larrain, seria plausível relacionar as situações de Brasil e Argentina em cada um desses momentos a partir de uma aproximação entre os governos Perón e Vargas, e Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem. No entanto, são justamente as particularidades de cada contexto que, dentro do gesto amplo de aproximações, pontuam a escolha do “caso Buenos Aires” para se pensar os traços e tensões do paradigma sólido e do “caso São Paulo” para o paradigma líquido.

A primeira justificativa dessa escolha se baseia no protagonismo de cada país dentro das respectivas lógicas econômicas. A Buenos Aires da década de 1940 e a São Paulo da década de 1990 representam dois centros de acumulação de capital paradigmáticos, a partir dos quais podem ser lidos os traços de dois projetos hegemônicos e seus conflitos inerentes. Por isso, projetamos uma rede de encadeamentos que sugere: as elites como metonímias das cidades, as cidades como metonímias dos projetos nacionais, os projetos nacionais como metonímias da lógica do capital no curso de suas transformações.<sup>20</sup>

Um cotejo dos índices demográficos das duas cidades revela o itinerário desse protagonismo: Na década de 1940, Buenos Aires possuía o dobro do número de habitantes da capital paulista e era a única cidade latino-americana a ultrapassar a marca dos 2.500.000 habitantes. Os registros relativos ao ano 2000 apontam para a inversão do quadro; São Paulo apresenta mais do que o triplo do número de habitantes da capital portenha.<sup>21</sup> Cada uma foi, a seu tempo, palco da mais intensa experiência do fenômeno urbano massificado; assim desenha-se nosso mapa do incômodo classista. Passemos a uma breve caracterização desses momentos.

---

<sup>20</sup> Em consonância com os pressupostos até aqui desenvolvidos, ressaltamos não se tratar de relações causais lineares, mas de uma articulação dialética entre todas essas instâncias.

<sup>21</sup> Fontes: IBGE e INDEC: Ano 1936 - Buenos Aires 2.415.142, habitantes; Ano 1940 - São Paulo 1.326.261 habitantes; Ano 2000, São Paulo, 10.434.252 habitantes; Ano 2001 - Buenos Aires; 2.776.131

A Argentina<sup>22</sup> entra no século XX como uma das mais fortes e promissoras economias do mundo, baseada majoritariamente na produção agro-pecuária para exportação capitaneada pelas oligarquias tradicionais. Esse modelo de expansão econômica remonta às últimas décadas do século XIX, que renderam ao país o epíteto de “graneiro do mundo”. Paralelamente à prosperidade econômica, realizou-se uma significativa modernização do setor de transportes, imprensa e ensino. A lei 1420, por exemplo, estabelecia já em 1880 a obrigatoriedade da educação formal e a massificação da alfabetização. Todo esse desenvolvimento cultivou o sentimento de pertencimento ao “ocidente civilizado” – por parte das elites – historicamente presente no imaginário político argentino; sua encarnação mais célebre foi a dicotomia *civilização/barbárie*, eternizada na obra de Domingo Faustino Sarmiento (2006) e que voltaremos a abordar no próximo capítulo.

Por hora, nos interessa ressaltar uma contradição intrínseca a esse movimento de mudanças, que se caracteriza pela combinação entre o modelo econômico agro-exportador – eminentemente marcado pela concentração de riqueza e poder – e as iniciativas de relativa modernização e democratização que acompanham a crescente efervescência do cenário urbano, trazendo reivindicações de representação, direitos e visibilidade por parte de atores sociais marginados, como as classes trabalhadoras, os imigrantes e a pequena burguesia industrial. No desenrolar desse processo, após atingir seu auge na década de 1910, o modelo agro-exportador entra em declínio e isso se acentua com as intensas ondas de modernização que sacodem o país ao longo da década de 1920. Abordando o caso Buenos Aires, Beatriz Sarlo (2010) ressalta as novas perspectivas que acompanham esse processo modernizador, dando ênfase às transformações da vida cotidiana operadas pela ampliação e diversificação do mercado editorial e o desenvolvimento de variadas formas de mídia impressa. Criam-se novas tribunas que questionam a centralidade dos chamados “diários de senhores”, veiculadores tradicionais do cosmopolitismo elitista. Dessa forma, ocorre a incorporação de setores médios e populares cada vez mais amplos à experiência da modernidade, configurando aquilo que a autora chama de uma “cultura de mescla”.

---

<sup>22</sup> O panorama histórico apresentado nesse trecho se baseia no mini-curso “Melodrama e imaginário populista em torno das representações de Eva Perón”, ministrado pela professora Susana Rosano, da Universidade de Rosário, na Puc-Rio, nos dias 14 e 21 de setembro de 2012.

A “mescla” é também o sintoma da diluição do poder oligárquico que se vê abalado tanto do ponto de vista simbólico, quando econômico, principalmente a partir da década de 1930, quando, sob o impacto da quebra de 1929, fica evidente a crise do modelo agro-exportador e a violenta diminuição das importações. O quadro se agudiza ainda mais durante a segunda guerra mundial. José Pablo Feinmann sintetiza esse momento de transição e relembra outro epíteto da Argentina que muito nos diz sobre a inserção do país no sistema-mundo:

Durante a década de trinta, alguém – celebrenemente – havia dito que a Argentina era a jóia mais estimada da coroa britânica. Quando a coroa britânica se vê estragada pela guerra, sua jóia mais estimada tem que abastecer-se a si mesma. Chamamos isso de “substituição de importações. (Feinmann, 2008, p. 3)<sup>23</sup>

Nesse contexto específico de gritantes demandas sociais e econômicas, insurge o peronismo, como movimento capaz de articular o desenvolvimento da indústria e os reclames por inclusão e reconhecimento desse novo ator social que é o operariado urbano. Sua origem encontra-se no golpe militar de 1943, que tem Juan Domingo Perón como um dos articuladores. O então coronel incorre a uma escalada de prestígio e identificação popular, principalmente quando se estabelece à frente da Secretaria de Trabalho e Previdência e institucionaliza uma série de regulamentações e direitos trabalhistas, tais como salário mínimo, previdência e seguro sociais, aposentadoria e abonos salariais... Tamanha se torna sua identificação com as massas – Sarlo nos lembra que a ideia de “povo”, nesse momento, referia-se a um conglomerado que tinha como eixo a classe operaria e como espinha dorsal o sindicalismo (Sarlo, 2005, p.18) – que Perón passa a representar um risco dentro do governo militar, a ponto de ser deposto e preso em outubro de 1945. Seu retorno triunfal, após imensa mobilização popular, no dia 17 de outubro, finca as bases para a posterior vitória eleitoral em 1946 e consolida a força desse movimento social e político. (James, 1987)

O episódio do dia 17 de outubro, eternizado na memória peronista como “o dia da lealdade”, pode ser considerado como a data de nascimento da antinomia *peronismo/anti-peronismo* que baliza, desde então, o sentimento de distinção social

<sup>23</sup> Tradução livre, a partir do original em espanhol.

e o imaginário classista da sociedade argentina. (James, 1987) Os milhares de trabalhadores que haviam marchado dos subúrbios da cidade e da província de Buenos Aires até a praça de Maio para exigir a libertação de Perón, pela primeira vez se fizeram visíveis de maneira contundente no espaço da cidade oficial, no centro da *cena*. Houve grandes manifestações de questionamento da autoridade simbólica, sendo os principais alvos das investidas os órgãos de imprensa e a universidade, diante dos quais foram entoados gritos de guerra como “alpargatas sim, livros, não”, “menos cultura e mais trabalho”, além do hino nacional (Torre, 1994). Tal situação foi percebida pelos grupos das classes média e alta com espanto e medo; as colunas que avançavam pelas elegantes ruas da cidade foram designadas com o pejorativo termo “aluvião zoológico”. Para a perspectiva elitista, tratava-se de “uma acometida contra uma zona possuída por *direito natural*” (Avellaneda, 1983, p.10).

Dessa cisão, gostaríamos de ressaltar a contraposição entre o desenvolvimentismo nacionalista e o caráter cosmopolita da elite tradicional:

O nacionalismo adquire com o peronismo um caráter programático alentado por medidas oficiais de promoção e codificação legal que se oferece como alternativa ao projeto europeizante e universalista acatado pelo sistema cultural distribuidor de prestígio. (Avellaneda, 1983, p.88)

Os conflitos em torno do fenômeno peronista são, portanto, grandes sintomas das tensões envolvidas no processo de consolidação da modernidade sólida latino-americana. Um período em que a modernização vincula-se, essencialmente, à esfera do Estado-Nação e do discurso nacionalista.<sup>24</sup>

Retomando nosso fio condutor – a lógica do capital – podemos enxergar a crise do modelo oligárquico como sinal “do poder mudando de mãos”, a partir da necessidade de reconfiguração da economia internacional. Apesar do novo protagonismo do operariado, seria excessivo relativizar os pressupostos da modernização conservadora e atribuir a nova hegemonia às classes trabalhadoras. Entendemos, então, o regime conciliador instalado também como a condição da

<sup>24</sup> Hall nos lembra que o cultivo da cultura nacional é “uma característica chave da industrialização e um dos dispositivos da modernidade.” (Hall, 2003, p.50)



abertura de espaço. para o fortalecimento do empresariado industrial. Nesse sentido, é importante destacarmos o caráter ambíguo do populismo trabalhista. Por um lado, é inegável seu sentido democratizador, na medida em que institucionaliza os direitos e inclui grandes camadas da população até então marginalizadas; por outro, opera no marco da mútua dependência entre capital e trabalho, garantindo o controle e a manutenção do desenvolvimento econômico e afastando a ameaça dos movimentos e organizações de esquerda.

Em todo caso, como assinala Susana Rosano, a diferença que o peronismo guarda em relação a outros populismos é justamente o seu legado cultural de intensa polarização política e cultural que pauta a vida social argentina até os dias de hoje.<sup>25</sup>

São inúmeras as interpretações que propõem “Casa Tomada” como uma alegoria dessa tensão social.<sup>26</sup> No livro *El habla de la ideología*, Andrés Avellaneda (1983) faz uma genealogia dessa linha interpretativa e identifica sua origem em um ensaio de Juan José Sebreli, datado de 1964.<sup>27</sup> Tal perspectiva nos parece não só plausível, como bastante rica para o nosso propósito, pois o diálogo com o contexto histórico confere ao texto um potencial condensador da dialética entre dinâmicas econômicas e práticas culturais, tornando-o um lugar teórico privilegiado para a reflexão sobre a modernidade sólida, ao ficcionalizar justamente o momento de interação entre o residual e as novas formas emergentes (Williams, 2009).

Antes de abordar as referências ao período contidas no relato, cabe a observação de que, tanto no caso de Cortázar, quanto no de André Sant’Anna, praticamente não há distância temporal entre os contextos históricos a que ambos os textos fazem referência e os momentos de escrita e publicação; isso favorece a iniciativa de abordá-los integralmente como testemunhos ou depoimentos sincrônicos e expandir a análise para além da referencialidade, pensando também na esfera meta-textual, nos gestos de escrita, nos panoramas intelectuais vigentes, etc. Nesse tópico, nos ateremos aos elementos referenciais e aos contextos de publicação, nos próximos, abordaremos outras possibilidades de análise.

<sup>25</sup> A professora ressalta, por exemplo, a dicotomia peronismo/anti-peronismo encarnada no debate público atual, respectivamente, pelos diários *Página 12* e *La Nación*.

<sup>26</sup> Devo o primeiro contato com essa linha ao professor Ary Pimentel, em aula ministrada no curso de Literatura hispano-americana da Faculdade de Letras da UFRJ no ano de 2007.

<sup>27</sup> *Buenos Aires, vida cotidiana y alienación*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

São poucas e sutis as menções a um processo social concreto em “Casa tomada”; no entanto, suficientes para que a interpretação seja coerente. Destacamos três breves aspectos. O primeiro diz respeito à referência espacial. O narrador assume a cidade de Buenos Aires como cenário e, mais especificamente, situa a casa em algum ponto da “calle” Rodriguez Peña, tradicional rua que se estende do bairro da Recoleta ao centro da cidade. Faz sentido que a imaginemos na Recoleta, tendo em vista que o bairro carrega em sua história a marca da distinção social. Sua ocupação remonta à segunda metade do século XIX, quando grande parte das elites governantes criollas, fugindo dos focos de epidemia de febre amarela e cólera, encontraram ali lugar propício para a construção de suas mansões, enquanto as classes populares se instalaram nos bairros do sudeste (Rosenzvit, 2008).

A segunda referência é o único marco temporal apresentado na obra: “Desde 1939 não chegava nada valioso na Argentina” (Cortázar, 1987, p.8).<sup>28</sup> A ponderação do personagem-narrador sucede a descrição de suas idas regulares ao centro da cidade em busca de novidades sobre literatura francesa, o que faz com que associemos o “nada” a que se refere, primeiramente, aos livros. No entanto, a indeterminação de sua observação aponta para um panorama mais amplo. A referência à data de início da segunda guerra mundial é uma alusão possível à crise do modelo agro-exportador e sugere a emergência do processo de substituição de importações. O jogo entre a escassez de novidades literárias e o bloqueio mais geral permite que a sentença condense, portanto, o enclausuramento cultural e econômico da elite tradicional que o personagem representa.<sup>29</sup> Além disso, se contrastamos essa referência à data de publicação do conto – dezembro de 1946 – fica delimitado um espectro temporal coincidente com o momento de ascensão do primeiro peronismo, abarcando, inclusive o triunfo eleitoral de Perón, ocorrido em fevereiro do mesmo ano. A própria situação da publicação corrobora a tese; “Casa tomada” vem a público pela primeira vez como conto selecionado da revista *Los Anales de Buenos Aires*, sob a curadoria de Jorge Luis Borges, uma das inúmeras tribunas intelectuais do anti-peronismo ilustrado, nas quais se forjava, a partir de um sistema retórico comum, um conjunto coerente de respostas culturais reativas aos episódios políticos do momento (Avellaneda, 1983, p.43).

<sup>28</sup> Para as citações no corpo do trabalho utilizei traduções livres feitas por mim a partir do original.

<sup>29</sup> Aprofundaremos essa caracterização no tópico 4.3.

O terceiro elemento que destacaremos é da ordem da simbologia dos objetos. Depois que os protagonistas percebem a invasão da parte dos fundos da casa, resignadamente, se encerram na parte restante, evitando, antes de tudo, qualquer tipo de contato. Intensifica-se a alegoria do enclausuramento cultural, pois na parte tomada encontrava-se a biblioteca.<sup>30</sup> No entanto, o que nos interessa destacar é uma referência mais sutil. Dentre os objetos perdidos, faz-se menção a uma garrafa de Hesperidina, espécie de licor tradicional do país. Uma breve pesquisa sobre a bebida nos rendeu alguns elementos sugestivos. Em primeiro lugar, como atestam as informações de sua página oficial, trata-se “da primeira marca registrada argentina”, que remonta à época em que “Buenos Aires tinha apenas 140.000 habitantes” ([www.hesperidina.com](http://www.hesperidina.com))<sup>31</sup>

O tradicional aperitivo que comercializa a Bodega Tres Blasones foi criado por Melville Sewell B. em 1864. Desde essa data esteve ligado aos marcos de nossa cultura e de nossa história, se convertendo em um referente da argentinidade ([www.hesperidina.blogspot.com](http://www.hesperidina.blogspot.com)).<sup>32</sup>

Esse pequeno elemento, que tendemos a associar a um mero detalhe de composição, um dado de cotidianidade, amplia seu sentido e pode ser lido também como uma cifra que reforça a caracterização dos personagens enquanto membros tradicionais da elite crioula, cujo cultivo da linhagem e a constituição da própria identidade confunde-se com o imaginário das origens da nação...

\* \* \*

Pois bem, para abordar o contexto histórico brasileiro da década de 1990, encarnado no protagonismo da cidade de São Paulo, também recorreremos a um recuo temporal, na tentativa dupla de, por um lado, rastrear alguns antecedentes históricos que nos permitam esboçar a formação de um panorama latino-americano

<sup>30</sup> Essa discussão será retomada no próximo capítulo, no tópico 5.2.

<sup>31</sup> Página consultada em 21/01/2013.

<sup>32</sup> Página consultada em 21/01/2013.

da modernidade líquida<sup>33</sup>, e, por outro, formalizar um movimento de aproximação e continuidade entre os dois momentos históricos destacados. Para tanto, voltamos à sistematização proposta por Larrain, que pontuava como etapas intermediárias às dos relatos o período compreendido do pós-guerra até 1970, com a expansão das indústrias; e o período marcado pelas ditaduras militares.<sup>34</sup> Abordaremos essa passagem como um processo no qual, pouco a pouco, a hegemonia vai sendo reorganizada nas mãos da burguesia industrial e os limites da cidadania conquistada pelo trabalhismo populista vão se revelando. Com o desenvolvimento da industrialização se inicia a abertura ao capital estrangeiro – majoritariamente norte-americano, no contexto do pós-guerra – e também a intensificação das mobilizações emancipatórias das classes trabalhadoras e dos projetos de esquerda. Processos que, guardadas suas diferenças, culminaram na reação conservadora das ditaduras.

O contexto dos regimes militares funcionará como elo mais palpável para nossa sequência. Esse esforço de unificação encontra suporte no livro *Brasil e Argentina, um ensaio de história comparada*, de Boris Fausto e Fernando Devoto. Os autores retomam o conceito de “Estado Burocrático Autoritário” – representado pela abreviatura “BA” – que aproxima os regimes militares brasileiro e argentino como fenômenos de traços comuns:

O BA teria por objetivo último organizar a dominação de classe em favor das frações superiores de uma burguesia altamente oligopolista e transnacional. Na busca desse objetivo, incumbiria ao BA “normalizar a economia” e reimplantar a “ordem”, o que pressupõe a exclusão de um setor popular previamente ativado [...] (Fausto & Devoto, 2005, p.395)

O par de medidas “normalização da economia” e “reimplantação da ordem” marca o ponto de inflexão no qual se institucionaliza a marginalização das classes trabalhadoras do processo político e anuncia-se mais uma mudança de cenário. Nosso objetivo é enxergar nesse momento alguns elementos emergentes que anunciam a reestruturação da lógica do capital, concretizada pela passagem do

<sup>33</sup> Ressalto, mais uma vez, a importância da interrelação proposta por Williams entre o *dominante*, o *emergente* e o *residual* (Williams, 2009: 165-174)

<sup>34</sup> Ver página 53.

modelo fordista, para o da acumulação flexível. Tal perspectiva se justifica se pensamos que, para o projeto político-econômico dos regimes militares,

[t]ratava-se, definitivamente, de refundar o *ethos* da sociedade; restabelecer uma concepção economicista, individualista e atomista da cidadania e da vida social, a primazia do hierárquico e do competitivo sobre o solidário, substituir por um Estado “subsidiário” aquele concebido como garantia de direitos sociais, planejador e regulador do capitalismo. (Novaro & Palermo, 2007, p.59)

É notável que, não havendo qualquer contextualização prévia, essa caracterização poderia ser atribuída, sem maiores problemas, ao contexto da acumulação flexível, termo que no campo da filosofia política pode bem ser substituído por *neoliberalismo*. Esse é, por fim, um ponto de chegada que nos interessa para contextualizar o momento histórico da São Paulo da década de 1990: caracterizar o neoliberalismo brasileiro, percebendo nele a reminiscência de alguns aspectos residuais do regime militar.<sup>35</sup>

Um marco para orientar nossa discussão é o ano de 1989, uma data sintomática por dois motivos. Em primeiro lugar, trata-se do ano da vitória eleitoral de Fernando Collor de Melo, no primeiro pleito após a abertura política, cujo mandato instituiu a reorganização da máquina estatal a partir do tripé “desestatização, desregulamentação e liberalização dos preços e salários” (*Ibid*), dando início à implantação formal do projeto neoliberal no país. As tensões envolvidas nessa eleição guardam ainda um componente importante para nossa linha de raciocínio:

Claro representante de uma fração da classe dominante ilustrada, bem informada, cosmopolita e poliglota, o projeto político de Collor [...] foi ameaçado por outro também recente membro do cenário político nacional, Luiz Inácio Lula da Silva. Candidato que alardeava sua origem de retirante nordestino, Lula apresentava-se publicamente como intimamente ligado às lutas operárias do ABC paulista, ao renascimento das liberdades políticas no final dos anos 70, à fundação de um partido político de massas. (Almeida, 2010, p.27)

<sup>35</sup> Esse não era um caminho previsto para análise, no entanto, se impôs na medida em que tratamos de estabelecer uma mediação entre o texto literário e o processo social, como veremos a seguir.

Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que a história do neoliberalismo brasileiro não está de todo dissociada daquilo que viemos tratando de conceituar como o *incômodo classista*. A funcionalidade da candidatura de Collor, como resposta à temerosidade das elites em relação à “plebe invasora”, dá um sentido a mais para a “unidade de coerência” desse projeto de poder. As práticas de distinção social passam a compor a faceta cultural que complementa os pilares político e econômico neoliberais, assim definidos por Chauí:

Do lado da economia, uma acumulação do capital que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, operando com o desemprego estrutural; do lado da política, a privatização do público, isto é, não só o abandono das políticas sociais por parte do Estado, mas também o recrudescimento da estrutura histórica da sociedade brasileira centrada no espaço privado fortalecendo a impossibilidade para que a esfera pública possa constituir-se, pois antes que a distinção entre público e privado tivesse conseguido instituir-se, a nova forma do capital institui a indiferença entre o público e o privado. Política e socialmente, a economia neoliberal é o projeto de encolhimento do espaço público e do alargamento do espaço privado – donde seu caráter essencialmente anti-democrático (Chauí, 2008, p.75).

Em meio às dinâmicas de desnacionalização do aparato de produção, observa-se a transferência massiva da renda do setor público para o setor privado e da esfera produtiva para a órbita financeira nacional e internacional, o que acarreta a deteriorização das condições sociais e a ampliação das desigualdades de riqueza e renda. A partir do Plano Real e, posteriormente, ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tendo sido superadas as chagas da corrupção e do desastre econômico de Collor, esse modelo ganha credibilidade por conta da estabilidade e do controle da inflação, confirmando a primazia da ideologia economicista.

Toda essa agenda de medidas remete ao segundo sentido da importância do ano de 1989. Trata-se do marco institucional daquilo que ficou conhecido como o Consenso de Washington:

Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin America adjustment: how much has happened?*, visava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina (Negrão, p.4)

Segundo Batista, (1994) a síntese da agenda do consenso consistia na drástica redução do Estado, na corrosão do conceito de Nação, na abertura máxima à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco (p.27).

Em “O importado vermelho de Noé”, esse conjunto de traços é encarnado na representação de São Paulo enquanto cidade global, grande motor econômico do país, a partir do olhar de um membro dessa elite também “transnacional” (ou pelo menos que assim se deseja). Na tentativa de depurar as marcas de referencialidade espacial, nos deparamos com um dado que, desde logo, confirma e dá novos contornos a essa formulação. É claro o estabelecimento da capital paulista como cenário; por inúmeras vezes, o narrador afirma estar retido em um engarrafamento na Marginal Tietê, famosa via expressa da cidade. O fato por si só já demarca uma forma distinta de “estar na cidade”, pautada pelo fenômeno do *não-lugar* (Augé, 1994) O sentido de “negação da cidade” se amplia se consideramos que a passagem pela via visa, justamente, à chegada no aeroporto e o abandono do país. O movimento frustrado de escapada sintetiza o desejo de um encontro, de um destino que é, na verdade, a grande referência espacial do relato: Nova York, uma obsessão entoada pelo personagem por mais de 70 vezes no curto espaço das dez páginas que compõem o conto. Em um discurso marcado pela oposição *nacional-internacional*, devidamente valorizada nos marcos da agenda neoliberal, todas as aspirações de “triunfo global”, no final das contas, levam a um mesmo destino, “a Terra Prometida”, Nova York (Sant’Anna. 2007, p.11). A constatação reforça nosso questionamento de que, nos marcos da modernidade líquida, a lógica da rede dos fluxos voláteis talvez não seja tão descentrada assim; pelo menos para o nosso personagem-narrador, ela tem endereço fixo: Nova York, um desejo de vir-a-ser.

Em relação ao marco temporal do relato, apesar de não haver nenhuma referência direta a uma data, através de uma leitura cuidadosa, parece possível

determinar o ano exato no qual se passa a trama. Por inúmeras vezes, o narrador faz menção ao par “Paulo”, “um grande administrador”, que se encaixa na séria valorizada dos “elementos internacionais”, e o “prefeito preto”, que carrega a marca negativa do nacional. Evidentemente, trata-se de Paulo Maluf e Celso Pitta. A referência ao processo de eleição de Pitta, “cria” de Maluf, assim como a ruptura entre os dois, é exemplificada no seguinte trecho:

Os buracos que deformam o asfalto das lentas estradas de rodagem nacionais. O prefeito é preto. A culpa é do prefeito e do povo que votou nesse prefeito preto. Eu também votei nesse prefeito preto, mas foi a pedido de Paulo. Nunca vou esquecer o que Paulo fez pelas empresas. Paulo é meu amigo. Paulo é um grande administrador, como eu e os nova-iorquinos. Paulo já rompeu com o prefeito preto. Me perdoe, Deus, por ter ajudado a financiar a campanha desse prefeito preto. (p.12)

Em uma breve pesquisa, encontro a notícia da oportunista ruptura política de Maluf, em matéria datada de 23 de abril de 1999. Resgato, aqui, sua declaração formal:

A cidade, com meu voto, deu ao senhor Celso Pitta a oportunidade de melhorar a vida do paulistano. Em vez de fazer isso, ele investe seu tempo me agredindo, quando deveria bem administrar a cidade, pois foi para isso que os paulistanos o elegeram. Na verdade, ele é traidor dos votos que recebeu, até porque sozinho ele não teria voto nenhum. Lamento e peço desculpas à população de São Paulo, porque o Celso Pitta que recomendei era outro, depois de empossado, ele mudou (Maluf).<sup>36</sup>

Se seguimos o mesmo procedimento de contraste em relação à data de publicação do relato – segundo semestre de 1999, na *Revista Ficções* – chegamos à conclusão de que o relato pode ser lido, praticamente, como uma crônica simultânea dos acontecimentos históricos.

Para finalizar, retomo a ideia dos resíduos da ditadura militar na composição do poder hegemônico neoliberal. Entendo o papel de Maluf, no texto, como uma referência simbólica dessa presença “formada no passado, mas que ainda encontra-

<sup>36</sup> Diário do grande ABC, sexta-feira, 23 de abril de 1999, consultado em <http://www.dgabc.com.br/News/9000026706/maluf-diz-que-pitta-traiu-o-seu-voto.aspx?ref=history>. Página acessada em 10/02/2013.



se atuante no processo cultural, [...] como um elemento efetivo do presente” (Williams, 2009, p. 167). O trecho citado acima expõe as ligações espúrias entre o empresariado e o Estado, os beneficiamentos e favorecimentos concedidos ao grande capital. Não seria demais lembrar que a “formação” da São Paulo global, passa pela figura de Maluf, que foi prefeito da cidade durante a ditadura, indicado pela cúpula do poder militar. Nem menos significativo seria rememorar o fato de que o encerramento das obras da Marginal Tietê foi realizado em seu mandato, na década de 1970.

Hoje, quase quinze anos após a publicação do conto, a história já nos propiciou uma perspectiva de distanciamento crítico em relação ao neoliberalismo, sua decadência e a emergência de um novo desenvolvimentismo latino-americano. Nossa tese é de que “O importado vermelho de Noé” consegue, mesmo sem esse distanciamento, condensar uma série de intuições sobre a emergência desse novo modelo, a partir do incômodo classista expressado por seu protagonista-narrador. Na sequência, tentaremos rastrear algumas dessas marcas.

Essas relações de contextualização histórica foram desenvolvidas ao longo do exercício de aprofundamento da reflexão inerente à escrita do trabalho. No entanto, os elementos que sugeriram a possibilidade de uma leitura articulada entre os dois relatos não se atem ao plano do enredo. Os primeiros traços que fortaleceram a convicção do gesto comparativo foram percepções de aspectos comuns no plano da estrutura e organização textual. A eles iremos, no tópico a seguir.

### **4.3**

#### **Uma interpretação estética**

A tarefa que se impõe nesse tópico é resgatar a ideia da literatura como lugar teórico para a análise cultural. Um primeiro movimento, baseado nas formulações de Antonio Candido e Roberto Schwarz, nos levou a identificar dois dispositivos formais da construção textual que permitiram um duplo movimento: assinalar a proximidade estrutural entre os dois relatos e elaborar uma abordagem dialética

entre processo literário e processo social. Essa iniciativa possibilitou que evitássemos incorrer em visões associadas à ideia da literatura como “reflexo”. Com o olhar voltado para os fenômenos da *forma*, nossa leitura buscou assimilar a dimensão social como fator de arte:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra. [...] Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha certo papel da constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (Candido, 2010, p.14)

O primeiro dispositivo que baliza esse alinhamento, no caso dos relatos, é a *figura da invasão*, que confere ao enredo o dado do conflito. No desenvolvimento da narrativa é ela quem pontua a ruptura da ordem ao forçar o contato indesejado com o *Outro*. O segundo elemento diz respeito ao foco narrativo; trata-se da *forma do monólogo*. A perspectiva em primeira pessoa nos oferece uma possibilidade de acesso à percepção subjetiva que, suscitada pelo tema da invasão, expõe a natureza das tensões entre a identidade e a alteridade. A seguir, aprofundaremos cada um dos dispositivos.

#### 4.3.1 A forma do monólogo

Optamos por essa ordem de exposição por acreditar na conveniência de começar pela caracterização de “quem fala”. Analisaremos as especificidades de cada monólogo, atentos à maneira como o sentimento de distinção social é elaborado tanto no âmbito das considerações, julgamentos e valores, quanto na esfera da enunciação.

Partimos da hipótese de que a especificidade desse foco narrativo permite que formulemos a noção de uma *subjetividade das elites*, entendida como

caracterização diferencial que marca a distinção social a partir de parâmetros classistas. Dessa forma, no próprio discurso dos personagens-narradores, são construídas, por contraste, a auto-imagem das elites e a imagem das massas. Constitui-se, assim, um panorama para reflexão sobre a hegemonia social, política e cultural, afinado com a ideia de *estrutura de sentimento*, que

É, como se sabe, o termo que Williams cunhou para descrever como nossas práticas sociais e hábitos mentais se coordenam com as formas de produção e organização socioeconômica que as estruturam em termos do sentido que consignamos à experiência do vivido. (Cevasco, 2001, p.97)

O monólogo funcionaria, portanto, como uma espécie de testemunho, depoimento revelador de formas particulares de ser e estar no mundo, definidas pela dialética entre o público e o privado, entre a esfera íntima do indivíduo e a consciência de sua inserção no todo social. No nosso caso, trata-se de uma possibilidade de deitar um olhar sobre as práticas sócio-culturais como índices da sociedade cindida.

Uma maneira de ampliar o sentido das estruturas de sentimento seria agregar à discussão a dimensão das práticas espaciais na configuração do imaginário classista. Para isso, recorreremos a Jameson e sua proposta de uma estética dos mapas cognitivos. Segundo Gastal (2006) o termo é uma apropriação da formulação de Kevin Lynch, que o utiliza para descrever o modo como as pessoas constroem os sentidos de seus contextos urbanos, a partir da interseção entre o pessoal e o social. Essa forma de compreensão seria o que capacita as pessoas a funcionarem nos espaços urbanos nos quais se movem (Gastal, 2006, p.22). Em se tratando da perspectiva da hegemonia de classes, essa construção de sentido é atravessada pelo ideário da segregação espacial, que é, no âmbito da *produção capitalista do espaço*, a materialização da distinção social. Portanto, poderíamos afirmar que, na formação do imaginário elitista, a capacitação para uso cidade volta-se para a crença no direito natural do exercício da dominação e do privilégio em relação às dinâmicas urbanas. Mas Jameson ainda dá um outro contorno ao conceito, ao projetá-lo também como uma forma de dimensionamento temporal. Ele sustenta que carecemos de gestos interpretativos capazes de conectar passado, presente e futuro. Em sua teoria do pós-modernismo, o autor associa o enfraquecimento dos

projetos coletivos e das pretensões totalizadoras à carência de profundidade analítica. O mapeamento cognitivo seria, então, uma maneira de instrumentalizar o gesto crítico, de modo a estipular um novo e mais aguçado sentido do lugar ocupado pelos indivíduos no sistema global (Jameson, 2007).

Assim sendo, o cruzamento entre as formulações de Williams e Jameson dota a forma do monólogo de uma potência interpretativa capaz de articular dialeticamente as três esferas fundamentais da investigação: a experiência urbana, a experiência classista e a experiência do tempo, da mudança cultural.

\* \* \*

O mergulho nas particularidades de cada monólogo pressupõe a caracterização das elites realizada em cada um dos textos. “Casa tomada” tem como personagens um casal de irmãos, herdeiros da oligarquia rural argentina: “Não necessitávamos ganhar a vida, todos os meses chegavam os rendimentos dos campos e o dinheiro aumentava” (Cortázar, 187:9). O narrador é o homem, mas o sentido alegórico do sintoma cultural que o texto constrói só se completa se entendemos o protagonista como um personagem duplo, uma “unidade” composta por ele e sua irmã, Irene:

Entramos nos quarenta anos com a inexpressada ideia de que o nosso simples e silencioso matrimônio de irmãos, era o necessário encerramento da genealogia assentada pelos bisavós em nossa casa. (p.8)

“O matrimônio de irmãos” é, portanto, a cifra da decadência e marca a perda de espaço dessa classe no panorama sócio-econômico emergente. Por isso, a enunciação se desenvolve majoritariamente através da ideia de um sujeito composto “Irene e eu”, e prevalece a primeira pessoa do plural na condução da narração. Essa instância não individualizada nos remete a uma concepção de classe de perspectiva tradicional, ligada às noções de filiação histórica e linhagem familiar.

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (Giddens *apud* Hall 2003, p. 37-8).

A adequação de tal formulação ao universo do relato faz com que sejam ressaltados alguns traços, aparentemente, pré-modernos da identidade cultural classista de herança oligárquica. Um deles é a ausência de trabalho. No relato, tomamos conhecimento de que a rotina dos irmãos se resume à realização dos afazeres domésticos que garantem a manutenção da casa. Somos apresentados ao cotidiano marcado pela repetição de pequenas tarefas de limpeza e ordenamento que sugerem certo matiz cíclico em relação à vivência temporal. O longo tempo restante é dedicado ao ócio; o narrador o aplica à leitura de literatura francesa, e Irene ao hábito de tecer.

É importante, entretanto, relativizar o entendimento do que seria essa lógica pré-moderna. Somente uma visão dissociada da perspectiva da totalidade a sustentaria integralmente. Como vimos, o modelo oligárquico agro-exportador foi, por muito tempo, a forma de inserção dos países latino-americanos no contexto global do capitalismo moderno, representando não um entrave, mas antes uma condição para o processo de acumulação de capital. O processo de decadência que tratamos de pontuar e que explicita o caráter “desajustado” de certas práticas das elites tradicionais, começa a desenvolver-se a partir do momento em que a conjuntura internacional condiciona a universalização daquilo que Weber chamou de “o espírito do capitalismo” (Weber, 2009) – a perspectiva racionalizadora voltada para a obtenção do lucro, o aperfeiçoamento profissional e o pragmatismo econômico como formas dominantes.

Contrapondo-se à “vulgaridade popular” do processo de massificação da cidade, essas elites vão buscar o reforço de seu sentimento de distinção social no aprofundamento do manejo dos signos da cultura, pensada como indicativo de civilidade, prestígio e refinamento. Nesse sentido, o narrador de “Casa tomada” nos brinda com algumas considerações de desprezo em relação ao “materialismo vazio” do interesse econômico. Trata-se, antes de tudo, de reações ao processo modernizador:

[...] hoje, que as casas antigas sucumbem à mais vantajosa liquidação de seus materiais (p.7)

Morreríamos ali algum dia, vagos e esquivos primos ficariam com a casa e a derrubariam para enriquecer-se com o terreno e os tijolos. (p.8)

O olhar pessimista em relação aos “novos tempos” encontra um paralelo no diagnóstico formulado por Simmel sobre a vida mental na metrópole. Os reclamos da elite oligárquica seriam, nesse sentido, maneiras de evocar a preservação da autonomia e da individualidade, problematizadas pela desestabilização emocional proveniente de “overdose” de estímulos e da hipertrofia da cultura objetiva em detrimento da subjetiva (Simmel, 1987)

Esse processo tem um rebatimento direto sobre a natureza dos monólogos. A exacerbação do individualismo anuncia o distanciamento afetivo que passa a marcar as relações interpessoais na metrópole. Dessa forma, empobrecem-se as possibilidades de troca e configura-se o que Benjamin define como uma *crise da experiência*:

O autor enxerga a morte da “comunicabilidade” através do enfraquecimento/declínio da Erfahrung (experiência coletiva). É devido a esse processo e paralelamente a ele, que se dá o fim da narração tradicional (Oliveira, 2009, p.113).

Sob essa perspectiva, o monólogo de “Casa tomada” pode ser lido também como uma iniciativa de conservação classista através do enraizamento na tradição. O exercício da linguagem e o domínio da expressividade seriam formas de demonstração de uma superioridade cognitiva e operariam, em última instância, como modos de reafirmação da distinção social.

Seguindo nessa mesma linha, é sugestivo pensarmos no contraste sugerido pela análise da forma do monólogo de “O importado vermelho de Noé”. O universo de valores que demarca a distinção social no contexto do capitalismo avançado já não passa pelas noções de prestígio cultural, erudição e tradição. O relato expõe uma experiência de vida completamente mediada pela ganância e os pressupostos da competitividade de mercado:

Está chovendo dinheiro em Nova York. Deu no rádio. Deu na CBN. E, com meu carro vermelho, importado da Alemanha, logo estarei no aeroporto e voarei para Nova York pela American Airlines. O meu carro vermelho, importado da Alemanha é veloz. Eu tenho poder de compra e por isso comprei o meu carro vermelho, importado da Alemanha. (Sant'Anna, 2007, p.9)

*Straight to the point*, o monólogo segue a estrutura desse primeiro parágrafo ao longo de todo o texto; frases curtas, assertivas objetivas que, de forma caricatural, estetizam a subjetividade pragmática do “cérebro de administrador”. Nos marcos do contexto fragmentado e caótico do neoliberalismo, fica patente a total inviabilidade da narração tradicional. Por isso, André Sant'Anna encontra no *monólogo interior*, a possibilidade de revelação da subjetividade dessa elite empresarial.

Se no texto de Cortázar, o discurso da elite pauta-se pelo saudosismo melancólico de um passado enraizado na tradição e na conservação de um estado de coisas, o que se coloca em questão em “O importado vermelho de Noé” são os signos que evocam o ritmo alucinante do capitalismo avançado: *produtividade, empreendedorismo, superação, velocidade, movimento*.

A idéia da perpetuação do poder calcado nos privilégios da *linhagem*, não interessa ao imaginário de um modo de produção baseado na lógica dinâmica de mercado e no projeto de sucesso individual. Trata-se de um mundo prometido à individualidade solitária. A exaltação egocêntrica elevada ao absurdo se manifesta através da profusão de construções frasais na primeira pessoa do singular, na abundância dos pronomes possessivos e na recorrência do auto-elogio desmedido; tomemos alguns exemplos:

Eu tenho poder de compra e por isso comprei o meu carro vermelho, importado da Alemanha. [...] Ergui empresas, venci obstáculos, ultrapassei limites, atingi todas as metas. [...] Meu cérebro de administrador é perspicaz e tem o veredicto final. .(p.9)

Eu tenho um visto para entrar nos Estados Unidos. [...] Eu sou belo. (p.13)

Minhas empresas possuem grande agilidade. Meu cérebro é uma máquina de última geração. Sou uma águia na administração. (p.16)

Sob o imperativo da máxima “time is money”, a vivência pragmática do personagem sintetiza a negação permanente do ócio, em nome da supremacia do *negócio*:

Procurei o desenvolvimento em cada instante da minha vida, [...] Ergui empresas, venci obstáculos, ultrapassei limites. [...] Sei exatamente onde quero chegar. Eu quero ir para Nova York onde está chovendo dinheiro (p.9-10).

O fato do texto ser costurado por sucessivas repetições de estruturas lhe dá um caráter tautológico que nos permite aproximar o fluxo de pensamento do empresário à lógica da mercadoria e do espetáculo.

O espetáculo não quer chegar a outra coisa senão a si próprio. [...] Sob todas as suas formas particulares, informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o seu corolário o consumo. Forma e conteúdo do espetáculo são identicamente a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. (Debord, 2005, p.19)

O dinheiro é a origem e o fim das aspirações do protagonista, todas elas mediadas pelo imaginário da indústria do *showbusiness*: “Me fundirei no dinheiro que chove em Nova York, no capital estratosférico, no corpo nu de Julia Roberts” (p.16).

Ambos os monólogos revelam, à sua maneira, desejos de conservação da hegemonia, afinados com a lógica cultural de cada momento. No entanto, há empecilhos, obstáculos no caminho dessa realização.



### 4.3.2

#### A Figura da invasão

No início do tópico, nos referimos brevemente à figura da invasão e, ao fazê-lo, nos ativemos apenas a uma de suas facetas, a de elemento organizador do enredo. No entanto, trata-se de um dispositivo bastante mais complexo. Foi ele que possibilitou a construção de uma leitura baseada no senso das mediações e garantiu o desenvolvimento da análise dialética. A sugestão inicial veio do contato com a idéia do *correlativo formal*, definido como “o princípio de generalização que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção” (Schwarz, 1987:133). No caso dos nossos enredos, tal figura se mostra capaz de articular as duas séries da maneira coerente e profunda, já que seu campo semântico remete à idéia de “perda de espaço” e de “ameaça”, dois sentimentos recorrentes da relação tensa entre o “eu” e o “outro” na cidade. Cabe ressaltar que se trata de uma operação crítica devedora da noção de *redução estrutural*, desenvolvida por Antonio Candido, em seu célebre ensaio *A dialética da malandragem*:

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber, neste caso, qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra, isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou redução estrutural dos dados externos. (Candido, 1993, p. 75)

Se levarmos em conta que ambos os relatos estetizam a perspectiva de uma elite ameaçada pelo contato com as massas, é notável o contraste entre o tom reservado e misterioso da narrativa de Cortázar e a agressividade explícita do relato de André Sant’Anna. Gostaríamos de abordar essa diferença de representação tanto na esfera do texto quanto por uma sugestão metaficcional. Seguimos, portanto, na linha que aproxima a construção do gesto de enunciação dos narradores ao gesto próprio da escritura dos contos. Nesses termos, a aceitação da leitura de “Casa tomada” como alegoria da ameaça peronista nos leva a compreender a não-nominalização do grupo invasor como forma de filiação da obra

aos princípios do refinamento estético. São várias as referências possíveis: o surrealismo, o absurdo kafkiano, o fantástico...

Esse contraste entre as feições da representação retoma a ideia dos contos enquanto realizações artísticas típicas de dois momentos paradigmáticos da cultura. Um balanço entre as duas formas poderia ser entendido no marco do processo indicado por Heloísa Buarque de Hollanda:

[...] registra-se também, na recepção da obra de arte, o declínio do que Jameson define como a “emoção hermenêutica” marcada pela ideia de uma fascinação “inerente” ao objeto artístico diretamente vinculada à “natureza” de seus conteúdos e subtextos cuja densidade requer uma interpretação especializada. Esta emoção, que diz respeito à noção de *profundidade* da obra de arte, estaria sendo substituída por um novo tipo de percepção estética centrada não mais em “sentimentos” cognitivos mas em níveis variados de *intensidade* receptiva (Hollanda, 1991, p.9).

Da mesma forma, esses registros que poderíamos associar, respectivamente, a uma *estética da profundidade* e uma *estética da superfície*, se projetam também no plano interno da narrativa, como formas de sensibilidade. Assim, a postura altiva, assim como as atitudes de frieza, auto-controle e resignação do casal de irmãos diante da ameaça invasora, pode ser lida como atributo de uma elite pautada pelos valores tradicionais de civilidade associados à ideia de refinamento, temperança, racionalidade e um certo cultivo da interioridade, da “vida do espírito”, valores que, analogamente, estruturaram a planificação da cidade moderna. Já a violência, o desprezo e o racismo escancarados que dão o tom do monólogo em “O importado vermelho de Noé” encontram um paralelo possível na agressividade necessária ao empresário vencedor inserido na guerra predatória do mercado. Não há espaço para os fracos. Embora a expressão aberta do preconceito não caiba no discurso oficial, o monólogo interior nos dá acesso àquilo que se esconde por trás das fachadas. A própria cidade fragmentada e privatizada atesta e justifica essa segregação. Diferentes classes só se relacionam através de hierarquizações e regimes de subalternidade.

Diante da aproximação inevitável com alteridade, cada conto constrói uma reação que fortifica a conceituação das subjetividades elitistas como sintomas culturais paradigmáticos.. Em “Casa tomada”, por exemplo, somos informados de

que, quando era necessário estar “[n]a cozinha e no banheiro, onde havia contato com a parte tomada”, com o objetivo de suplantar o silêncio que poderia tornar mais nítida a percepção da presença da alteridade, “Irene cantava cantigas de ninar”(p.13). Recorre-se ao imaginário da infância como forma de ativar o peso da tradição e refugiar-se na memória, em uma vivência do profundo, que é também um signo diferencial.

No conto de Sant’Anna, a percepção da invasão é rebatida com os mesmos sentidos explícitos e reiterados da estratificação econômica:

A água normal que chove no rio Tietê está atingindo níveis insuportáveis. Uma falta de respeito ao meu poder aquisitivo, ao meu poder de compra. (p.14)

A sequência do raciocínio é sempre a mesma, culminando com o retorno tautológico ao carro importado e à viagem à Nova York. Ao contrário do apelo à interioridade, a iniciativa de conservação, nesse caso, recorre a um sentido da distinção calcado nas aparências, formas exteriores esvaziadas e rasas que nos remetem ao discurso da propaganda e ao próprio fetichismo da mercadoria. Essa diferenciação de comportamentos também condiciona o desdobramento último da invasão.

Diante de uma segunda investida, através da qual amplia-se a ocupação da casa pela presença inominada, o casal de irmãos representado por Cortázar, mantendo a postura contida e um tom, até certo ponto, resignado, a abandona, em um episódio que retoma o mito da expulsão do paraíso. O espaço harmonioso que permitia uma vivência controlada, sem sobressaltos, e uma experiência cíclica do tempo se perdeu, o que resta é enfrentar-se com o novo.<sup>37</sup> Não por acaso, o único objeto que os acompanha nessa fuga é o relógio de pulso, marca indelével da concepção de tempo moderna que passará a reger suas vidas fora dos domínios da tradição. É importante ressaltar que esse gesto de enfrentar-se com o novo não deve ser lido como um traço de tolerância, ou uma pré-disposição ao diálogo, tendo

---

<sup>37</sup> Retomaremos essa questão no tópico 5.4, página 102.

em vista que é, justamente, a negação total da possibilidade de encontro com o *Outro*, que os leva e evadir-se da casa e de si mesmos.

No caso de “O importado vermelho de Noé”, impossibilitado de exercer a mobilidade que garantiria seu encontro com a chuva de dinheiro, o narrador sucumbe à enchente e à torrente do seu próprio pensamento/discurso obsessivo; termina submerso na mistura entre as águas transbordantes do rio Tietê e seu próprio mar de fel, em meio a delírios de poder, fama e jargão técnico-administrativo:

O subproduto da indústria preta já atinge meu peito largo de grande administrador. A água normal é fria. O dinheiro que chove em Nova York é quente como o regaço de Julia Roberts. A água está toda preta, toda nacional e subdesenvolvida. Preciso apontar falhas no sistema administrativo deste rio de águas pretas e normais, nesta via que sucumbe à ira dos excrementos de baixo poder aquisitivo. [...] Eu vou ser o prefeito. Eu sou o prefeito. Deu no rádio. Eu vou ser o prefeito em Nova York [...] É hora de voar pela American Airlines. [...] Há excrementos pretos flutuando ao redor de meu forte pescoço. Há água fria. Contato. Deus. Contato. Falhas existem para ser corrigidas. Contato. Contato. Excremento detectado. Elevarei meu potente maxilar e evitarei que a água nacional preta entre em minha boca. Elevação iniciada. Contato. Excremento detectado. Contato bucal com elementos de baixa qualificação técnica. Julia Roberts. Deus Contato. A fusão com o capital universal administrativo nova-iorquino deve ser efetuada. [...] Água preta normal entrando no nariz de linhas arrojadas. Deus. Deu no rádio. Está chovendo dinheiro em Nova York. Eu quero ir para Nova York. Excremento preto de baixo poder aquisitivo, na minha boc... Está chovendo dinheiro em Nov... (Idem. p.18,19)

Sugestiva é essa imagem da invasão aquática, pois permite que mantenhamos a consonância com a formulação de Bauman. Em Cortázar, quisemos enxergar aspectos do incômodo classista na *modernidade sólida*. Nada mais coerente do que um afogamento em água e esgoto como mecanismo simbólico para a catarse da subjetividade elitista no marco da *modernidade líquida*.

Parece possível, portanto, defendermos a tese de que os personagens de “Casa tomada” sintetizam o desejo de conservação que busca realizar-se através da abolição do tempo. Já o personagem de “Importado vermelho de Noé” sintetiza a lógica da mobilidade global dos fluxos, que deseja, em última instância, abolir o espaço. A falência de ambas empreitadas seria a confirmação categórica do caráter inexorável da modernidade enquanto potência transformadora, demolidora, que tudo dá e tudo tira.

## 5

### Uma narrativa da cidade

#### 5.1

##### Dois capítulos de uma mesma trama

Como vimos até aqui, a leitura inicial dos relatos se baseou na tentativa de identificá-los como hipóteses culturais de dois momentos particulares da experiência latino-americana. Essa caracterização nos permitiu estabelecer um marco comparativo através do qual contextualizamos esses momentos, ao mesmo tempo em que elencamos alguns de seus traços distintivos, chegando, assim, a uma espécie de quadro bipartido entre dois paradigmas, que associamos ao da modernidade sólida e ao da modernidade líquida. Evidentemente, não pretendemos reduzir ou limitar o espectro da análise por uma filiação categórica a essas nomenclaturas; ou seja, não primamos por uma fidelidade específica à formulação de Bauman, apenas encontramos nela uma divisão sugestiva e esteticamente compatível com o universo dos signos trabalhados nos relatos, e isso nos estimulou a sistematizar a discussão e rastrear as marcas da mudança cultural.

Partindo dessa base, nos mantivemos abertos ao diálogo com outras formas de abordagem dessa mudança, como, por exemplo, o conceito de pós-modernismo, na acepção de Jameson. Sua perspectiva de conceber a emergência de uma nova lógica cultural, ou uma nova estética, é bastante útil para nossa reflexão, pois reforça a ideia de um ponto de inflexão marcado pela constituição de uma nova sensibilidade, cujos principais aspectos, por nós destacados, seriam o esmaecimento do sentido histórico e a “dissolução da esfera autônoma da cultura”, que, segundo o autor,

Deve ser antes pensada em termos de uma explosão: uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social - do valor econômico e do poder do estado às práticas e à própria estrutura da psique -

pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi, até agora, teorizado (Jameson, 1996, p.74).

Essa formulação é fundamental para caracterizarmos a crise de legitimação da arte enquanto esfera autônoma, baseada na separação entre as noções de “alta” e “baixa” cultura, ou arte erudita e cultura de massas.<sup>38</sup> A superação dessa cisão seria uma das marcas da experiência pós-moderna e, para nossa análise, um dado importante da transformação do estatuto da distinção social. Em “Casa tomada”, a demarcação da fronteira entre as classes estaria atravessada por essa noção de prestígio, elevação e refinamento, valores contidos em uma concepção de cultura como patrimônio, seja pelo contato direto com o universo e as referências do “mundo da arte”, seja pelos ideais mais amplos de uma cultura letrada como síntese do projeto civilizador. Como vimos no capítulo anterior, “O importado vermelho de Noé” já não trabalha o sentido de distinção nesses termos; nele, a ênfase da diferenciação se dá através da referência direta e abundante ao “poder de compra” e ao “poder aquisitivo”. O texto é permeado pela ideologia do consumo, na qual fica explícita, também, a presença da indústria cultural que preenche os delírios de poder do personagem, através de sonhos de contato com o mundo *pop* das celebridades internacionais – Kim Basinger, Júlia Roberts, Cindy Crawford, Nicole Kidman, Naomi Campbell, Michael Douglas.<sup>39</sup>

\* \* \*

Pois bem, nosso primeiro esforço foi, portanto, o de elencar diferenças e inclinou-se mais para a ordem de uma caracterização sincrônica de cada um dos momentos. No entanto, desde o início, acenamos para a ideia de propor uma articulação que permitisse concebermos uma perspectiva de continuidade, tendo como fio condutor a lógica do capital. Por isso, ressaltamos as interfaces da divisão proposta por Bauman com as feições do modo de produção – fordismo e acumulação flexível<sup>40</sup> – e reforçamos essa linha através da aproximação com

<sup>38</sup> Princípio cultural que Andreas Huyssen definiu como “A Grande Divisão” (Huyssen, 2006).

<sup>39</sup> Desenvolveremos essa ideia de uma reconfiguração do sentido da distinção social no próximo tópico, ao abordarmos a dicotomia *civilização e barbárie*.

<sup>40</sup> Ver tópico 3.5, páginas 45 e 46.

Jameson, que também associa a emergência dessa nova sensibilidade às transformações no funcionamento do sistema e às novas formas de reprodução do chamado *capitalismo tardio*.

O que desejamos, nesse capítulo, é justamente aprofundar essa proposta de combinação entre um recorte sincrônico e uma perspectiva diacrônica que entenda os nexos entre esses contextos no marco de um processo comum. Uma maneira encontrada para estimular esse gesto de interpretação foi desenvolver um artifício que emulasse essa iniciativa no plano da forma; algo que fortalecesse a ideia do diálogo entre o caráter pontual dos relatos isolados e seu potencial de, juntos, serem pensados enquanto uma unidade de sentido. Chegamos, então, à ideia de concebê-los como capítulos de uma mesma narrativa, uma narrativa da cidade. Isso permitiria retomarmos a noção de totalidade, criando uma composição capaz de reunir dialeticamente todos os elementos em jogo: a cidade, a questão classista e a esfera da representação. Seria, também, uma maneira de tentar juntar os fios da experiência histórica, buscando, através de um gesto ficcional, uma aproximação com a ideia de uma estética do mapeamento cognitivo.

Para possibilitar essa proposta, necessitamos de uma entrada na discussão sobre a forma do conto. Aproveitaremos uma reflexão do próprio Cortázar, que no ensaio “Do conto breve e seus arredores”, faz uma analogia entre os pares conto/romance e fotografia/cinema, defendendo a ideia de que o romance e o cinema seriam “ordens abertas”, enquanto o conto e a fotografia seriam “ordens fechadas”, por operarem dentro de uma limitação prévia, inerente aos aspectos “físicos” de suas extensões. A especificidade desse último par residiria no potencial de exploração produtiva desses limites:

[...] o fotógrafo ou o contista sentem necessidade de escolher e limitar uma imagem ou um acontecimento que sejam significativos, que não só valham por si mesmos, mas também sejam capazes de atuar no espectador ou no leitor como uma espécie de abertura, de fermento que projete a inteligência e a sensibilidade em direção a algo que vai muito além do argumento visual ou literário contido na foto ou no conto. (Cortázar, 1974, p. 151-152)

Seguimos a definição de Cortázar e identificamos como “acontecimentos significativos”, no caso dos nossos relatos, os encontros indesejados entre elites e massas, que, como buscaremos justificar na sequência, configuram possíveis leituras de *crises da hegemonia*. Enxergamos como uma das possibilidades de desdobramento – a noção de “projeção” de que fala Cortázar – o próprio gesto de estabelecer uma ponte entre essas crises, propiciando um olhar estendido, apto a entendê-las como etapas de uma narrativa maior, de uma “grande narrativa” (para contemplar, desde um outro ponto de vista, a sugestiva nomenclatura). Surge, então, a ideia de evocar a forma do romance:

[...] no romance, a captação dessa realidade mais ampla e multiforme é alcançada mediante o desenvolvimento de elementos parciais, acumulativos (*Ibid*).

Os conflitos que sintetizam o incômodo classista nos relatos passam, no âmbito desse “romance proposto”, a representar elementos parciais que recobram outro sentido dentro de uma lógica de acumulação. Por exemplo, se encaramos “Casa tomada” como uma leitura da derrocada de certa elite e seus valores, e “O importado vermelho de Noé” como uma possível sequência, na qual já vemos posta uma nova elite e novos princípios de cisão e distinção social, a concepção totalizante dos dois relatos nos oferece um quadro da reconfiguração das divisões classistas e do exercício da hegemonia nos marcos da mudança cultural.

Os “personagens” dessa narrativa não seriam, portanto, os indivíduos específicos de cada relato, mas sim o próprio *poder de classe* e suas *estratégias de legitimação*. Através dessa ideia de continuidade poderíamos retomar a noção, desenvolvida no primeiro capítulo, de uma dialética da construção/destruição, que diz respeito ao princípio de constante reinvenção, através do qual o capitalismo tenta garantir sua conservação. Identificamos uma analogia entre essa dinâmica do capitalismo, marcada pelas tentativas sucessivas de superação de suas contradições inerentes, e a relação de incômodo das elites em relação às massas, que também se baseia no princípio de reprimir algo que, no entanto, sempre retorna.



Essa comparação coincide com alguns aspectos da teoria do romance de Lukács. O autor define o “herói problemático” como representante de uma subjetividade singular em constante tentativa de reconciliação com o mundo e consigo mesmo; um personagem cuja trajetória é marcada pelo “alheamento em face do mundo exterior” (Lukács 2009, p. 66). De Lukács tomamos, também, a definição clássica do romance como forma mais expressiva da modernidade, posto que carrega como traços fundamentais a noção da incompletude e a experiência do desajuste entre o sujeito e a realidade contingente. Trata-se de uma forma na qual podemos basear nossa tarefa de buscar um sentido de totalidade no marco da mudança e da condição de um mundo onde tudo que é sólido desmancha no ar.

É importante frisar que a noção de busca da totalidade é algo que nos interessa como gesto de interpretação. Nesse sentido, nos afastamos de Lukács, que atribui essa busca ao plano dos personagens do romance. No nosso caso, tudo que os narradores de cada conto buscam é, justamente, negar o sentido da totalidade, que seria representado pela presença do Outro. O esforço imperante é o de apagar essa diferença, silenciando a sua voz e evitando ao máximo qualquer aproximação ou contato. A auto-conservação do poder de classe estaria, então, diretamente ligada à negação de sua alteridade. Por isso, a consciência da crise se estabelece progressivamente, na medida em que essa presença vai se mostrando incontornável, como é possível verificarmos na gradação desses trechos de “O importado vermelho de Noé”:

Estou indo para Nova York numa velocidade incrível, deixando para trás os pedestres e os carros nacionais [...] rumo a um futuro espetacular. (p.10)

Estou a um passo do futuro magnífico. [...] Basta esperar que os insuportáveis carros nacionais abram passagem para o meu veloz carro vermelho, importado da Alemanha. (p.11)

Saiam da frente do meu carro vermelho, importado da Alemanha, seus demoníacos carros nacionais dos pretos. (p.15)

Deus! Deus! Estou imóvel enquanto chove dinheiro em Nova York. A água do rio Tietê e os excrementos pretos dos pretos e o subproduto da pouco competitiva indústria nacional estão se aproximando do meu carro vermelho, importado da Alemanha. (p.15)

Há uma ideia única e fixa que se mantém idêntica do início ao fim: o privilégio da movimentação é tido como um direito natural de classe, inquestionável. O texto de Cortázar também alude a essa recusa ao questionamento, promovida pela exacerbação do “pensamento ensimesmado”. Em última instância, essa recusa pode ser lida como uma negação do próprio pensamento. Após perceberem uma movimentação inesperada em alguns cômodos da casa, os personagens rapidamente se trancam e redefinem uma fronteira que impede a possibilidade de contato:

Atirei-me contra a porta antes que fosse tarde demais, fechei-a rápido, apoiando o corpo; felizmente, a chave estava posta do nosso lado e, além disso, passei o trinco para dar mais segurança. (p11)

Superados alguns pequenos incômodos, a vida é retomada, como se nada houvesse acontecido. Mesmo com parte da casa tomada, há um esforço de esquecimento que permite a naturalização do estado das coisas: “Estávamos bem, e pouco a pouco começávamos a não pensar. É possível viver sem pensar” (p.13).

A partir dessa constatação, levanta-se a hipótese de que, no âmbito isolado dos contos, não há nenhuma forma de “aprendizado”, apenas manutenção de valores e práticas. Já na concepção dos dois relatos como partes de uma narrativa, seria possível identificar algumas transformações que marcam a trajetória do já destacado “herói problemático”, o poder de classe. Evidentemente, a ideia de conservação perpassa toda essa trama ampliada, mas trata-se de uma ideia baseada na necessidade de se reinventar e de redefinir as feições da distinção social.

Esse movimento amplo, que desejamos interpretar como o itinerário de “atualização” da hegemonia, se desenha como uma passagem. Seus sentidos podem ser desenvolvidos através da relação entre alguns pontos de partida e de chegada. Poderíamos, por exemplo, entendê-la como a troca de poder das mãos do “dinheiro velho” para as do “dinheiro novo”, uma simplificação que dá conta do esmaecimento de certo teor “tradicional” das elites, que caracterizamos no início do tópico. Esse processo dialoga, também, com a ideia de um deslocamento dos eixos geográficos que, de alguma forma, servem como metáforas da primazia do poder

simbólico. Refiro-me à mudança das referências das elites de cada relato, que representa o percurso de transferência do protagonismo político, cultural e econômico do velho continente europeu, para os Estados Unidos, terra das oportunidades. Veiculam-se ainda alguns pares correlatos, como a substituição do discurso da arte pelo discurso da propaganda, a desvalorização dos bens culturais e históricos diante da valorização da mercadoria, a mudança da lógica de prestígio e dominação, do regime da “letra” – retomando a formulação de Ángel Rama – para o regime da “imagem”, da visualidade e do midiático.

De qualquer forma, é importante lembrar que nossa narrativa – esse possível romance – não se resolve. Termina também apontando para a crise dessa nova lógica instituída, reafirmando, assim, seu caráter aberto e inconcluso.

Na sequência, seguiremos na tarefa de conduzir essa reflexão em duas vias. Através de três aspectos sugeridos pela leitura dos relatos, buscaremos aprofundar a ideia dos traços distintivos e, ao mesmo tempo, fortalecer a concepção de uma linha de continuidade.

## **5.2**

### **As cápsulas**

Uma das formas de abordar a transformação das práticas da distinção social seria efetuarmos uma leitura comparada das “unidades de refúgio” que definem a natureza da segregação espacial em cada relato. Elas se delineiam de maneira bem clara através da oposição casa/carro. A ideia seria, portanto, tomar cada uma dessas “cápsulas” como indicadores dos contextos culturais e dos processos urbanos vigentes em cada um dos momentos.

Começamos destacando a analogia entre as oposições casa/carro e metáfora/metonímia. Em seu livro *Moderno pós-moderno - Modos & versões*, José Teixeira Coelho propõe uma divisão que caracteriza a metáfora como princípio de

construção típico da arte modernista e a metonímia como própria à elaboração pós-moderna:

[...] A operação metafórica é um processo de substituição de um significado por outro e, portanto, um processo de *criação* de significados [...]. A operação metonímica é, antes, procedimento de *combinação* de significados já criados antes e fora dela. É um procedimento de reprodução, de codificação e não de instauração de significados. (Coelho, 2005, p.70)

Achamos que essa formulação, de fato, dialoga com a construção dos relatos. Entender a casa como metáfora, no texto de Cortázar, é mais uma forma de ressaltar o aspecto figurado do conto, que remete a uma ideia de profundidade e convida a um gesto interpretativo na linha do que viemos tentando desenvolver. Essa perspectiva fortalece a inscrição de “Casa tomada” na lógica de uma sensibilidade artística típica da modernidade sólida e potencializa a ideia de tomarmos o conto como um testemunho estético desse momento.

Os modos de representação da modernidade líquida, por sua vez, seriam mais resistentes a essa ideia de apreensão do todo através de uma alegoria totalizante. Por isso, o panorama social é abordado, em “o importado vermelho de Noé”, a partir da representação metonímica. O carro é a parte que remete ao todo e simboliza a experiência dos trajetos individualizados que marcam a vivência da cidade fragmentada.

Esses elementos são, portanto, os grandes tópicos dos relatos, unidades que condensam a natureza dos conflitos e em torno das quais se organiza e se desenvolve a trama. Tanto é assim que a oposição (ou continuidade) entre *casa* e *carro* se manifesta já no cotejo dos próprios títulos. Mergulhemos, então, na especificidade de cada uma das figuras. Antes da mais nada, vale ressaltar que não se trata de uma casa qualquer, tampouco de um carro qualquer:

Gostávamos da casa porque além de espaçosa e antiga [...] guardava as lembranças de nossos bisavós, o avô paterno, nossos pais e toda a infância. [...] Era gratificante almoçar pensando na casa profunda e silenciosa e em como, sozinhos, éramos capazes de mantê-la limpa. (Cortázar, 1987, p.7)

O meu carro vermelho, importado da Alemanha é veloz. Eu tenho poder de compra e por isso comprei o meu carro vermelho, importado da Alemanha. (Sant'Anna, 2007, p.9)

São objetos marcadores de distinção, cuja adjetivação revela valorizações de natureza antagônica. A casa se distingue por “espaçosa, antiga, profunda e silenciosa”, traços que evocam uma memória que se confunde com a consciência do pertencimento à linhagem familiar, da mesma forma como as noções de *ordem* e *limpeza* funcionam como símbolos do arranjo harmônico que garante a perpetuação de uma tradição *sólida*. O conto de Cortázar pode ser lido como parte de um conjunto de obras nas quais, segundo Pimentel,

[...] a casa não só constitui o cenário como também potencializa significados simbólicos, assegurando a possibilidade de uma leitura que combina a celebração de elementos da tradição *hispano-criolla* com a crítica aos aspectos vinculados à modernidade, à imigração e às classes populares. O que temos neste vasto *corpus* [...] é a dramatização, no texto literário e em um fragmento concreto do corpo da cidade, das lutas sociais, políticas e culturais de um longo período da história. Neste espaço cênico da casa-cidade são representadas algumas das principais questões para a evolução do campo literário em sua estreita relação com o processo histórico. (Pimentel, 2002)

Ponto crucial das interações entre a esfera pública e a privada, a casa adquire um potencial simbólico privilegiado para as representações do conflito espacial decorrente da explosão urbana iniciada na primeira metade do século XX. Retomando a ideia da metáfora, pode-se sugerir um movimento análogo que inscreve *casa*, *cidade* e *nação* em um mesmo plano, unidades cujo sentido de totalidade sem fissuras, alguma vez pretendido pelo projeto hegemônico da aristocracia letrada, começa a ser problematizado de forma contundente pela presença e as interpelações cada vez mais incisivas dos novos grupos sociais. “Casa tomada”, relato nostálgico de uma perda, dá forma a esse estranhamento gerado pela interrupção de um projeto de poder e privilégio específico. A cidade, de “casa ampla e silenciosa da família”, se torna cada vez mais um espaço turbulento de encontros com a diferença, encarnada na mistura entre a nova burguesia comercial, os imigrantes e, principalmente, as classes populares argentinas, que,

como vimos, ganham espaço, relevância e representação, após a ascensão do peronismo.

Esses últimos seriam, portanto, os principais invasores; primeiro, por constituírem a massa de migrantes internos, que rumam do campo à cidade, atraídos pelas ofertas de trabalho e estabilidade, oferecidas pelo capitalismo industrial em expansão. Isso, por si só, já representaria um grande impacto para os tradicionais “proprietários”. Mas o que intensifica ainda mais o sentido da perda de espaço e fortalece o sentimento do incômodo classista é o fato dessas massas conformarem a base de sustentação de um novo projeto de poder, que engendra novos valores e passa a contemplar e legitimar práticas sociais distintas, e até opostas, às da oligarquia tradicional. A invasão é uma afronta a esse espaço – até então regido pela continuidade de uma memória – pois opera uma ruptura que confina o poder político, econômico e simbólico dessa elite, de fato, no passado. Assim, justifica-se a perspectiva nostálgica da narração. O ato de narrar seria uma forma de remissão ao momento prévio à invasão, uma forma de voltar a habitar a casa e reviver a prosperidade oligárquica; um regresso à época em que os irmãos viviam sós e tranquilos nesse espaço, onde “poderiam viver oito pessoas sem incômodo” (p.7). Por isso, a narração é pontuada por pausas, digressões e conjecturas que, de alguma forma, buscam retardar o inevitável, postergar o acontecimento iminente. Da mesma forma, observamos, paralelamente, o contínuo tecer de Irene, que remete à imagem de Penélope, em sua prática de tecer e desmanchar, como forma de confrontar o tempo, de aboli-lo. (Aguilar, 2009):

Não sei por que tecia tanto. [...] Às vezes tecia um colete e logo depois o desfazia, porque algo não lhe agradava: era engraçado observar o monte de lã encrespada no cesto, resistindo a perder sua forma de algumas horas. (Cortázar, 1987, p.8)

A leitura da casa como metáfora da cidade de Buenos Aires e, por extensão, da própria hegemonia nacional, também nos sugere a analogia entre a dinâmica da invasão e o processo efetivo de aproximação das massas, vivenciado como uma “intrusão urbana” por parte das elites. O espaço representado reproduz uma possível geografia simbólica da cidade letrada e a tomada progressiva remete à

evolução dos processos migratórios que marcam a massificação da cidade. Desde o princípio, há uma demarcação de fronteira entre duas partes da casa:

Como não me lembrar da distribuição da casa. A sala de jantar, a sala dos gobelins, a biblioteca e três dormitórios grandes ficavam na parte mais retirada. [...] Somente um corredor com sua maciça porta de carvalho isolava essa parte da ala dianteira, onde havia um banheiro, a cozinha, nossos quartos e a sala de estar central. [...] Irene e eu vivíamos sempre nessa parte da casa, quase nunca íamos além da porta de carvalho [...] (p.10)

A parte mais afastada é a primeira a ser tomada, por isso, entendemos como estratégica a colocação, tanto da biblioteca, quando da sala dos gobelins (tapeçaria francesa), nesse espaço. A presença da massa é, antes de tudo, uma ameaça aos ideias culturais vigentes. Uma passagem que já destacamos define a solução encontrada, trancar a porta de carvalho e selar, de vez, a separação entre "o outro lado da casa" e a "ala dianteira". Encaramos essa imagem como uma referência ao processo de periferização da cidade<sup>41</sup>, que, do ponto de vista das classes dominantes, representa um estágio da gradual perda de espaço:: "Tive que fechar a porta do corredor. Tomaram a parte do fundo." (p.11)

O resultado disso é um confinamento que contempla a ideia de decadência dessa elite na própria representação espacial, já que, de "espaçosa e antiga", a casa reduzida se torna "um apartamento como esses que se constroem agora, onde quase não é possível mover-se." (p.10)

Essa derrocada, que tem como contrapartida a ascensão e inclusão social de um enorme contingente populacional historicamente marginalizado, representa um notável impulso de democratização e expansão da cidadania. No entanto, não é esse o nosso objeto. Seguimos no rastro dos processos através dos quais o poder de classe irá se reconfigurar e buscar perpetuar-se, a partir de novos modelos de segregação espacial.

Em contraposição à casa como lugar identitário e histórico, metáfora do poder enraizado e centralizador, André Sant'Anna narra uma cidade fragmentada, vista pela perspectiva de uma elite que não possui qualquer enraizamento. O único

---

<sup>41</sup> Voltaremos a essa questão no próximo tópico, quando abordarmos a questão da mobilidade.

compromisso do protagonista do conto é com a ideia de *movimento*, como se o personagem condensasse em suas aspirações os ritmos do fluxo do capital financeiro global. Relembremos, mais uma vez, a passagem inicial do texto.

Está chovendo dinheiro em Nova York. Deu no rádio. Deu na CBN. E, com meu carro vermelho, importado da Alemanha, logo estarei no aeroporto e voarei para Nova York pela American Airlines.. O meu carro vermelho, importado da Alemanha é veloz. Eu tenho poder de compra e por isso comprei o meu carro vermelho, importado da Alemanha. (Sant'Anna, 2007, p.9)

Por isso, o espaço é tematizado a partir da experiência dos *não-lugares* – *via-expressa, aeroporto* – que representam uma possibilidade de trânsito anônimo e impessoal. É sugestiva a retomada da ideia de Marc Augé, pois o que define o *não-lugar* é, justamente, sua posição conceitual diametralmente oposta à noção do lar, da residência, do espaço personalizado e afetivo. O objeto de distinção capaz de sintetizar esses traços é o carro, instrumento que possibilita a circulação indiferente, não-relacional e, por extensão, anti-urbana. Nesse sentido, o automóvel recobra o seu valor metonímico, enquanto microcosmos de uma cidade fragmentada. A cápsula de isolamento, antes fixa, agora é uma bolha móvel e sintetiza o fenômeno da privatização do espaço público. Os valores agregados pelos atributos “importado” e “veloz” complementam a ideia, ao evocarem a negação do enraizamento local em detrimento da lógica transnacional e fluida do mercado.

Diametralmente oposta é, também, a forma de aquisição de cada um dos bens. Enquanto a casa adquire valor enquanto patrimônio herdado, o carro é, essencialmente, um objeto de consumo, cujo valor diferencial reside, justamente, na conotação do poder de compra: “Enxergo claramente a diferença entre o meu carro vermelho, importado da Alemanha, e os carros nacionais” (p.10). A superioridade de classe é pontuada pela diferença de poder aquisitivo que se cristaliza no objeto. Nesse sentido, a simbologia da casa, enquanto referente sustentado pela ideia de origem, é suplantada pelo valor estritamente monetário do automóvel, configurando, assim, a migração do sentido de prestígio do “ser” para o “ter”.<sup>42</sup> Essa transmutação

<sup>42</sup> Cabe ressaltar que entendemos essa ideia como a síntese dos discursos legitimadores do poder em cada um desses momentos culturais. Parte do sentido de continuidade que queremos investigar consiste na relativização da ideia de total ruptura entre os modelos de dominação. Acreditamos que, por trás do mito do *self-made-man*, subjaz a *inegável* permanência dos “laços de família” e das



do status social, que passa a ser mediado pela lógica do consumo, traz à cena a noção do fetichismo da mercadoria. O processo de “coisificação” dos sujeitos se manifesta no relato, na medida em que o automóvel é a instância mediadora entre a identidade e a alteridade, o ponto de referência em função do qual a realidade é caracterizada. Por isso, o Outro é representado ou pelos “carros nacionais” ou como “pedestres”, termo de sentido relativo, que aponta para a centralidade da perspectiva motorizada.

É interessante notarmos que a indústria automobilística é um elo significativo entre os dois relatos. Em “Casa tomada”, vimos que o conflito se erige no seio da modernidade sólida, que tem como modelo produtivo o fordismo. A estrutura da linha de montagem, imagem clássica que acompanha o imaginário da fábrica e, portanto, do operariado, está indissociavelmente ligada à produção do automóvel. De fato, surge em função dele, através da iniciativa de racionalização da produção atribuída a Henry Ford. Podemos dizer que a ascensão da indústria automobilística foi o lócus central da nova face da acumulação de capital que, então, se desenhava:

[...] ela era tida como a menina dos olhos do "milagre econômico" depois da Segunda Guerra Mundial, como pilar do emprego e do mercado de trabalho ou mesmo como matriz de um novo modo de vida: a indústria automobilística sempre foi muito mais que uma simples indústria entre outras. Ela representou, pura e simplesmente, o paradigma da cultura capitalista da combustão. Pois, ao contrário das usuais mercadorias do consumo de massas moderno, a mercadoria "automóvel" imprimiu seu cunho a toda a evolução social e alterou a face das cidades tão radicalmente como o meio ambiente (Kurz, 2001)

Sobre esse olhar, poderíamos afirmar, simbolicamente, que “o carro matou a casa”, pelo menos a nossa já citada casa “antiga e espaçosa”. Ao mesmo tempo, é possível dizer também que o carro substituiu a casa como refúgio, na configuração emergente da cidade descentralizada. De qualquer forma, a modernidade líquida trouxe algumas mudanças a esse paradigma. O carro do narrador de “O importado vermelho de Noé” não é o mesmo bem durável do regime fordista, mas sim um produto típico da acumulação flexível, cujo valor é agregado de acordo com os parâmetros da obsolescência programada. O ritmo alucinante do mercado no

---

relações de indicação e privilégio. Os resíduos da oligarquia seguem como uma inquestionável força operante.

capitalismo avançado se baseia na instantaneidade, em uma valorização do novo que imprime a lógica da efemeridade e leva às últimas consequências o “desmanchar dos sólidos”:

Numa notável reversão da tradição milenar, são os grandes e poderosos que evitam o durável e desejam o transitório, enquanto os da base da pirâmide [...] lutam desesperadamente para fazer suas frágeis, mesquinhas e transitórias posses durarem mais tempo. Os dois se encontram nos lados opostos dos balcões de mega-liquidações ou de vendas de carros usados. (Bauman 2001,21)

No próximo tópico, seguiremos o rastro dessa ideia de reversão da tradição, abordando um outro aspecto que dá continuidade à discussão sobre esse amplo quadro de mudanças e continuidades.

### 5.3 (In)versões da mobilidade

Pretendemos, aqui, elaborar uma derivação do movimento esboçado no tópico anterior – a passagem do “domínio da casa” ao “domínio do carro” – desdobrando o significado das cápsulas em uma reflexão sobre a transformação dos valores ligados à ideia de *mobilidade*. Associaremos a noção de *fixidez* ao universo cultural da modernidade sólida e a de *movimento* à modernidade líquida. A ideia parte da sugestão de Bauman, sintetizada na seguinte formulação:

O nomadismo [...] era visto e tratado como característica das sociedades bárbaras e subdesenvolvidas. Os nômades eram definidos como primitivos, [...] traçava-se um paralelo entre “primitivo” e “natural” (isto é, inculto, cru, pré-cultural e incivilizado). [...] O progresso era identificado com o abandono do nomadismo em favor de um modo de vida sedentário. Tudo isso aconteceu no tempo da modernidade pesada, quando a dominação implicava envolvimento direto e estreito e significava conquista, anexação e colonização territorial. [...] O jogo da dominação na era da modernidade líquida não é mais jogado entre o “maior” e o “menor”, mas entre o mais rápido e o mais lento. Dominam os que são capazes de acelerar além da velocidade de seus opositores. Quando a velocidade significa dominação, a “apropriação, utilização e povoamento do território” se torna uma desvantagem – um risco e não um recurso. (Bauman. 2001, p.215)

Retomando a concepção dos relatos como capítulos de uma trama única, percebemos que um dos movimentos mais explícitos da reconfiguração do poder de classe, no desenrolar da narrativa ampliada, é justamente essa inversão observada entre o *sedentarismo* e o *nomadismo* como princípios indicativos de prestígio. Em contrapartida, a ameaça representada pelo Outro também acompanha essa ressignificação.

Em “Casa tomada”, os valores civilizados se condensam no ideal do enraizamento e da fixidez, e a problemática da alteridade reproduz o sentimento que, para Bauman, sintetiza o “demônio” da modernidade sólida: *O medo do público invadir a esfera do privado*. Como vimos, no caso do regime oligárquico, a perspectiva do “privado” se confunde com a memória da origem, das “lembranças dos bisavós, do avô paterno, dos pais e de toda a infância” configurando uma idéia de linhagem que naturaliza o direito ao status hegemônico. Se a casa é uma metáfora da nação, o âmbito privado coincide com o próprio projeto de poder, com o princípio da governança. A invasão do “público”, por sua vez, poderia representar as pressões e os reclames dos grupos não contemplados nesse projeto e que, por isso, desejam modificá-lo. Do ponto de vista das elites, há, então, um esforço para enquadrar esse novo ator social na definição clássica do “bárbaro”, como aquele que está fora e cuja periculosidade reside em seu desejo de “entrar”. Cabe ressaltar, que no processo histórico argentino, essa “entrada” adquire um sentido mais próprio de “retorno”, pois, como nos lembra Feinmann,

A oligarquia [...] não precisava descobrir o novo sujeito político, já o conhecia, pois o havia explorado em suas fazendas. Agora eles apareciam na cidade. Foi – como mais tarde se disse – um aluvião. (Feinmann, 2008, p.4)

Se no tópico anterior mencionamos a relação entre o “ser”/“ter”, a questão que se coloca agora é a fronteira demarcada entre o “ser” e o “estar”. Uma das formas de denegrir esse “aluvião” que chega à cidade é explorar a noção de pertencimento. Trata-se de uma multidão que não “é” dali, simplesmente “está” ali. Confirma-se a oposição sedentarismo/nomadismo encarnada no choque entre os tradicionais proprietários do espaço e os recém-chegados “arrivistas”:

Os moradores mais antigos odeiam os arrivistas por despertarem as lembranças de premonições que se esforçam, com empenho, para fazer dormir. (Bauman, 1997, p.93)

Essa espécie de pesadelo está bem posta no conto de Cortázar, onde a representação das massas invasoras se desenvolve na chave do insólito, do reprimido, da presença fantasmal. O potencial de mobilidade das massas, que tem como mais intensa síntese a grande onda migratória do interior rumo à capital, promove o abalo do regime da fixidez, simbolizado pelo abandono da casa:

Envolvei com meu braço a cintura de Irene (tive a impressão de que ela chorava) e saímos, assim, para rua. Antes de nos afastarmos tive pena, fechei bem a porta de entrada e joguei a chave em um bueiro (p.15).

André Bueno nos lembra que esse movimento de “deixar a casa” se manifesta na trajetória de vida do próprio Cortázar, que, no ano de 1951, incomodado com os desígnios culturais e políticos do país sob o governo de Perón, muda-se para Paris:

Como Cortázar lembrará várias vezes, com humor e ironia, o jovem escritor, todo voltado para problemas estéticos, ficava incomodado com o alarido das massas ocupando o espaço público em Buenos Aires. Isso porque os bumbos das massas peronistas incomodavam a audição dos quartetos de Bártok e a devida apreciação de Schoenberg (Bueno, 2002, p.23)

No entanto, a ruptura com a fixidez não se resume à ideia do movimento enquanto abandono. É um fenômeno que se manifesta, principalmente, através da transformação da dinâmica de produção do espaço. Se, como sugerimos, a história da distinção social pode ser lida através das práticas de segregação espacial, a cidade massificada força uma mistura entre elites e massas que, do ponto de vista da conservação classista, precisa ser evitada. Por isso, a reestruturação do poder de classe, analogamente à reestruturação do modo de produção, promove um efeito de descentralização e desagregação do tecido urbano. Essa mudança, um dos pontos de inflexão que marcam o advento da modernidade líquida, altera o estatuto da mobilidade, Segundo Bauman, nesse novo regime, "a velocidade de movimento

se torna um fator importante, talvez o principal, da estratificação social e da hierarquia da dominação (Bauman, 2001, p.173). O signo de prestígio reside na capacidade de circulação, desprendimento e leveza. A palavra de ordem é o fluxo, que emula o discurso do livre-mercado.

Por isso, a inserção no mundo global passa a relacionar-se diretamente à ideia de uma vivência cosmopolita, conectada em rede, na qual indivíduos, informações e capitais devem fluir com liberdade, instantaneidade e desprendimento da fixação territorial. No texto de André Sant'Anna é notável a convergência entre a esfera da comunicação, a esfera financeira e a esfera subjetiva. Os três discursos se fundem em um só movimento, condensado na sequência: “Deu no Rádio, Deu na CBN/ Está chovendo dinheiro em Nova York/.Estou indo para Nova York”. Os excluídos, agora, são aqueles cuja falta de meios os mantém limitados à perspectiva do local, incapazes de desbravar novas oportunidades e horizontes. São aqueles que, em última instância, não conseguem acompanhar a tendência do modo de produção:

O capitalismo, conclui Marx, em um notável insight, é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da “anulação do espaço pelo tempo” (Harvey, 2006, p.143)

Uma forma de abordar essa inversão dos valores do sedentarismo e do nomadismo seria resgataremos os conceitos de *orillas* e *margens* e, com isso, retomar o fio da discussão iniciada no último tópico. Pelo sentido comum ligado à ideia daquilo “que está ao redor”, os termos podem ser abordados como sinônimos. No entanto, nos interessa, aqui, entendê-los como indicativos de perspectivas antagônicas de relacionamento com o espaço urbano. Assim sendo, no contexto da discussão sobre o processo de modernização da cidade de Buenos Aires, as *orillas* funcionam como um operador simbólico através do qual é marcada a importância da noção do “centro” e, portanto, de vinculação afetiva com a perspectiva local. Geograficamente, o conceito se refere às áreas fronteiriças entre a cidade e o pampa, regiões semi-rurais que, para as elites argentinas, representavam uma possibilidade de contato idílico com a natureza, posto que ali se encontravam os grandes solares onde as famílias ricas passavam os finais de semana e as férias de

verão, as chamadas “quintas” (Pimentel, 2006). O processo de modernização da cidade, que, como vimos, é análogo à decadência política das elites tradicionais, promove, gradualmente, o desaparecimento das quintas, em função do crescimento dos subúrbios operários. A “orilla” passa a ser um espaço simbólico, onde a elite nostálgica projeta as imagens de uma “época dourada”. Borges será o grande artífice desse conceito:

As “orillas” são um espaço imaginário que se contrapõe como espelho infiel à cidade moderna, despojada de qualidades estéticas e metafísicas.[...] Nas “orillas”, a cidade está ainda por fazer-se. Borges escreve um mito para Buenos Aires. [...] Desde uma lembrança [...], opõe à cidade moderna, esta cidade estética sem centro, construída totalmente sobre a matriz de uma margem. (Sarlo, 1995, p.48-51)

Nossa ideia é que essa construção simbólica de uma identidade definida pela margem é desenvolvida como reação à periferização, sintoma do movimento de invasão. Nesse sentido, essa “cidade estética sem centro”, seria um recurso, uma forma de preservar a ideia de centro e a memória do enraizamento, afastando a lembrança daqueles que “chegam de fora”, prontos para construir novos sentidos para a cidade real. .

No caso do relato de André Sant’Anna, a ideia de *margem* não remete a construções simbólicas, mas sim à maneira concreta e objetiva de circular de acordo com os preceitos de uma individualidade pragmática. Trata-se da celebração à possibilidade de uma vivência “à margem” do território, livre de suas amarras e de qualquer tipo de vínculo sólido. No entanto, o que à primeira vista se apresenta como uma *narrativa da mobilidade* não se realiza, pois o carro tem seu movimento interrompido por um engarrafamento na marginal Tietê. O dilúvio que castiga São Paulo obriga nosso personagem a emparelhar-se com os “mediócras carros nacionais”. Diante da interrupção de seu inalienável direito de movimento, observa-se a gradual transfiguração do monólogo cuja verborragia obsessiva vai ganhando contornos cada vez mais agressivos:

Eu tenho poder de compra e não posso admitir que o afrontoso rio Tietê com o excremento dos pretos e mais esses abjetos carros nacionais impeçam a trajetória veloz e perfeita do meu carro vermelho, importado da Alemanha, rumo à Nova York, onde está chovendo dinheiro. (p.14)

[...] esse prefeito preto que permite a obstrução do meu carro vermelho, importado da Alemanha, pelos miseráveis carros nacionais, pela catastrófica chuva nacional normal, pelo rio Tietê, pretíssimo, cada vez mais cheio, invadindo a via onde o meu carro vermelho, importado da Alemanha, não consegue mais se mover. Deus! Deus! Estou imóvel enquanto chove dinheiro em Nova York. (p.15)

Junto com a consciência da imobilidade, vem a percepção da invasão. Ironicamente, a inviabilidade da circulação, gera um tipo de invasão também da ordem do fluxo, proveniente da mescla entre a chuva, a água do rio e o esgoto. Na ânsia de perpetuar a obsessão do movimento, a alternativa é recorrer, delirantemente, à evocação do mito de Noé:

Oh! Não! O rio Tietê está subindo, subindo, subindo [...] As bactérias nojentas do rio Tietê estão invadindo a via onde meu carro vermelho, importado da Alemanha, tenta trafegar. (p.13)

Quando toda esta via automotiva estiver submersa nos excrementos pretos e no subproduto da fétida indústria nacional, Deus retirará da água normal o meu carro vermelho, importado da Alemanha, fazendo com que a velocidade internacional do meu carro vermelho, importado da Alemanha, me leve ao aeroporto. (p.16)

Deus iniciará a retirada do meu carro vermelho, importado da Alemanha. Planarei sobre este rio preto administrado pessimamente pelo prefeito (p.17)

A figura da *invasão* dá conta, portanto, do mesmo sentimento de *mixofobia*, mas agora, não mais encarnado pela chegada do “elemento estranho de fora” e sim pelo obstáculo representado por aqueles que obstruem a saída, impedem o *livre fluxo* e com isso obrigam esse “Noé global” a aferrar-se novamente a uma vivência local da cidade como *problema comum*. Como se, por um momento, fosse suspendida a segurança do circuito de espaços privatizados pelos quais normalmente se dá sua circulação. A interrupção do fluxo o obriga a relacionar-se com a indesejada e incômoda diferença que é mantida excluída da vivência em *comunidades de semelhantes*, ou em *ilhas de identidade desterritorializadas* que o cosmopolitismo do capitalismo global lhe propicia. Como nos lembra Bauman. o “poderio da elite global reside em sua capacidade de escapar aos compromissos locais” (Bauman, 2001, p. 215). O conto expressa, portanto, o abalo desse poder, a partir do momento em que a liberdade de movimento, exercida pelo carro é

obstruída pela saturação do trânsito, pela presença de outros carros. Dessa forma, através da noção de mobilidade, chegamos à hipótese de que ambas as crises que pontuam os relatos relacionam-se à dificuldade das elites em lidar com aspectos da democratização da sociedade. Em “Casa tomada” o disparador do conflito seria a democratização do acesso à cidade e em “O importado vermelho de Noé” poderíamos identificar a democratização do consumo como um possível sintoma do incômodo classista.

No próximo tópico, tentaremos aprofundar essa ideia, cruzando-a com as caracterizações de valores, modos e práticas sociais produzidas pela dicotomia civilização e barbárie.

#### **5.4** **Civilização e barbárie revisitadas**

Em nosso esforço de reflexão sobre as práticas de distinção social não poderíamos deixar de abordar a dicotomia *civilização e barbárie*. Ao longo do trabalho, já cruzamos por diversas vezes com seus pressupostos, agora os exploraremos mais detidamente, resgatando sua vinculação com as disputas envolvidas na formação dos Estados Nacionais latino-americanos. A formulação dialoga profundamente com nosso tema, na medida em que associa um princípio discriminatório a uma concepção de progresso, funcionando, assim, como base ideológica de projetos políticos.

Recuamos, então, até 1845, na tentativa de identificar uma possível matriz dessa perspectiva, que tomaremos como ponto de partida para uma genealogia dos valores de distinção. Trata-se do ano de publicação de *Facundo: civilização e barbárie*, do argentino Domingo Faustino Sarmiento, obra que consolida a perspectiva dicotômica, dotando os termos opostos dos matizes ideológicos que



acompanharão o pensamento latino-americano ao longo de todo século XIX.<sup>43</sup>

Segundo Idelber Avelar,

[n]ão seria exagero dizer que este é o livro que inventa a Argentina moderna. [...] Sarmiento é membro da geração liberal que funda a literatura argentina no exílio durante o regime do caudilho Juan Manuel de Rosas (1829-52), período em que o país se divide entre unitários (liberais que favoreciam a unificação com capital em Buenos Aires) e federais (coalizão de caudilhos e líderes regionais que defendiam um regime federativo com autonomia para as províncias). [...] À primeira vista, trata-se de uma biografia de Facundo Quiroga (1788-1835), o temível caudilho federal de La Rioja e antecessor de Rosas. Mas o livro acabou sendo muito mais que uma biografia. Foi um manifesto modernizador, um tratado etnográfico, a fundação da narrativa argentina e a sua mais célebre coleção de mitos. Foi também a base ideológica para a presidência do próprio Sarmiento, que se iniciaria 23 anos depois, em 1868. (Avelar, 2011)

O texto seria, antes de tudo, uma tentativa de intervenção. Ao mesmo tempo em que constrói uma ferrenha crítica ao regime vigente, Sarmiento acena para um projeto alternativo. O que está em jogo é a disputa em torno da constituição do corpo político da nação e suas representações culturais. A maneira encontrada para dar forma a esse movimento duplo é o estabelecimento de uma fronteira clara e hierarquizante entre espaços, indivíduos, práticas e valores, classificados sob os signos da civilização e da barbárie. A superação das marcas do atraso, que representaria o triunfo do universo civilizado sobre o bárbaro seria a condição de possibilidade para a instauração de uma República moderna, harmoniosa, apta, por fim, ao progresso social e político.

Esse confronto é sintetizado como a “luta entre a civilização europeia e a barbárie indígena, entre a inteligência e a matéria.” (Sarmiento, 2006, p.71). Decorre dessa afirmação uma série de oposições correlatas à cisão entre intelecto e corpo, tais como sensibilidade e brutalidade, elegância e grosseria, cultura e natureza. Todas elas evocam uma noção de superioridade moral, ética e espiritual atrelada a uma concepção racista. O autor define a Argentina daqueles anos como o “teatro da guerra onde as raças indígenas e a raça saxã estão se enfrentando pela posse do terreno” (*Ibid*:72). Apoiado nas tendências do positivismo, Sarmiento pontua a influência do espaço sobre a caracterização dos tipos sociais, fortalecendo a ideia

<sup>43</sup> Evidentemente, trataremos de investigar, a partir dos relatos, a permanência e as ressignificações desse imaginário no quadro da mudança cultural que sistematizamos.

determinista da indissociabilidade entre o meio e os indivíduos. Assim, os valores antagônicos atribuídos a brancos e mestiços têm como formas análogas as representações espaciais da cidade e do campo/pampa:

A cidade é o centro da civilização argentina, espanhola, européia; ali estão as oficinas artísticas, as lojas de comércio, as escolas e colégios, os juizados, tudo o que caracteriza, enfim, os povos cultos. A elegância nos modos, as comodidades do luxo, as vestimentas européias, o fraque e a sobrecasaca, tem ali seu teatro e seu lugar conveniente. [...] O homem da cidade veste o traje europeu, vive da vida civilizada, tal como a conhecemos em todas as partes; ali estão as leis, as ideias de progresso, os meios de instrução, a organização municipal, o governo regular, etc. Saindo do recinto da cidade, tudo muda de aspecto: o homem do campo veste outro traje, que chamarei americano, por ser comum a todos os povoados; seus hábitos de vida são diferentes, suas necessidades peculiares e limitadas; parecem duas sociedades distintas, dois povos estranhos um ao outro. (Sarmiento, 2006, p. 63-64).

Poderíamos dizer que o próprio Sarmiento, por meio de seu discurso, se legitima enquanto representante dos valores citadinos. O dado notável é a estratégia textual elaborada para construir a imagem de seu principal opositor. De fato, como ressaltou Avelar, a narrativa aponta inicialmente para o resgate da figura de Facundo Quiroga:

Sombra terrível de Facundo, evoco-te para que, sacudindo o pó ensangüentado que cobre as tuas cinzas, te levantes a explicar-nos a vida secreta as convulsões internas que desgarram as entranhas de um nobre povo! (*Ibid*, p.45)

O caudilho seria o representante prototípico do *gaucho*, homem rude das planícies, “provinciano, bárbaro, valente, audaz” (p.45). Como todo o estereótipo da alteridade, esse também guarda, como contra-face da repulsa, certo valor de atração. Não deixam de ser destacadas características admiráveis ligadas à ideia de coragem, vigor, habilidade e força. No quadro geral do desprezo, há uma dimensão ambígua; Sarmiento, em alguma medida, reconhece a importância desses traços para a constituição da identidade e da nacionalidade argentina.

Essa representação cultural passa a significar uma grande ameaça a partir do momento em que deixa de se resumir a manifestações do nomadismo pulverizadas e diluídas ao longo da imensidão dos “desertos pampeanos”. Isso ocorre quando os

federalistas, encabeçados por Juan Manuel de Rosas assumem o governo da província de Buenos Aires, em 1829. Para Sarmiento e seus correligionários a “invasão da cidade” representa a institucionalização da barbárie, na medida em que o espírito de Facundo encontra

em Rosas, seu herdeiro, seu complemento. Sua alma passou a este outro molde, mais acabado, mais perfeito, e o que nela era apenas instinto, iniciação, tendência, converteu-se em Rosas em sistema, efeito e fim. A natureza campestre, colonial e bárbara se transformou em [...] política regular. [...] Facundo [...] foi substituído por Rosas, filho da culta Buenos Aires, sem sê-lo ele próprio. (p.45)

Apesar de portenho, Rosas significa a colonização do centro pelos “ideias bárbaros” da periferia. Eis então o grande opositor. Salta aos olhos a semelhança entre esse processo e aquele abordado no último tópico. Nesse sentido, seria produtivo refletirmos sobre, até que ponto, a dicotomia peronismo/antiperonismo pode ser encarada como uma reedição da querela entre federalistas e unitários.

É importante levarmos em conta que, após a caída de Rosas, em 1852 e, mais precisamente, a partir da unificação do estado argentino, sob a presidência de Bartolomé Mitre, o país passará a ser governado com base nos valores ilustrados, afinados com os preceitos da civilização preconizados por Sarmiento. Ele próprio sucederá a Mitre, e seu governo ficará marcado por uma cruzada cultural, baseada em investimentos maciços em educação, visando à promoção da elevação moral, o refinamento dos costumes, a disciplina e o progresso. O ideal homogeneizador e centralizador de Estado se consolida e revela outra face na presidência de Nicolás Avellaneda, a partir da “campanha do deserto”, nome dado à operação militar que anexou as terras indígenas do Chaco e da Patagônia, dizimando grande parte de sua população. Esse episódio, aliado às seguidas iniciativas de incentivo à imigração europeia configuram o quadro da perspectiva racialista do projeto de poder da República.

Esse pequeno apanhado nos permite sintetizar um conjunto de políticas, orientações culturais e ideológicas que serviram de base para a constituição do imaginário das elites nas primeiras décadas do século XX. Podemos afirmar que a oligarquia agro-exportadora, que identificamos ao universo de “Casa tomada”,

recebe como herança essa formação. Por isso, a reação ao fenômeno peronista, de certa forma, desperta antigos fantasmas, retomando aspectos da dicotomia sarmentina. Um deles é a caracterização do Outro enquanto violento, insensível à diferença e impiedoso:

O homem do campo, longe de aspirar a assemelhar-se ao da cidade, recusa com desdém seu luxo e seus modos cortesões, e a vestimenta do cidadão, o fraque, a capa, a sela ao cavalo, nenhum signo europeu pode apresentar-se impunemente no campo. Tudo o que há de civilizado na cidade está bloqueado ali, proscrito, e aquele que ousasse exibir-se em sobrecasaca, por exemplo, e montado em sela inglesa, atrairia sobre si chacotas e agressões brutais dos camponeses. (Sarmiento, 2006, p.64)

Essa formulação, que remete à ideia de cruzamentos de fronteiras simbólicas entre territórios inimigos, também está presente em “O matadouro”, de Esteban Echeverría, considerado o primeiro conto da literatura argentina, publicado postumamente em 1871. Nele, encena-se o encontro inesperado de um jovem unitário com a “mazorca”, espécie de grupo paramilitar federalista. O jovem é reconhecido por seus trajes, por não usar as insígnias ordenadas pelo “Restaurador” (Rosas) e tampouco o sinal de luto, devido à morte da esposa de Rosas, Encarnación Ezcurra, figura influente no cenário político de então. Sozinho em meio ao bando inimigo, o jovem é acossado, mas mantém a valentia, a nobreza de espírito, e jamais se curva:

- Porque não trazes a insígnia?
- Porque não quero.
- Não sabes que assim manda o Restaurador?
- O uniforme é para vós, escravos, não para os homens livres.
- Aos livres obrigamos a usar pela força. .
- Sim, a força e a violência bestial. São essas as vossas armas; infames. O lobo, o tigre, a pantera também são fortes como vós. Deveríeis andar como eles, em quatro patas. [...]
- E por que não estás de luto por nossa heroína?
- Porque só levo o luto no coração, pela Pátria, pela Pátria que haveis assassinado, infames!<sup>44</sup>

<sup>44</sup> Echeverría, E. *El matadero*. In:

<http://www.ciudadseva.com/textos/cuentos/esp/echeve/matadero.htm>.  
Página consultada em 1/3/2013. Tradução livre por minha conta

Após manter-se firme e inabalável, ele é, então, exposto a uma série de humilhações e torturas físicas, que revelam a vileza dos membros da mazorca. Como último gesto de valentia, o jovem morre de raiva, implodindo em sangue, antes que os covardes pudessem consumir o ato de violência sexual..

Uma comprovação do elo simbólico entre as dicotomias federalistas/unitários e peronistas/antiperonistas pode ser encontrada no relato “A festa do monstro”, escrito por Borges e Bioy Casares, sob o pseudônimo de Bustos Domecq. O conto é uma reescritura do “O matadouro”, adaptada para o contexto cultural da década de 1940. Nele, um grupo de militantes peronistas se encaminha para a praça de Mayo, onde Perón – o “Monstro” – discursará para a massa. Nesse trajeto, encontram um estudante, carregando seus livros e o descrevem: como “um miserável quatro-olhos, sem qualquer musculatura de desportista”(Borges & Casares, 1998:30)<sup>45</sup>. Diante da negativa do jovem em prestar continências ao retrato de Perón, a turba o leva para um terreno baldio e, reproduzindo a covardia e a vileza da mazorca de Echeverría, o assassinam brutalmente.

Identificado o elo, é possível encarmos “Casa tomada” como uma resposta cultural inscrita nesse mesmo imaginário. Evidentemente, Cortázar opta por uma representação alegórica que se afasta bastante da verve explícita e realista que marca os contos de Echeverría e Borges. No entanto, resgatando nossa leitura e contextualização do relato, podemos perceber que o pano de fundo é o mesmo. O Outro também se apresenta como portador da violência, do caos, como força corruptora dos ideais e valores civilizados. O conto também reproduz uma percepção bipartida da realidade, que retoma os princípios clássicos da dicotomia civilização e barbárie, a partir de uma série de oposições, tais como tranquilidade/medo, silêncio/ruído, erudição/ignorância, refinamento/frivolidade, limpeza/sujeira, ordenamento/desordem, etc.

Há um dado que, no entanto, diferencia o relato de Cortázar dos outros dois contos mencionados. Em Echeverría e Borges, as tramas culminam com a morte dos personagens-tipo que condensam os ideais civilizados, apontando, assim, para o triunfo da barbárie. Em “Casa tomada” isso não ocorre da mesma maneira. O casal de irmãos não é exterminado, simplesmente abandona a casa. Decerto, a

---

<sup>45</sup> Tradução livre do original em espanhol.

imagem da casa invadida como metáfora da nação também aponta para a ideia do triunfo da barbárie, não negamos tal interpretação. Apenas desejamos explorar uma outra possibilidade de sentido contida no movimento de “saída da casa”.

Retomando a perspectiva dos relatos enquanto capítulos de uma narrativa, poderíamos ler a cena final de “Casa tomada” como ponto de inflexão da trama estendida. O gesto de abandono do lar – espaço da memória e do enraizamento – que projeta os irmãos à rua, pode ser tomado como uma metáfora do poder de classe lançando-se aos desafios colocados pela nova conjuntura. Seria, portanto, o primeiro passo para a reestruturação da hegemonia que marca a passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida, processo sintetizado na conexão entre o conto de Cortázar e o de Sant’Anna.

Resta identificarmos como se comportam os pressupostos da dicotomia *civilização e barbárie* no marco dessa mudança de paradigmas. Em primeiro lugar, “O importado vermelho de Noé” representa uma elite que opera na mesma tradição do pensamento bipartido, conservando diversos traços da lógica sarmentina. É clara a valorização antagônica que classifica os elementos da realidade em duas séries, opondo, por exemplo, São Paulo à Nova York, o carro vermelho importado da Alemanha aos carros nacionais, os nova-iorquinos e as celebridades internacionais aos “pretos nacionais”, os “fluxos internacionais de capital” à “medíocre indústria nacional”.

Assim como em Sarmiento, o valor se identifica com aquilo que remete ao cosmopolitismo e o elemento nacional é sempre inferiorizado, retratado como problema. A grande diferença reside na constatação de que, enquanto na modernidade sólida essa problemática se referia a um ideal de Nação, baseado em um projeto político e cultural homogeneizador, no contexto líquido, retratado por Sant’Anna, os elementos nacionais são indesejados, na medida em que representam entraves para o desenvolvimento de um projeto de sucesso e prosperidade estritamente individual.

Há, portanto, um contraste fundamental entre os dois contextos. No primeiro, o de “Casa tomada”, a esfera pública é pensada como totalidade e, por isso, o *sentimento da invasão* associa-se à ideia de que, cultural e politicamente, as massas representam um risco à *integridade nacional*. Já no caso de “O importado

vermelho de Noé”, a figura da *invasão* se ressignifica dentro da nova dinâmica urbana fragmentada. Na cidade funcionalmente planejada para o indivíduo consumidor, o risco representado pelas massas se deslocaria da esfera pública da integridade nacional para o âmbito privado da *integridade pessoal*. Por isso, a violência associada às massas não se refere a qualquer âmbito da cultura ou da *res publica*, e sim, exclusivamente, à conservação da propriedade privada, abalada pelo sentimento de insegurança urbana e pelo medo do crime:

Em Nova York, meu carro vermelho, importado da Alemanha, jamais será roubado pelos assaltantes pretos (p.12).

Os direitos humanos servem apenas aos interesses dos criminosos pretos, que infestam as cadeias nacionais (p.15).

Esse jogo de discontinuidades pode ser observado, também, a partir da lógica do trabalho. Voltando ao Facundo, destacamos um trecho no qual Sarmiento estrutura sua lógica de oposições a partir do cruzamento entre as ideias de organização, limpeza e beleza:

Dá compaixão e vergonha, na República Argentina, comparar a colônia alemã ou escocesa do sul de Buenos Aires com a vila que se forma no interior. Na primeira, as casinhas são pintadas, as fachadas sempre limpas, adornadas de flores e pequenos arbustos graciosos; a mobília é simples mas completa, as panelas de cobre ou de estanho sempre reluzindo, a cama com cortinas graciosas, e os habitantes em ação e movimentos contínuos: ordenhando vacas, fabricando manteiga e queijos. [...] Já a vila nacional é o inverso indigno dessa medalha: crianças sujas e cobertas de farrapos vivem no meio de uma matilha de cães; homens caídos no chão na mais completa inação; a sujeira e a pobreza por todas as partes; uma mesinha e tamboretas como único mobiliário; e, como habitação, ranchos miseráveis cujo aspecto geral de barbárie e de incúria os fazem notáveis (Sarmiento, 2006, p. 30).

Trata-se de um elogio da dedicação aos ofícios que, em última instância, são responsáveis pela manutenção da ordem. Em “Casa tomada”, apesar da condição de herdeiros que faz com que os personagens não precisem trabalhar por remuneração, o conceito chave para a perpetuação do espaço harmônico da casa também é desenvolvido através da ideia da laboriosidade. São inúmeras as referências a atividades de conservação, limpeza e ordenamento, sempre marcadas

pela regularidade, pontualidade e disciplina:

Fazíamos a limpeza pela manhã, nos levantando às sete e, por volta das onze, deixava à Irene os últimos quartos para que revisasse e ia à cozinha. Almoçávamos ao meio dia, sempre pontuais. (p.7)

Quase nunca cruzávamos o limite da porta de carvalho, a não ser para fazer a limpeza, pois é incrível como se junta terra nos móveis. Se Buenos Aires é uma cidade limpa, isso se deve a seus habitantes e não a outra coisa (p.10).

É interessante identificarmos as transformações que se observam no conceito de trabalho presente no conto de André Sant'Anna. Este continua sendo central para a constituição da subjetividade da elite representada. No entanto, seus contornos acompanham os traços da lógica do capital propriamente dita, que se distancia bastante dos ideais de conservação de patrimônio e manutenção da ordem. O que está em jogo é a rentabilidade. Para alcançá-la é preciso ser voraz, investir, buscar novas oportunidades, lançar-se, enfim no jogo arriscado do mercado. O “empresário Noé” sintetiza esse princípio de constante superação: “Ergui empresas, venci obstáculos, ultrapassei limites, atingi todas as metas” (p.9)

Essa diferença de perspectivas, que condicionam a natureza dos processos de governança urbana<sup>46</sup>, tem como formas análogas outras ressignificações da sensibilidade “civilizada”.

Uma das facetas da mudança cultural destacadas por Bauman (1997) e Maria Rita Kehl (2011) é o impacto psicossocial resultante da passagem do regime da regulamentação para o da desregulamentação. Esse processo, motivado pela retroalimentação entre o individualismo exacerbado e a lógica do consumo, promoveria a substituição de alguns valores típicos da modernidade sólida, redefinindo traços do prestígio social e da distinção de classes. Por exemplo, nota-se uma desvalorização das atividades contemplativas e dos princípios que compunham o imaginário da “vida do espírito” na modernidade sólida. O dinamismo da sociedade do fluxo impinge o imperativo daquilo que Bauman chama de

<sup>46</sup> Poderíamos associar essa transformação ao processo identificado por David Harvey como a passagem do “administrativismo” ao “empreendedorismo”, como princípio de governança urbana do capitalismo tardio. Ver Harvey (2006)



“liberdade de procura do prazer” (Bauman, 1997:10). As atitudes que conotam um sentido de repetição e regularidade são descartadas como expressões da monotonia. O ideal de busca da felicidade passa a orientar-se pelo sentido da intensidade que as novas experiências podem brindar, pelo contato com estímulos constantes e pela vivência do excesso. O prazer mediado pelo mercado promove a fusão das máximas *carpe diem* e *time is money*.

“Casa tomada” é um compêndio dessas atitudes desprestigiadas pela lógica cultural da sociedade líquida. Todas as atividades que compõem a rotina dos personagens se enquadram no sentido da repetição, da contenção, da ausência do “novo”. Isso vale para as atividades domésticas e, principalmente, para o tempo do ócio, dedicado à leitura, à “revisão da coleção de selos” e ao gesto mais representativo da estaticidade, o contínuo tecer/destecer de Irene. Sintomaticamente, a chegada da “novidade”, encarnada pela invasão, é justamente o que sentencia o fim desse modo de vida.

Sob essa perspectiva poderíamos aproximar os personagens de Cortázar e Sant’Anna, a partir de suas angústias, às noções de “melancolia pré-moderna” e “melancolia contemporânea”, sistematizadas por Maria Rita Kehl:

A introspecção, a tristeza, o recolhimento, a contemplação – a vida do espírito, enfim – são desvios que atrapalham o rendimento de uma vida cuja qualidade se mede por critérios de eficiência, competência e disponibilidade para o consumo [...] Onde o melancólico pré-moderno, em seus momentos de euforia, era dado a expansões da imaginação poética, hoje a mania leva os pacientes “bipolares” a excursões aos shoppings para torrar dinheiro no cartão de crédito. Ao melancólico contemporâneo falta imaginação. O consumo é o ato que expressa os atuais clientes da psicofarmacologia, apartados da potência criadora (Kehl, 2011).

Essa ideia permite que retomemos a noção da diferença entre a natureza dos monólogos. Como vimos no capítulo anterior<sup>47</sup>, o primeiro sintetizaria o ideal cultural baseado na capacidade do manejo da palavra e da expressividade. O apelo retórico do narrador de “Casa tomada”, de certa forma, resgata o sentido da “expansão da imaginação poética”. Por outro lado, o monólogo interior de “O importado vermelho

---

<sup>47</sup> Ver página 70.

de Noé” expressaria, justamente, a negação da centralidade da “Letra” (Rama, 1985) e a canalização da imaginação para as estratégias do mundo dos negócios.

\* \* \*

Buscamos estruturar um quadro da transformação dos sentidos da dicotomia *civilização e barbárie* na passagem dos contextos culturais que viemos caracterizando. Com base nessa sistematização, gostaríamos de recuperar, brevemente, a ideia do incômodo classista.

No final do último tópico, apresentamos uma hipótese de leitura para as crises de hegemonia representadas em cada um dos relatos, baseada na reação das elites aos impactos causados pela democratização da sociedade. Anteriormente, já havíamos proposto a ideia de entender cada uma dessas crises como imagens das transformações do modo de produção.<sup>48</sup> Cruzaremos, agora, essas duas perspectivas.

Como vimos, o relato de Cortázar apontaria para a decadência da oligarquia agro-exportadora diante da ascensão do capitalismo industrialista na Argentina, enquanto a trama de Sant’Anna, de alguma forma, anteciparia o descontentamento da elite ligada ao capital transnacional e à agenda privatista, diante do retorno de certo desenvolvimentismo de corte nacionalista no Brasil. Ambos os processos envolvem algum aspecto democratizador. No primeiro caso, trata-se da inclusão social das massas, que passam a adquirir visibilidade e representação simbólica no marco do trabalhismo peronista. No segundo, trata-se da massificação do consumo e da possibilidade de acesso a bens e serviços até então restritos às elites.

A presença das massas é um sintoma da perda de privilégios dos grupos hegemônicos, que buscam restituir o sentido da distinção social a partir de deslegitimação das práticas culturais populares. Evoca-se, então, o imaginário da “civilização” para caracterizar o Outro enquanto “contaminador”. Daí a obsessão pela limpeza que marca os personagens de “Casa tomada”. A figura da invasão

---

<sup>48</sup> Ver capítulo 4, páginas 56 e 57.

representa uma mácula à ordem que se quer exclusiva e que associa essa noção de exclusividade à ideia de pureza. Por isso, a caracterização da barbárie promove uma perversa operação simbólica, tomando os sentidos de mestiçagem e mistura como exemplos de “sujeira” e “contaminação”. É isso que observamos em “O importado vermelho de Noé”. No relato, tais traços se fazem presentes na forma de referências a uma noção de “asepsia” que se confunde com o racismo:

Aqui, onde o rio Tietê recebe chuva de água normal, sem um dólar sequer no meio, que se mistura ao esgoto horroroso constituído pelo excremento dos pretos desta cidade e pelo subproduto indesejável da insignificante indústria nacional. (p.11)

São milhares de dólares em Nova York e milhares de dejetos humanos pretos aqui (p.14)

Basta que o prefeito preto fique branco e deixe de ser preto como a água do rio Tietê ao se misturar com os excrementos dos pretos nacionais. (p.12)

O sentimento elitista demarca sua fronteira a partir dos pressupostos do “nojo”. A possibilidade de encontro com a diferença classista faz com que o incômodo se transmute em asco, de modo que a alteridade passa a representar um risco à saúde do “corpo”. Isso vale tanto para o corpo social da nação, como para o corpo enquanto célula mínima da perspectiva individual.

Destacamos, a título de encerramento, dois episódios que dialogam diretamente com os relatos e evidenciam, de forma análoga, o sentido da reação à democratização

O primeiro deles se refere ao momento simbólico da “invasão peronista”, a grande marcha de 17 de outubro de 1945,<sup>49</sup> Uma das imagens que sintetizam a representatividade desse episódio para o imaginário das elites é a que registra os trabalhadores que ocupavam a praça de Mayo refrescando-se e lavando-se nos chafarizes. A cena, eternizada em fotografia, ilustra a apropriação do espaço público e a ruptura com os “bons costumes” definidos pelos padrões do *status quo*. O choque com que esse acontecimento foi recebido pelos grupos dominantes se reflete na formulação, também eternizada, que define essa data como “o dia em que

---

<sup>49</sup> Ver página 56.

os negros meteram suas patas no chafariz”, formulação que reforça a ideia do “aluvião zoológico”.

O segundo caso não se refere a um episódio específico, mas sim a um imaginário compartilhado que se manifesta em diversas ocasiões, através do qual o incômodo classista se revela. Destacamos dois exemplos que condensam o sentimento elitista despertado pelo acesso das massas ao universo do consumo. Um deles é sintetizado pelas declarações do filósofo Luiz Felipe Pondé que, em reportagem para o jornal Folha de São Paulo, expressou sua desaprovação em relação à situação dos aeroportos e à natureza frívola e equivocada do consumismo dos “recém chegados”:

Os brasileiros estão começando a ter dinheiro para viajar, para comprar. Quem nunca comeu melado, quando come, se lambuza. [...] O aeroporto de São Paulo se transformou numa espécie de churrasco na laje, parece uma rodoviária. (Pondé)<sup>50</sup>

Outro exemplo se encontra nas declarações do jornalista Luis Carlos Prates. Em seu editorial do telejornal da emissora RBS, Prates manifestou seu repúdio à popularização do automóvel, atribuindo a problemática do tráfego urbano e o aumento dos acidentes em estradas ao fato de que “Hoje, qualquer miserável tem um carro.”<sup>51</sup>

As massas, novamente sob a marca da barbárie, são concebidas como portadoras do caos. Nesse sentido, é sugestiva a expressividade dos sintagmas “caos aéreo” e “caos urbano”.

Acreditamos que esses dois casos – o do contexto argentino e o do brasileiro – complementam os sentidos dos relatos, na medida em que permitem que captemos emanações das mesmas tensões neles representadas. Não por acaso, a primeira expressão do incômodo gira em torno da praça, emblema, por excelência,

<sup>50</sup> Video-reportagem que pode ser acessada em <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1072590-aeroporto-se-transformou-em-churrasco-na-laje-diz-ponde.shtml>, página acessada em 15/02/2013.

<sup>51</sup> Editorial de Luis Carlos Prates. Em: <http://www.youtube.com/watch?v=QIKvrC5gOa4>, Página acessada em 14/12/2012.

do espaço público da cidade, enquanto a reação à expansão do consumo se projeta sobre os não-lugares, como o aeroporto e a vivência individualizada do trânsito.

Recorrendo mais uma vez à ponte entre a série literária e os processos sociais associados respectivamente aos paradigmas da modernidade sólida e da modernidade líquida, damos por encerrada, aqui, nossa síntese provisória sobre as figuras da invasão.

## 6 Conclusão

Se não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo como uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo?<sup>52</sup>

David Harvey.

Buscamos pontuar, nas representações do comportamento das elites em relação às massas, algumas tendências dos processos de mudança cultural e econômica, propondo uma articulação entre a produção de uma subjetividade hegemônica, a construção da imagem das classes subalternas e o desenvolvimento dos processos urbanos. Estabelecemos um recorte espaço-temporal bipartido e tentamos esboçar continuidades, mas, com isso, não quisemos nos restringir a uma descrição linear desses fenômenos. A ideia foi promover um mergulho em duas experiências de um mesmo sentido – o sentido da cisão social – e, a partir do cruzamento entre essas manifestações, tentar sensibilizar nossa própria inserção na vivência concreta do problema. Nesses termos, filiamos nossa instigação à perspectiva crítica de abordagem do contemporâneo, formulada por Agamben:

[...] o contemporâneo fraturou as vértebras do seu tempo, ele faz dessa fratura o lugar de um compromisso e de um encontro entre os tempos e as gerações [...] O contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história. (Agamben. 2009, p.65,72)

---

<sup>52</sup> Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p.55.

O diálogo entre “Casa tomada” e “O importado vermelho de Noé” permitiu que conectássemos duas temporalidades e as marcas sócio culturais características de cada uma delas. Através dessa iniciativa, tentamos inscrever a reflexão no quadro de uma *genealogia da distinção social*, interessada em mostrar que os valores e identidades que sustentam essa prática discriminatória atravessam o tempo, mas são ressignificados no jogo de forças das relações de poder e das disputas simbólicas, em contextos diferentes.

Por isso, propusemos uma leitura dos relatos como encenações de crises da hegemonia, decorrentes da democratização representada pelo acesso das massas a esferas tradicionalmente reservadas às elites. Definimos esses movimentos de inclusão, *grosso modo*, como a *massificação da cidade* – no contexto do conto de Cortázar – e a *massificação do consumo* – no contexto do conto de Sant’Anna. Os processos foram tomados como sintomas de tensões típicas da *modernidade sólida* e da *modernidade líquida*, paradigmas que buscamos aproximar, respectivamente, às noções de “capitalismo pesado”, baseado no modelo fordista, e “capitalismo leve”, baseado no modelo da acumulação flexível,<sup>53</sup> seguindo a formulação de Bauman.

No primeiro caso, estabelecemos um vínculo entre a ascensão das massas e a emergência do capitalismo industrial. Nesse contexto, pontuamos que o peronismo, ao capitalizar a dependência mútua entre capital e trabalho, foi o grande antagonista da oligarquia agro-exportadora, agenciando as rupturas tanto do modelo econômico, quanto da tradição cultural que a sustentavam. No segundo caso, notamos a caracterização de uma “elite da mobilidade”, cujas práticas buscamos vincular aos padrões de uma lógica multinacional, baseada na agilidade de circulação dos fluxos do capital. A frustração do projeto de mobilidade nos serviu de sugestão para refletirmos sobre as feições de uma possível decadência do modelo neoliberal diante da retomada do desenvolvimentismo que iria marcar a primeira década dos anos 2000 no Brasil, no contexto da globalização. Do ponto de vista do protagonista, seu imobilismo é atribuído aos “carros nacionais” que saturam a via-expressa e impedem o seu livre tráfego. Por isso, associamos o sentimento do incômodo à visão elitista do consumo enquanto privilégio de classe, expressada no repúdio a sua popularização.

---

<sup>53</sup> Ver tópico 3.5, página 46.

A relação entre esses dois momentos permitiu que esboçássemos um panorama amplo, focado não só nos episódios específicos da crise, mas também na reconstrução simbólica de seus antecedentes e dos encadeamentos entre eles. Propusemos, então, alguns recuos e projeções históricas tendo como fio condutor a proposta de Raymond Williams, de basear a análise cultural na investigação das interrelações entre as tendências *dominantes*, *residuais* e *emergentes*::

A parte mais interessante [...] de uma análise cultural, em sociedades complexas, é a que procura entender o hegemônico em seus processos ativos e formativos, mas também *transformacionais*. As obras de arte por seu caráter substancial e generalizado, são especialmente importantes como fontes dessas evidências complexas (Cevasco, 2001, p.159)

Esse panorama representou, ao mesmo tempo, uma forma sintética de reflexão sobre a mudança cultural e um substrato através do qual pudemos desenvolver um exercício de interpretação da realidade. A relação social que buscamos compreender como expressão do “hegemônico” no marco desse processo foi o *poder de classe*. Dessa forma, a investigação sobre suas dinâmicas “formativas, ativas e transformacionais” visaram a construir uma espécie de cartografia, de mapeamento das reconfigurações desse poder na tentativa de perpetuar-se enquanto força dominante.

Podemos dizer que o gesto de leitura da história, baseado na articulação entre as temporalidades, possibilita um distanciamento crítico capaz de contribuir para a compreensão do presente e de reconectá-lo à experiência histórica. Trata-se, portanto, de uma iniciativa de diálogo que busca não só resgatar a profundidade do passado enquanto força atuante, mas também a profundidade do futuro enquanto possibilidade inscrita na ação humana, “enquanto poder para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas.” (Chauí, 2006: 35). Esse é o horizonte de compromisso político que orientou nossa investida teórica. Tentamos conduzi-la como uma contraposição ao elogio da contingência e da descontinuidade, na medida em que buscamos, através da perspectiva da *totalidade*, articular uma série de elementos que poderiam ser tomados como fragmentos desconexos. Assim o fizemos em relação aos dois recortes temporais, às duas cidades em questão, às duas classes caracterizadas, às interações entre a



esfera material, a simbólica, a cultural e a econômica. A proposta de entender esses elementos no marco dinâmico das tensões dialéticas nos lembra que todos só podem ser percebidos como tais, precisamente, porque a *interação* entre eles é o que os constitui, o que lhes destina seu lugar. Essa formulação permitiu, por exemplo, que relativizássemos o caráter dicotômico de pares como *identidade/alteridade* e *civilização/barbárie*. Como vimos, a identificação de matizes dialéticos na instituição dessas oposições nos revela que as fronteiras entre o *mesmo* e o *outro* são mais difusas do que se pode imaginar.

Por estarem imersos em um movimento contínuo de mudança e ressignificações – que associamos à potência da modernidade – qualquer síntese envolvendo esses elementos é um recorte sempre provisório:

A totalidade é apenas um momento de um processo de totalização [...] Afinal, a dialética - maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do *novo* na realidade humana - negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses, recusando-se a revê-las, mesmo em face de situações modificadas. (Konder, 2004, p.39)

Esse mesmo princípio justifica a iniciativa de entender os relatos de Cortázar e Sant'Anna como capítulos de uma *narrativa estendida*. O gesto de projetar os contos em uma composição mais ampla vai além do interesse em concebê-los como uma unidade de sentido. Evocamos a ideia de um “romance” também pelo fato de se tratar de uma *forma aberta*, cujo caráter inacabado convida à tarefa de seguirmos tentando rastrear as significações da cisão social na emergência de novos acontecimentos.

\* \* \*

A título de traçar as últimas considerações, gostaria de apontar para um desdobramento comum aos dois conceitos-chave da pesquisa, o *incômodo classista* e a *figura da invasão*. Como balanço geral dessa síntese provisória, percebo que ambos transcendem o plano da análise textual e se projetam também sobre a

metodologia e os objetivos do trabalho, ressaltando o caráter indissociável entre o conteúdo da investigação e a forma de realizá-la.

Primeiramente, enxergamos que o sentido do *incômodo classista* apresenta uma possibilidade de ampliação sugestiva, se projetado no âmbito da perspectiva teórica adotada. Nossa reflexão se constituiu no marco de uma escolha consciente de filiação ao marxismo – ou àquilo que poderíamos chamar de uma “herança marxista” – por acreditarmos que os princípios e conceitos próprios ou derivados dessa tradição possibilitavam formas instigantes de abordagem e articulação dos fenômenos estudados. Ao mesmo tempo, esse grande interesse teórico não ofuscou nossa percepção do estatuto problemático atribuído ao marxismo dentro do panorama das teorias contemporâneas. Pelo contrário, a investigação foi, também, uma tentativa de diálogo sobre a relevância de um retorno a Marx, que parece encontrar eco em alguns acontecimentos do processo histórico recente.<sup>54</sup> Sendo a categoria de “classe” uma referência incontornável de associação direta ao pensamento marxista, sugerimos a ideia do incômodo classista pensado como um “incômodo à teoria hegemônica”, que o próprio marxismo representaria a partir de sua tentativa de se fazer presente. Dessa forma, o caráter marginalizado que marcou essa tradição de pensamento nas últimas décadas se ressignifica na forma de um possível retorno do reprimido, que vem cobrar a memória de aspectos renegados da experiência social. Através de nossas análises, que buscaram explorar a produtividade desse pensamento, levantam-se algumas questões. Qual seria a maneira apropriada de entendermos a presença e a relevância do marxismo enquanto gesto interpretativo? Deveríamos abordá-lo como um espectro, retomando a formulação de Derrida? Como um resíduo? Como um fantasma que ronda o campo intelectual? Ou como “força invasora”? Acredito que, a análise da validade e produtividade de nossa investigação, pode ser um dado a contribuir para essas respostas e avaliar o potencial da tradição do pensamento de Marx em nos instrumentalizar para o desafio de darmos sentido à experiência da contemporaneidade.

Nessa mesma linha, que pontua, o exercício teórico como compromisso político, a *figura da invasão* também incorpora um outro sentido possível. É ela a iniciativa que obriga o *contato*, rompe o isolamento, a segregação dos domínios, e

<sup>54</sup> Pensamos aqui nas crises do capitalismo, a começar pelo colapso do sistema financeiro de 2008.

exige que estes esbarrem uns nos outros, se percebam, se cruzem. Ela é o dispositivo disparador da tensão dialética. Nessa proposta de *invasão múltipla*, nossa figura se amplia e, de “sintoma da cisão”, passa a representar também uma possibilidade de encontro. Acreditamos na importância desse gesto crítico que encarna a utopia de implosão das “comunidades de semelhantes”, dos “condomínios fechados”, que só perpetuam a hostilidade, a incompreensão, a violência e a desigualdade, além de embotar o pensamento.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGUILAR, C. E. A. Texto tomado. Análisis narratológico de "Casa tomada" de Julio Cortázar. In: **Espéculo**: Revista de Estudios Literarios. n.42. Universidad Complutense de Madrid. 2009. Disponível em: <[dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=2067](http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=2067)> Acesso em: 20 nov. 2012.

ALMEIDA, M. **Reformas neoliberais no Brasil**: as privatizações nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de doutorado. UFF – Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

ANDERSON, P. **As Origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

AUGÉ, M. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

AVELAR, I. Biblioteca latino-americana: Facundo ou civilização e barbárie In: **Revista Fórum**. 2011. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/idelberavelar>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

AVELLANEDA, A. **El habla de la ideología**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1983.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: **Caderno Dívida Externa**. n. 6. São Paulo: PEDEX, 1994.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **O mal estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. v. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987,

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

BORGES, J. L.; CASARES, A. B. La fiesta del monstruo. In: **Cuentos de historia argentina**. Buenos Aires: Alfaguara, 1998.

BORÓN, A. Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (Org.). **A teoría marxista hoje**: problemas e perspectiva. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996

BUENO, A. As regras do jogo ou A arte de inventar pontes e passagens. In: **Revista Brasileira de literatura comparada**. Belo Horizonte: Abralic, 2002.

BUEY, F. F. Marx e pos marxismos. Uma reflexão para o século XXI. In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (Org.). **A teoría marxista hoje**: problemas e perspectiva. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EdUSP, 2000.

CANDIDO, A. Dialética da Malandragem. In: **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1993.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. **A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal.** ANPEC, 2008. Disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro2008/artigos](http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos)> Acesso em: 04 fev. 2013.

CARDOSO, I. C. Espaço urbano e a reprodução das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: Contribuições à teoria social crítica. In: **Revista Libertas**, v.11, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. Disponível em: <[www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/libertas](http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/libertas)> Acesso em: 02 jan. 2013.

CARVALHO, E. A totalidade como categoria central na dialética marxista. In: **Revista Outubro**, n.15. Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Alameda, 2007.

CASTRO, I. E. de. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias *et. al.* **Explorações Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre estudos culturais.** São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. E. **Para ler Raymond Williams.** São Paulo, Perspectiva, 2001.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia . In: **Crítica y emancipación:** Revista latinoamericana de ciencias sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires : CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. Intelectual Engajado: uma Figura em Extinção?, In: NOVAES, A. (Org.). **O Silêncio dos Intelectuais.** São Paulo, Companhia das Letras, 2006

COCCO, G. Espetáculo e imagem na tautologia do capital: atualidade e limites de Guy Debord. In: **Revista Lugar Comum** - NEPCOM. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COELHO, J. T. **Moderno, pós-moderno:** modos & versões. São Paulo: Iluminuras, 2005.

CORTÁZAR, J. **Bestiário.** Ediciones B.S.A: Barcelona, 1987.

COSTA, S. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2. São Paulo: EdUSP, 2004.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Lisboa: Edições Antipáticas, 2005.

DEVOTO, F.; FAUSTO, B. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2005.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998,

\_\_\_\_\_. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011

ECHEVERRÍA, E. **El matadero**. Disponível em: <[www.ciudadseva.com/textos/cuentos/esp/echeve/matadero.htm](http://www.ciudadseva.com/textos/cuentos/esp/echeve/matadero.htm)> Acesso em: 02 mar. 2013.

FEINMANN, J. P. Peronismo, filosofia política de una obstinación argentina. In: **Página 12 - Suplemento especial publicado em 10 de agosto de 2008**. Disponível em: <[www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-109422-2008-08-10](http://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-109422-2008-08-10)> Acesso em: 19 dez. 2012.

FREITAS, R. S. de. Thompson e a tradição Marxista. In: **Lua Nova**, n.32, São Paulo: Cedec, 1994.

GAGNEBIN, J. M. Homero e a dialética do esclarecimento. In: **Boletim do CPA**, Campinas, n. 4, jul./dez. 1997.

GASTAL, S. **Alegorias urbanas, o passado como subterfúgio**. Campinas: Papirus, 2006.

GIROUX, H. A. O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. In: Silva, T. T. da. (Org.). **Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos, Artes Médicas**. Porto Alegre, 1993.

GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GORELIK, A. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, W. M. (Org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GRÜNER, E. Leituras culpadas. Marx(ismos) e a praxis do conhecimento. In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (Org.). **A teoría marxista hoje**: problemas e perspectiva. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HOLLANDA, H. B. de. **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

JAMES, D. 17 y 18 de octubre de 1945: El peronismo, la protesta de masas y la clase obrera argentina. In: TORRE, J. C. (Compilador). **El 17 de octubre de 1945**. Buenos Aires: Ariel, 1995.

JAMESON, F. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente. In: WOOD, E.; FOSTER, J. (Orgs.). **Em Defesa da História - Marxismo e Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. Madrid: Rogers S.A., 1989.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e forma**. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

KEHL, M. R. Flanerie bipolar: a melancolia, da excentricidade romântica à patologia farmacêutica. In: **Folha de São Paulo**, Caderno *Ilustríssima*, 04 set. 2011.

KONDER, L. **O que é a dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.



KURZ, R. **O crepúsculo da indústria automobilística**. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz73.htm>> Acesso em: 09 mar. 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, R. A. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. In: **Revista leituras de economia política**, n.16, Campinas, 2010. Disponível em: <[www.revista3lep.com.br/index.php/lep/issue/view/16](http://www.revista3lep.com.br/index.php/lep/issue/view/16)> Acesso em: 08 nov. 2012.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance**. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2009.

\_\_\_\_\_. **História y conciencia de clase: estudios de dialéctica marxista**. Buenos Aires: RyR, 2009.

LYOTARD, J. F. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MARTINS, J. de S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984b.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política. Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

MIRANDA, W. M. **Nações Literárias**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

NEGRÃO, J. J. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Disponível em: <[www.pucsp.br/neils/downloads/v1\\_artigo\\_negrao.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf)> Acesso em: 27 fev. 2013.

NOVARO, M.; PALERMO, V. **A ditadura militar Argentina**. São Paulo: Edusp, 2007.

OLIVEIRA, F. **A narrativa e a experiência em Walter Benjamin**. 8º LUSOCOM, 2009. Disponível em: <<http://conferencias.ulusofona.pt>>

PIMENTEL, A. **Tensões intelectuais diante do processo de modernização de Buenos Aires ou Borges e seus conflitos com as margens da cidade**. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **A invasão do labirinto**. A casa e a cidade na literature argentina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS. Ano 2, 2002.

PINTO, J. P. **Um ensaio nas margens**. Posfácio a SARLO, Beatriz. Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

PIRES, V. Fetichismo na teoria marxista: um comentário. In: **Revista Impulso**. v. 10. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

RAMA, Á. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROMERO, J. L. **America Latina**: as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ROSA, G. C. da; CRUZ, F. S. da. **A recepção e produção de sentido sobre os espaços urbanos**. Projeto Cartografias, PUC-RS, 2008. Disponível em: <[www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/f](http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/f)> Acesso em: 23 fev. 2013.

ROSANO, S. El peronismo a la luz de la ~desviación latinoamericana: literature y sujeto popular. In: **Colorado Review of Hispanic Studies**. v.1, n.1, Colorado: University of Colorado, 2003. Disponível em: <<http://spanish.colorado.edu/all-volumes>> Acesso em: 04 jan. 2013.

ROSENZVIT, M. **Fiebre negra**. Buenos Aires: Planeta, 2008.

SANT'ANNA, A. **Sexo e amizade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, S. O começo do fim. In: **Revista Gragoatá**, n.28. 2008.

\_\_\_\_\_. **O cosmopolitismo do pobre**: critica literária e critica cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SARLO, B. **Modernidade Periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

\_\_\_\_\_. **Borges, un escritor en las orillas**. Buenos Aires: Ariel, 1995

\_\_\_\_\_. **Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SARMIENTO, D. F. **Civilización y barbarie**. Buenos Aires: EDICOL – Editorial Cooperativa de Libreros, 2006.

SCHWARZ, R. Pressupostos, salvo engano, de Dialética da malandragem. In: **Que horas são?** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SEBRELI, J. J. **Buenos Aires, vida cotidiana y alienación**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

SETTON, M. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In: **Revista Brasileira de Educação**, 2002. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br>> Acesso em: 14 nov. 2012.

SIMMEL, G. **A Metrópole e a Vida Mental**. In: VELHO, O. G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, R. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRE, C. de L. Los significados ambiguos de los populismos latinoamericanos. In: ALVAREZ JUNCO, J. y GONZÁLES LEANDRI, R. (comps.). **El populismo en España y América**, Madrid: Catriel, 1994.

VASQUEZ, M. A. Paulo Freire e a crise da modernidade. **Revista Educação, sociedade e cultura**, n. 14. FPCE – Universidade do Porto: 2000. Disponível em: <[www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-arquivo.pdf](http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-arquivo.pdf)> Acesso em: 20 nov. 2012.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WILLIAMS, R. **Marxismo y literatura**. Buenos Aires: Las cuarenta, 2009.

\_\_\_\_\_. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007

WOLFF, F. Quem é bárbaro. In: NOVAES, A. (Org.). **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.